

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

OS RENDEIROS DA SOJA

Estudo de caso sobre as estratégias de
reprodução social nos arrendamentos
familiares no noroeste do Rio Grande
do Sul.

MARIA DE FATIMA VIANNA DE SOUZA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação de Sociologia, IFCH, UNICAMP,
para a obtenção do grau de Mestre.

ORIENTADORA: Profa Dra Maria de Nazareth
Baudel Wanderley

Campinas, junho de 1992.

Este exemplar corresponde
à redação final da Dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão julgadora em 16/07/92.

Maria F. Vianna

A Zander Navarro

amigo, professor, e colega,
e cuja presença tem sido fundamental ao longo dos anos, para que possamos construir uma sociedade onde haja mais espaço para todos, sobretudo para os agricultores com e sem terra do Rio Grande do Sul.

A Maria Antonieta, minha mãe, por tudo que ela significa na minha formação humana.

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas que, de uma ou outra forma, participaram deste trabalho. A todos desejamos registrar nosso agradecimento. Em especial gostaria de destacar:

- Profa. Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, orientadora desta dissertação, pela sua experiência e profundos conhecimentos, bem como pelo nível de exigência e seriedade imposto na orientação, o que muito contribuiu para a consecução desta dissertação.

- Aos professores de mestrado da UNICAMP, com os quais tive o privilégio de realizar debates, seminários e cursos, especialmente os professores Edmundo Fernandes Dias, Sérgio Micelli, Maria Tereza Sales, Plínio Deintzen, Sérgio Silva e Maria Conceição D'Incao.

- Aos colegas de mestrado na UNICAMP, com os quais mantivemos um convívio intelectual de seriedade somado a uma grande amizade, especialmente a Lúcia, Liliana, Marcos Estevam, Leonardo, Marcelo, Maria de Fátima, Ronaldo e Sandra Regina.

- Aos funcionários de IFCH e da biblioteca do IFCH, especialmente a Maria de Lourdes e a Sandra.

Aos professores José Vicente Tavares dos Santos, Anita Brumer e Eduardo Iamundo, pela sua amizade e pelo muito que nos auxiliaram no encaminhamento do trabalho teórico e de campo

- Aos colegas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, especialmente: Alvacir Goeldner Nápoli Matosinho, Mario Camargo Pego, Luiz Antônio Giani e Jorge Luiz Cammarano Gonzáles.

- Aos colegas Ana Lúcia Rodrigues, Jorge U. Guerra Villalobos, Beatriz B. Collere Hanff e José Fernando Kieling, cujos trabalhos de correção, formatação e impressão realizados no "longo" fim de semana que antecedeu à entrega deste trabalho, foram fundamentais para que pudéssemos concluí-lo.

- Aos camponeses, líderes rurais, técnicos e agrônomos, agentes de pastoral e demais pessoas que nos facilitaram e auxiliaram durante os sete meses de trabalho de campo na região noroeste do Rio Grande do Sul.

- Aos meus irmãos José Carlos e Antônio Augusto e aos primos André e Içara, cujo estímulo e apoio foram fundamentais para que finalizássemos este trabalho.

- Este trabalho, entretanto, não teria condições de realização não fossem os auxílios recebidos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de S. Paulo (FAPESP), da CAPES e da UNICAMP.

SUMARIO

INTRODUÇÃO

CAPITULO I - A AGRICULTURA COLONIAL NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL	19
1.1 Imigração e colonização estrangeira: antecedentes históricos	20
1.2 O campesinato colonial e a ocupação regional	26
1.3 O tempo antigo da mata, dos suínos e dos carros de boi	43
CAPITULO II - AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA CAMPONESA	70
2.1 O tempo moderno do binômio soja/trigo e a tecnificação da agricultura familiar	70
2.1.1. A tecnificação da agricultura familiar da soja	73
2.1.2. A produção "prá venda"	79
2.1.3. O mutirão e a troca de dia	84
2.1.4. O trabalho assalariado temporário e permanente	89
2.1.5. Trabalho assalariado e trabalho familiar	94
2.2. O campesinato gaúcho e a "geração da soja"	98
2.3. O campesinato arrendatário e o bloqueio fundiário ...	112
CAPITULO III - AS ESTRATÉGIAS DE ARRENDAMENTO DA TERRA	141
3.1. Os proprietários-arrendatários e a ampliação do patrimônio	141
3.1.1. O arrendamento trigo/soja	145
3.1.2. O arrendamento por cota-parte da produção ...	148

3.2. Os arrendatários familiares, transmissão do patrimônio e sucessão	155
3.2.1. O arrendamento familiar: especificidades da reprodução camponesa	156
3.2.2. Os rendeiros familiares sem-terras e a partilhada exploração familiar	157
3.2.3. Os proprietários-rendeiros familiares e a sucessão nas terras da família	160
3.2.4. Solidariedade e conflito: contradições na reprodução da família	166
3.3. Os parceiros-agregados e o acesso à terra	182
CONCLUSÃO	186

ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

INTRODUÇÃO

Os campos estavam cobertos de trigo prontos para a colheita. O amarelo predominava nas terras cultivadas com tratores, constituindo-se em espetáculo de rara beleza aos que trafegavam a estrada asfaltada vindo de Ijuí em direção à cidade de Três Passos.

O sol quente fazia prever um verão de elevadas temperaturas e isto preocupava os agricultores e os demais trabalhadores envolvidos com a agricultura. As tristes lembranças das secas e estiagens que assolaram a região nos anos de 81 e 85 eram um motivo a mais para o desestímulo e o desânimo de milhares de pequenos produtores familiares, a quem um par de anos com colheitas mal sucedidas poderiam significar a perda dos instrumentos de trabalho, quando não a perda da terra. Nesta situação, encontramos a área de pesquisa em meados de setembro de 1986.

O texto que se apresenta traz consigo as influências do período que antecedeu à elaboração do projeto de pesquisa, ao longo dos anos de 84 e 85, bem como do aprendizado oriundo dos cursos realizados no programa de mestrado e da pesquisa de campo efetuada nas áreas rurais dos municípios de Três Passos, Humaitá, Sede Nova e Crissiumal.

Ao princípio dos anos 80, a agricultura camponesa assentada no binômio trigo soja mostrava os primeiros sinais

de crise com a retirada da política de subsídios e crédito ao setor agropecuário, política que permitiu, entre outras coisas, a tecnificação de inúmeras propriedades familiares. A eliminação dos subsídios somam-se, nessa crise, a desvalorização dos produtos agrícolas comercializados, inclusive a soja, e a elevação constante e acentuada no preço das terras aptas ao cultivo de trigo e soja, o que dificultava sua aquisição pelos pequenos produtores e seus descendentes.

Neste período observava-se também o fracasso dos projetos de colonização, implementados pelo governo federal mediante a concessão de terras públicas ao setor cooperativo do sul do País, e o consequente refluxo de parcela dos agricultores que tinham migrado àquelas áreas. Concomitantemente surgiram os movimentos sociais no campo e a luta pela terra através da reorganização do movimento dos agricultores sem terras no Estado. Este panorama de dificuldades, lutas e manifestações sociais associado às informações fornecidas pelas estatísticas dos órgãos oficiais (INCRA e IBGE) levaram-nos a supor a ocorrência de uma *crise de reprodução e/ou manutenção da pequena propriedade fundiária*. (1) O crescimento do número de pequenos estabelecimentos em arrendamento e sob sistema de parceria, verificado nos Censos Agropecuários 1975 e 1980-RS, referendavam nossas suposições, vindo representar elemento decisivo para a escolha do objeto de estudo, qual

seja: os *pequenos arrendatários produtores de soja e trigo*.

(2)

O confronto dos dados sobre arrendamento e parceria com a realidade esboçada nas lutas sociais levaram a indagar da relação existente entre os números e os fatos. O que haveria por detrás dos índices que apontavam para o aumento em área e número de casos de arrendamento? Por outro lado, não estariam aqueles movimentos sociais respondendo aos fenômenos e transformações surgidas, no interior da unidade familiar, a partir da tecnificação do campo pela introdução de culturas modernas, como soja e trigo? A partir daquele momento estava colocada a problemática e a necessidade de compreender o problema.

A metodologia de pesquisa escolhida foi o estudo de caso, utilizando as técnicas de observação direta e aplicação de questionários ao grupo de estudo. A escolha da metodologia de investigação surgiu após constataremos que outros métodos - análise comparativa das estatísticas oficiais, subsidiada por pesquisas anteriores - permitiriam compreender parcialmente o problema, uma vez que os mesmos proporcionariam uma leitura externa, de fora dos pequenos estabelecimentos arrendados, sem conseguir **analisar de dentro** as unidades de produção e com isso explicar dialeticamente o fenômeno social. Por fim, tínhamos a impressão de estarmos diante de um fenômeno social - arrendamento familiar - ainda pouco investigado na realidade rural do sul brasileiro.(3)

O objetivo primeiro da pesquisa referia-se à caracterização, a partir do processo de trabalho camponês, dos arrendamentos e dos agentes sociais nele envolvidos: os arrendatários familiares cultivadores de soja.(4) E, posteriormente, realizar o caminho de retorno ao ponto de partida: a análise sociológica das transformações sociais ocorridas na agricultura campesina.

A produção de soja no Rio Grande do Sul, em 90% das situações, vem a ser o principal produto comercializado. No interior dos estabelecimentos com menos de 50 ha, envolve de uma a dez pessoas na produção, sendo que em 65% dos casos o cultivo encontra-se aos cuidados de menos de 5 agricultores. Por isso, pode-se afirmar o predomínio do trabalho familiar na produção de soja gaúcha. (5) Neste caso, há de indagar-se porque motivo escolhemos os camponeses da soja. A resposta corre por conta do papel desempenhado pela soja na modernização da agricultura e, indiretamente, na reprodução do modelo capitalista vigente no pós-64 brasileiro.

A definição da região e municípios seguem os critérios da pesquisa de campo, qual seja: a ocorrência de tensões sociais, movimentos de luta pela terra e a significativa presença de situações de arrendamento familiar. A mesorregião do Planalto Meridional do RS, abrange a maioria das microrregiões do norte e noroeste do Estado responsáveis pela produção de soja, além de

constituir se, no último decênio, na região central das tensões e lutas sociais no campo gaúcho. (6)

Dentre as microrregiões envolvidas, pelo denominado Planalto Meridional do RS, a microrregião de Santa Rosa sobressaiu pelo pioneirismo na produção de soja; pela distribuição fundiária, onde cerca de 80% dos estabelecimentos possui menos de 20 ha; pelas tensões sociais esboçadas nas manifestações de protesto contra a política econômica e agrícola dos governos militar e civil, pela emergência do movimento dos sem terras e pelas profundas tranformações ocorridas na região a partir da implantação das políticas de modernização da agricultura. Os municípios de Três Passos e Humaitá representam, no conjunto dos municípios da microrregião, aqueles onde as características esboçadas acima manifestam se de forma mais acentuada.(7)

O grupo de arrendatários escolhido para a pesquisa de campo surgiu de pesquisa exploratória, realizada na fase inicial em setembro de 1986. Naquele momento, chamou nos atenção o número de arrendamentos efetuados entre membros do grupo familiar (pais/filhos, sogros/genros). Deste modo dividimos o grupo analisado entre: *arrendamentos familiares e arrendamentos entre terceiros*, tendo em vista apreender as especificidades de cada grupo e melhor compreender o fenômeno social em questão.

Na totalidade, foram entrevistados 48 (quarenta e oito) agricultores através da aplicação de questionário

escrito e/ou mediante roteiro de entrevistas gravadas. As indicações efetuadas por técnicos agrícolas e agrônomos do escritório regional da EMATER-RS em Três Passos, lideranças da Pastoral da Terra na região, lideranças sindicais e comunitárias, os próprios agricultores, que faziam referência a outros casos de arrendamento e parceria agrícola, e enfim, pelas indicações realizadas pelos técnicos agrícolas das unidades das cooperativas que atuam nos distritos de Tiradentes (Três Passos), nas cidades de Campo Novo, Humaitá, Crissiumal e Três de Maio permitiram compor a amostra de pesquisa.

O objetivo inicial, em relação a área de estudo, restringia a pesquisa à área rural do município de Três Passos. A consulta exploratória levou-nos ao município de Humaitá onde, segundo indicavam os informantes, encontraríamos os exemplos mais significativos de arrendamento familiares.

Humaitá e o distrito de Sede Nova (emancipado em 1988) representariam, também, na visão dos técnicos e lideranças, exemplos de áreas rurais onde os indicadores de modernização (mecanização agrícola, aplicação de modernas técnicas de cultivo, elevada produtividade e valorização fundiária) obtinham maior relevância. Humaitá e Sede Nova, aos que percorrem as propriedades rurais no dia-a-dia, representam as mais ricas e modernas regiões do noroeste gaúcho e onde os casos de arrendamentos familiares (envolvendo pais e filhos, sogros e genros) assumirem

caráter mercantil, contrastando com as situações de outras áreas mais pauperizadas, localizadas nos distritos norte de Três Passos e no município de Crissiumal, em que predominam os casos de arrendamento familiar destituídos de caráter mercantil-monetarizado. Por outro lado, a pesquisa em Humaitá e Sede Nova possibilitaria realizar o comparativo entre os arrendamentos familiares nas comunidades agrícolas modernizadas e tradicionais, no interior do mesmo município. Havia nestas regiões o contraste entre um campesinato *modernizado* e um campesinato *"tradicional"*.

A consulta e análise das informações presentes nas planilhas de dados coletados pela equipe de recenseadores rurais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicavam, *nos distritos situados ao sul da cidade de Três Passos*, a presença de uma agricultura modernizada e, em certas áreas, uma agricultura à antiga, onde a dimensão média dos estabelecimentos é 7,0 ha . Nestes casos, de acordo com as informações, novamente processava-se a *dupla situação* de Humaitá descrita acima. No distrito de Bela Vista, chamava-nos atenção o elevado número de arrendamentos e situações de parceria agrícola. Os contatos locais mostraram-nos, de um lado, a existência de uma agricultura altamente tecnificada, situada nas propriedades familiares dispostas à beira da estrada que une o município à região central do Estado e, de outro lado, onde encontra-se a comunidade rural de Pinhalzinho, faixas de terras de propriedades com métodos rudimentares de trabalho. Habitando

poucos quilômetros da estrada, os moradores desta comunidade rural eram obrigados a sobreviver sob as piores condições: sem estradas, meios de transporte, com a falta de eletrificação rural, o que impedia aos agricultores melhores condições de vida e trabalho. Estes fatos fazem desta área do distrito uma das mais pauperizadas do conjunto de municípios pesquisados. A duplicidade de situações vê-se, agora, reproduzida dentro do mesmo distrito. A possibilidade de investigar e comparar os casos diversos presentes em Humaitá e Três Passos (Bela Vista) nos levou a incluí-los no roteiro e área de estudo. (8)

O distrito de Tiradentes, situado a sudoeste de Três Passos, surgiu como área de pesquisa a partir das informações coletadas junto ao escritório regional do IBGE e, principalmente, pelos contatos que efetuamos na unidade local da Cooperativa Agropecuária de Três de Maio (COTRIMAIO) e paróquia de Tiradentes. Enquanto região de estudo, apresenta características que, em alguns momentos, aproximam-se da área de agricultura mecanizada de Humaitá e noutros da comunidade de Pinhalzinho (Três Passos) (9)

A elaboração do roteiro de perguntas, que seriam aplicadas nas entrevistas gravadas, seguiu-se a apresentação de planilha informativa, respondida por um grupo de agricultores na primeira fase da pesquisa. As informações fornecidas subsidiaram a formulação do roteiro aplicado ao conjunto dos entrevistados no momento seguinte.

Na aplicação do questionário, os agricultores foram convidados a falar sobre a importância dos elementos constitutivos do trabalho camponês (terra, trabalho familiar, assalariamento de terceiros, trabalho acessório, mutirão, produção para a venda e consumo doméstico, e crédito agrícola) e sobre a manutenção das unidades de (re)produção. Posteriormente, os entrevistados disseram do significado dos arrendamentos neste processo, permitindo ao pesquisador obter elementos para estabelecer as relações entre arrendamento, trabalho camponês e a modernização da agricultura.

Em determinado momento da pesquisa, procurou-se investigar a outra parte envolvida no caso dos arrendamentos no grupo de parentesco. Indagou-se aos pais e sogros, e não somente aos filhos e genros (filhas), sobre o arrendamento, aplicando na essência o mesmo questionário.

Na medida do possível, seriam entrevistados, nas situações de arrendamento entre terceiros, os proprietários de terras e os arrendatários, com a finalidade de apreender as nuances da relação entre camponeses sob condição diferenciada e até, nos casos mais extremos, em posições antagônicas. As tentativas efetuadas demonstraram constrangimento de ambas as partes, mesmo em se tratando de entrevistas em separado. Nos casos de arrendamento familiar, ocorreram situações em que o pai-proprietário - considerando-se chefe da família - assumia a tarefa de responder as perguntas inibindo e/ou dificultando a

manifestação do filho-arrendatário. Por isso, na maioria das entrevistas, arrendatários, agregados e parceiros foram preteridos aos arrendadores.

Três Passos e Uma Estrada.

Através da estrada retilínea que conduzia-nos a Três Passos era possível visualizar a linha do horizonte, em dia de céu azul, prenúncio de primavera. A avenida principal da cidade representava continuação da estrada. Pela arquitetura das casas e prédios percebemos as várias heranças de uma região colonizada por descendentes de imigrantes alemães e italianos, aliada às influências arquitetônicas dos anos 50, 60 e tempos modernos. Os estilos das construções, na realidade, eram uma das facetas assumidas pela multiplicidade cultural da região.

As influências hispânicas da vestimenta gauchesca nas bombachas, nos lenços vermelhos expostos sobre a camisa, nas botas de couro dos agricultores e citadinos; a presença campeira e italiana da alimentação à base de carne bovina e massas; os dialetos alemão, italiano e polonês mesclavam-se às expressões gauchescas adquiridas no contato com os nativos, demonstravam a diversidade cultural das "novas" áreas coloniais que, ao contrário das antigas, caracterizam-se por uma maior absorção de culturas distintas do grupo de origem do imigrante. Em suma, *pesquisar a e na região significava trabalhar a diversidade em meio ao universo cultural rico e heterogêneo.*

A cada contato com os agricultores e/ou moradores da região, descobríamos a dificuldade de apreender, numa única pesquisa, situações tão complexas. *O novo e o velho, o moderno das relações sociais capitalizadas e a tradição do modo de vida e da forma de conceber o mundo do camponês encontravam-se sob a mesma terra.*

Nas áreas onde outrora germinara o trigo, agora havia a soja. O verde nascente substituiu o amarelo. Enquanto a última cultura colhida predominava nas terras mecanizadas, a soja, não escolhia parceiro, nem propriedade, e estendia-se por todas as áreas rurais: dos rochosos e montanhosos solos dos camponeses com cultivo tradicional às planas e férteis terras dos camponeses tecnificados.

As pequenas explorações agrícolas traziam por detrás das moradias de madeira ou alvenaria, do chimarrão que recepcionava aqueles que chegavam, dos chapéus de palha e dos bonés de seus habitantes, as mais inusitadas situações de parceria e arrendamento. *Pais e filhos, tios e sobrinhos, genros e sogros, vizinhos, amigos e parentes compunham emaranhado de relações sociais num universo no qual a regra básica reside na busca de manter-se na e com a terra.*

O Verão Verde de Humaitá.

A soja acabara de ser plantada, os triticultores contabilizavam os resultados da colheita de inverno e a oleaginosa germinava nas terras rochosas e ingrimes dos

camponeses sem tecnificação e nas superfícies planas das lavouras. Humaitá não mostrava somente a soja mas, também, os potentes e modernos tratores e colheitadeiras, como cartão postal àqueles que chegavam às áreas rurais do município.

A agricultura não representava apenas um setor produtivo, e sim a própria economia da região. Todo o universo social depende dos resultados obtidos nas colheitas. A vida se resume ao que acontece na agricultura. O lucro das agências bancárias, comércio, profissionais liberais e estabelecimentos artesanais dos trabalhadores autônomos, advém do êxito da agricultura. (10)

Em Humaitá, a colonização de descendentes germânicos predomina sob as demais nacionalidades. Os dialetos alemães percorrem as casas e escolas onde o português se faz presente apenas como idioma oficial. Nas falas dos *colonos mais idosos*, a influência da língua alemã no português proporcionava a formação de novos termos. Em alguns momentos das entrevistas, o auxílio dos filhos de agricultores permitiu a continuação do diálogo. Noutros instantes, perguntas e respostas foram traduzidas pelos intérpretes. Os *agricultores jovens*, no entanto, comunicam-se através do português, reservando ao ambiente doméstico o dialeto de origem. Na medida que a maior parte dos entrevistados pertencia ao último grupo, não houve maiores problemas de comunicação.

Por fim, o município de Crissiumal contrasta com Humaitá e Sede Nova no predomínio dos solos rochosos, na estrutura fundiária marcada pelo minifúndio, no restrito número de propriedades mecanizadas e/ou aptas ao emprego de máquinas e na presença acentuada de camponeses vivendo sob as condições mais pauperizadas; a área média das suas propriedades é 5,0 (cinco)ha. (11)

Pretendemos descrever essa realidade e analisar o material empírico à luz de uma interpretação da realidade social camponesa, que esta possibilite mostrar no interior de suas formas de organização social e produtiva, uma lógica econômico social específica. Mesmo inserida na sociedade capitalista, essas formas de relação podem demandar o surgimento de fenômenos e processos sociais muito particulares. Por outro lado, a análise pretendida visa deixar a riqueza do trabalho de campo vir à tona de forma a contribuir, ainda que seja pela indagação, ao debate tão antigo e ao mesmo tempo tão atual e tão fascinante da questão camponesa.

NOTAS

1. O movimento dos agricultores sem terra (MASTER), desencadeado no princípio dos anos 60, no Estado, possuía características distintas do atual movimento. Naquela época, o Rio Grande do Sul estava em processo de esgotamento da fronteira agrícola, a modernização da lavoura restringia-se a algumas regiões tritícolas e a pequena propriedade familiar produzia sem os modernos métodos de cultivo, o que significava a necessidade de novas terras à medida que ocorria o esgotamento da fertilidade dos solos. A direção do MASTER estava sob controle das lideranças populistas do PTB e do governador Leonel Brizola. No período recente, o movimento dos sem-terras (MST) emerge no bojo da luta por redemocratização do país, forja suas próprias lideranças e direciona a luta política. A agricultura camponesa encontra-se tecnificada e isso demanda novas reivindicações que ultrapassam a luta pela terra e centram-se nas lutas por créditos e política agrícola adequada às necessidades da produção familiar. A crise na propriedade, na atualidade, redefine a questão da reforma agrária e se efetiva na luta para manter-se na terra e nas condições de trabalhar a tecnologia.

2. As estatísticas dos censos agropecuários 1975 e 1980, ao fornecerem as tendências na posse e uso da terra no RS, demonstraram a elevação, naquele período, dos arrendamentos, parcerias, e ocupações de terras ribeirinhas e/ou de reduzida fertilidade. As reivindicações dos movimentos sociais por terra e, sobretudo, por condições de produzir na agricultura, conduziu a suposição de que as formas de acesso a terra mediante pagamento de renda a terceiros (no caso proprietários de terra) estaria associada a crise na propriedade fundiária. Neste caso, o arrendamento constituiria-se em uma estratégia de obter mais terras para prosseguir na moderna agricultura camponesa.

3. A maior parte das pesquisas sobre a produção familiar gaúcha relacionam-se com outros agentes sociais e não aqueles retratados por este trabalho. Algumas abordagens justificam esta ausência situando parceiros e arrendatários, como agentes transitórios na sociedade capitalista que tendem a tornar-se proprietários de terras e/ou proletários.

4. Os contatos iniciais indicaram a necessidade de análise da família, das relações de vizinhança e comunidade enquanto instrumental para se compreender a dinâmica de funcionamento e (re)produção das unidades arrendadas. O processo de trabalho é percebido como expressão do modo de produção campones. Entretanto o conjunto de relações estabelecidas, na atualidade, pelos arrendatários no processo de reprodução da vida material os faz alterar antigos vínculos, preservados ao longo dos anos, como as relações com a família, para manter-se na terra.

5. A cultura de soja, no Rio Grande do Sul, encontra-se desde os primórdios, na década de 30, associada a agricultura colonial praticada por imigrantes e/ou descendentes. Produto primeiro empregado na alimentação animal, a soja passa lentamente a condição de produto comercializável, nos anos 60, para transformar-se no principal grão das exportações brasileiras no decorrer da década seguinte. Esta trajetória, reproduziu-se no plano sociológico, quando os empresários rurais a transformaram em produto rentável, elemento de acumulação de capitais. No presente observa-se drástica redução no número e área dos estabelecimentos menores, produtores onde a soja representa o único produto destinado a venda, sobrevivendo das sobras do comércio do cereal. Há, em contrapartida, o crescimento das maiores áreas (100ha e mais) em relação as demais situações.

6. O Planalto Meridional do RS, mantém-se como principal mesorregião produtora de soja, com 70% da área colhida, da quantidade produzida e valor da produção. Cenário de transformações e lutas, a região vê-se marcada pela complexidade das mudanças desencadeadas pelo avanço do capital e da luta camponesa. O predomínio da agricultura familiar concorre com a presença da burguesia rural constituída a partir do desenvolvimento do modelo agrícola assentado no binômio trigo-soja.

7. A seleção do município de pesquisa, quando da elaboração do projeto, fez-se segundo critério distintos dos que levaram a opção pelo conjunto de distritos e outros municípios. Três Passos foi escolhido, em detrimento de Santa Rosa, por possuir elevado número famílias de agricultores vivendo sob reduzidíssimas áreas, pela incipiente mecanização das lavouras, pelo acentuado crescimento nos casos de arrendamento e devido ao baixo valor de sua produção. Em suma, Três Passos representaria exemplo de campesinato sem-tecnificação onde o arrendamento surge como estratégia deste segmento campones de manter-se na agricultura. Eram estas características e este tipo de campones que buscavamos. Humaitá, tecnificada, com elevados índices de produtividade e um grupo campones modernizado estava fora das expectativas de estudo. No entanto, o significativo aumento dos estabelecimentos arrendados de base familiar, apresentado pelo município aliado aos argumentos apresentados pelos informantes nos fez ampliar a área de pesquisa. Duas realidades a um só tempo semelhantes, no predomínio do trabalho campones, e distintas, na intensidade da tecnificação, possibilitando o trabalho comparativo.

8. Através das informações, extra-oficiais, existentes nas folhas de coleta do IBGE sobre o levantamento agropecuário efetuado em 1985 na região indicam: nos distritos de Padre

de Gonzales, Tiradentes e Bela Vista, pertencentes ao município de Três Passos, os estabelecimentos arrendados representam de 5 a 7% do conjunto. Na relação entre pessoal ocupado e as unidades produtivas ocorre o emprego médio, respectivamente, de 2,7, 3,3 e 3,4 pessoas. Sobre a superfície ocupada em sistema de arrendamento, sucede destas mesmas serem inferiores a 10% do conjunto. A mecanização (emprego de tratores) destes distritos significam o uso de um trator a cada vinte estabelecimento; um trator por trinta unidades e um por 10 áreas produtivas. Nos lotes de arrendamentos e/ou parceria a mecanização é baixa. Do total de 341 unidades catalogadas sob arrendamento, no município, apenas 10 são tratorizadas.

Em Humaitá e, o então distrito, de Sede Nova verificava-se que a importância dos estabelecimentos arrendados, atinge 12 e 5,7 %, das terras; dispostos sob uma superfície média de 11,2ha e 22,7ha. O uso de tratores representa um para cada 2,7 unidades, em Humaitá e um a cada 3,8 em Sede Nova. A redução do número de lotes mecanizados e arrendados é superior ao patamar dos municípios vizinhos. O grupo de pessoas ocupadas oscila de 3,0 a 3,5 no geral e 2,4 nos casos analisados. VIANNA DE SOUZA, Maria de Fátima. **Relatório de Pesquisa I** Campinas, Out 1986. 104p .pp.81-4 e 95. (Relatório apresentado a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP)

9. Tiradentes possui características próximas de Bela Vista, com a diferença do transporte rodoviário, as estradas que o ligam a região possibilitam trabalho de campo. A presença da unidade da cooperativa no distrito e a existência da paróquia local contribuíram ao trabalho de consultas e entrevistas. Tiradentes, caso piorassem as condições de trabalho em Bela Vista, viria substituir o último núcleo. Por outro lado, ao efetivar-se as entrevistas nos dois distritos, abriu-se uma oportunidade a mais de comparar os casos

10. Em Humaitá, a população economicamente ativa (PEA), no setor agropecuário, extrativista e de pesca, apresentou uma redução absoluta da ordem de 40% em decorrência do intenso êxodo rural verificado, após a entrada do binômio trigo-soja, no período pós 70.

11. Crissiumal não fazia parte do roteiro de municípios da pesquisa, pelo perfil sócio-econômico e fundiário apresentada. As indicações de sindicalistas e dirigentes de cooperativas sobre a liderança de um proprietário-arrendatário e rendeiro familiar, que durante anos divide a terra paterna, contribuiria com a nossa perspectiva de análise a partir do relato da experiência vivida. As outras duas entrevistas realizadas no município foram indicações desta liderança rural.

CAPITULO I

A AGRICULTURA COLONIAL NO NOROESTE DO RIO GRANDE DO SUL.

As áreas de fronteiras agrícola do Rio Grande do Sul começaram a ser concluídas, quando da colonização do noroeste do Estado. Região anteriormente ocupada por índios (Kaigang), ex-escravos e trabalhadores nacionais, com a colonização por agricultores de origem européia, ela passa a exibir uma nova realidade fundiária.

Nos anos pré-colonizadores estes habitantes nativos ocupavam livremente as terras da região. Não havia a propriedade capitalista da terra. Esta não era uma mercadoria. A partir da colonização empreendida pelo Estado e empresas privadas, o acesso à terra estava condicionado à sua compra.

Os nativos, por realizarem uma agricultura itinerante de subsistência e por serem desprovidos de títulos de propriedade, eram denominados de intrusos pelos novos habitantes. Os colonos, de posse dos "direitos" sobre a terra passaram a desenvolver uma agricultura distinta da anterior. A produção agrícola familiar e mercantil seguiu-se a implantação dos primeiros núcleos de comércio local. Para que esta agricultura se impusesse foi necessário a participação do Estado definindo regras e condições ao trabalho das populações agrícolas.

Excluídos ou expulsos de suas áreas de origem, os nativos viram-se marginalizados destes tempos de abertura da mata, propriedade da terra e produção "prá venda". Restava-lhes abandonar a área ou permanecer nela ocupando uma posição marginal na sociedade agrária que se constituía.

Nas próximas páginas discorreremos sobre o processo histórico de colonização da região de estudo e a formação da agricultura mercantil camponesa - "tempo antigo" da derrubada das matas, da constituição dos núcleos coloniais, do carro de boi e da criação de suínos.

1.1. Imigração e colonização estrangeira: antecedentes históricos.

A transferência da família real e da corte reinante portuguesa ao Brasil em 1808, iniciam o processo de independência, concretizado em 1822, e a consequente formação do Estado nacional a partir da inserção do país no mercado internacional, sob a hegemonia do capital inglês, mediante a "abertura dos portos às nações amigas". Por conseguinte, a abolição da escravidão, antecedita do fim do tráfico negreiro, integrou o conjunto de medidas, a exemplo das anteriores, necessárias à formação do mercado consumidor interno constituído de trabalhadores assalariados obrigados a vender a força de trabalho para a aquisição de produtos de subsistência (alimentos, vestuário etc). Por outro lado, havia a necessidade de assegurar as fronteiras nacionais

mediante ocupação produtiva das áreas em disputa com outros países; isto significava, colonizar regiões despovoadas das províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e do Pará e, com isso, demarcar os limites territoriais da nação. As primeiras políticas de colonização efetuadas pelo Estado com estes propósitos, no decorrer do século XIX, antecedem à chegada dos primeiros colonos de origem germânica no RS, em 1824, (1)

"Cumpre,(...) distinguir, na migração que se processa, a partir (da vinda) da família real para o Brasil, dois tipos de iniciativa imigratória." No primeiro caso, encontra-se a colonização, iniciativa oficial, de interesse português, "pois visava à formação de colônias de estrangeiros, que tornassem permanente a ocupação de certas regiões (...)".

No segundo caso, situa-se a imigração, inicialmente uma exigência britânica,

"(...) atividade de iniciativa particular, cuja finalidade imediata associava-se aos interesses da grande lavoura: formar um contingente de trabalhadores com os quais resolviam o problema da mão-de-obra, indispensável ao desenvolvimento econômico (e a acumulação de capital nos setores hegemônicos da economia nacional, como os cafeicultores paulistas)." (LANDO & BASTOS, 1982:11) (2)

A longa trajetória do imigrante europeu, em busca de terra e trabalho na América luso-hispânica, iniciou-se a partir do processo de desagregação das sociedades feudais, decorrentes do desenvolvimento capitalista naquele continente nos primórdios do séc. XIX. O grupo inicial de colonos alemães que aqui chegaram advém, em maior número,

dos descendentes de camponeses transformados em agricultores sem terras pela revolução agrícola.

"O Rio Grande do Sul teve a oportunidade de acolher sobretudo alemães originários de zonas rurais mas de zonas rurais diferentes, de sorte que apresentavam grande variedade de tipos".(ROCHE, 1969:157) (3)

O processo imigratório iniciou-se em 1824 com a vinda dos primeiros colonos alemães, arregimentados pelos agentes do governo imperial, cujo objetivo era legitimar a ocupação pelo Brasil do território gaúcho, em secular disputa com os hispânicos, argentinos e cisplatinos. Os interesses hegemônicos dos estancieiros determinaram uma política governamental colonizadora

"(...) que pretendia, fixando-os à terra, formar colônias que produzissem gêneros necessários ao consumo interno." (LANDO & BASTOS, 1982:20) (4)

"(...) a pequena propriedade dos projetos de colonização não decorreu de transformações econômicas e sociais que tornassem difícil a sobrevivência do latifúndio; ela surgiu, na verdade, como complemento deste, como a nova condição de reprodução da grande lavoura. (MARTINS, 1984:XIII) (5)

Situados em áreas distantes das estâncias de criação de gado, os primeiros núcleos coloniais localizavam-se em regiões de matas e florestas interligadas à capital riograndense por rios navegáveis (rio dos Sinos e Guaíba). A localização das colônias facilitava o escoamento dos produtos coloniais excedentes que encontravam mercado nas

áreas em urbanização de Porto Alegre e, com o declínio da produção de gêneros de subsistência no norte do país, nos centros rurais e urbanos ligados a cafeicultura. Neste caso,

"(...) foram as necessidades, basicamente de alimentos, manifestas pela população (assalariada) ocupada no complexo cafeeiro que contribuíram, de forma decisiva para o crescimento das colônias européias no extremo sul (...)." (FEE, 1982:29)
(6)

Os resultados satisfatórios dos primeiros empreendimentos colonizadores com imigrantes alemães, entre 1824 e 1850, abriram caminho à ampliação desta política nos planos regional, e nacional, e, sobretudo, demonstraram a viabilidade e possibilidade futura de substituição do trabalhador cativo pelo trabalhador livre.

O referencial proporcionado por estes projetos colonizadores com imigrantes europeus, responderam, em parte, pelas iniciativas de contratação de trabalhadores europeus efetuadas por cafeecultores paulistas, após a proibição governamental do tráfico de escravos no país. Naquele momento, a agricultura brasileira, através da grande propriedade cafeeira do oeste paulista, via, com o fim do tráfico negreiro, a necessidade de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, condição *sine qua non* à manutenção e crescimento das fazendas de café.

Nos países europeus, por sua vez, prosseguia o processo de expulsão massiva da população camponesa das áreas rurais. Itália e Alemanha situavam-se entre os países responsáveis pelo fluxo emigratório em direção à América

(Estados Unidos, Brasil, Argentina e Uruguai). Os braços excedentes dos campos alemães e, sobretudo, italianos apresentavam-se aos fazendeiros paulistas como alternativa à necessidade local de suprir a escassez de força de trabalho assalariada, experimentada nas lavouras em rápida expansão de área e produção.

A política particular de recrutamento, contratação e locomoção das famílias camponesas italianas, empreendida até 1885 por parte dos cafeicultores paulistas, foi transformada, a partir desta data, em política estatal implementada, num primeiro instante, pelo governo provincial, através da Sociedade Promotora de Imigração (SPI), e, posteriormente, pelo governo republicano mediante políticas nacionais de imigração e colonização.

Os agentes arregimentadores da força de trabalho expropriada, acenavam com promessas futuras de terra e trabalho para todos, atraindo milhares de trabalhadores rurais e pequenos agricultores que viam na emigração para a América a possibilidade de retomar a condição de produtores autônomos. Neste sentido, a política de colonização levada a termo no sul do Brasil cumpre o importante papel de referenciar e legitimar os pressupostos assumidos perante os agricultores e o governo italiano. Entretanto, as péssimas condições de vida e trabalho a que eram submetidas as famílias de imigrantes, fazendo lembrar o passado escravista das relações de produção, fizeram com que o governo italiano

proibisse, em mais de uma oportunidade, a vinda de trabalhadores ao país.

No último quartel do século XIX, vários países, como a Argentina, os Estados Unidos e a Austrália, recrutavam a força de trabalho emigrante europeia, concorrendo com o Brasil e oferecendo melhores condições de trabalho aos que para lá se dirigissem.

Os problemas iniciais da imigração no país atingiram também os imigrantes alemães, que para cá se dirigiam em busca de novas e melhores condições de vida.

"As dificuldades para obter a naturalização, a desorganização do sistema de colonização, a exigência de compra do lote colonial, ainda que parceladamente, a dificuldade de obtenção dos títulos definitivos de propriedade, as restrições impostas à emigração para o Brasil na Alemanha, a divulgação, na Europa, de eventos como a revolta dos colonos (italianos) de Ibiacaba, (...) a existência do regime escravista, entre outras causas, contribuíram para que o número de imigrantes alemães no País fosse pouco expressivo quando comparado ao existente em outros países da América, como os Estados Unidos". (SEYFERTH, 1988:3) (7)

A imigração de europeus para um país como o Brasil neste caso,

"era um mau negócio para os interesses envolvidos no recrutamento, transferência e localização de migrantes. Por esse motivo, a política de imigração assumiu, em nosso país, já nessa época, uma feição dúplice: era apresentada (...) como um programa de colonização, de criação de uma camada social de pequenos proprietários, quando, porém, a ênfase qualitativa e quantitativa no recrutamento e localização dos imigrantes estava, na verdade, na formação de um contingente de mão-de-obra para as grandes

fazendas. Praticamente todos os núcleos coloniais desse período, estabelecidos no Sul e no Sudeste, foram-no sob essa inspiração, como garantia exterior de que na estrutura da sociedade brasileira abria-se lugar para uma camada de pequenos proprietários prósperos (...). (MARTINS, 1984:XII) (8)

1.2 O Campesinato colonial e a ocupação regional.

A colonização germânica no Rio Grande do Sul principiou-se, oficialmente, em 31 de março de 1824 com a fundação da Colônia Alemã da Feitoria, posteriormente Colônia de São Leopoldo, onde foram alojados trinta e oito colonos alemães e suas famílias. Estas terras pertenceram à antiga Feitoria do Linho Cânhamo, local da outrora fracassada tentativa de colonização com emprego do trabalho escravo.

Nos primeiros anos, a iniciativa esteve a cargo do governo central, que concedeu, gratuitamente, lotes de terra aos imigrantes. Neste período, devido ao fim do sistema de sesmarias em 1822, havia indefinição quanto ao regime legal de acesso à terra no país. A ausência de legislação acerca da apropriação possibilitava a ocupação e posse de terras. No caso da colonização, viabilizava-se a doação de lotes de terra às famílias germânicas, pioneiras da imigração. A questão seria melhor definida com a promulgação da Lei de Terras de 1850, vinculando a compra da terra à obtenção do título de propriedade.

A colonização empreendida no sul do país, inseria-se e subordinava-se ao processo de desenvolvimento capitalista nacional. Deste modo, a partir da retomada da colonização, com o término da Revolução Farroupilha que perdurara de 1835 a 1845 e interrompera o fluxo migratório ao RS, observou-se inúmeras mudanças tendo em vista adequar a colonização aos propósitos de substituição da força de trabalho em curso nas fazendas paulistas. A terra nesta segunda etapa, iniciada pós 1845, passou a ser comercializada pelo Estado.

Em segundo lugar, os núcleos coloniais que antes se caracterizavam pela homogeneidade de nacionalidade, a partir deste momento deveriam compor-se de imigrantes de vários países. Dentro desta concepção foram recrutados franceses, suíços, além de alemães fugidos da perseguição política promovida após os movimentos revolucionários de 1848.

A terceira modificação dizia respeito a participação do governo no empreendimento colonizador. Desta etapa em diante, a responsabilidade pela fixação do imigrante e a manutenção do mesmo no núcleo rural deixou de caber ao governo imperial tornando-se atribuição dos governos provinciais.

"A colonização (...) foi feita sobretudo em terras públicas (...). A política imigratória do Império fez da imigração alemã sobretudo uma questão de colonização, e, pelo menos no sul do País, este procedimento foi também uma estratégia dos governos provinciais (...). Neste sentido, foi uma colonização dirigida e patrocinada por órgãos do

governo brasileiro, (...)." O processo efetua-se sob "a tutela do governo (...) sobre o imigrante que não tinha qualquer escolha. Os imigrantes/colonos, portanto, não tinham qualquer controle sobre o processo eram simplesmente conduzidos às áreas coloniais, onde recebiam, por compra, um lote de terras destinado ao trabalho agrícola (...)" (SEYFERTH, 1988:6-7) (9)

O contrato de trabalho do colono, ainda na fase inicial da colonização, especificava que os imigrantes ao receberem terras comprometiam-se a cultivá-las com suas famílias. Assim, fica clara a intenção governamental, desde os primeiros núcleos oficiais à colonização particular da terceira e última fase, de promover a formação da pequena propriedade agrícola familiar. Em termos sociológicos, isto significa a constituição de um campesinato proprietário-familiar uma vez que havia, de um lado, a propriedade e, de outro, a família a fundamentar o trabalho colonial.

O colono, desprovido de economias e recursos para sobreviver, endividava-se até o momento que o trabalho na lavoura passasse a dar os primeiros resultados. A comercialização dos produtos agrícolas nas vendas rurais constituíasse em mecanismo de pagamento das dívidas. Deste modo o agricultor, passa a produzir, fundamentalmente, os produtos que encontram mercado. A reprodução do campesinato colonial, desde o instante inicial, acha-se subordinada às relações de troca estabelecidas no mercado. (10)

Por fim a quarta mudança, ocorrida a partir da segunda etapa da colonização, referia-se às dimensões dos lotes de terra. Na fase anterior, de 1824 até 1851, os

tamanho das colônias era de 77 hectares. Nesta etapa, que se estenderá até 1890, a área dos lotes passava a ser de 48 hectares. Posteriormente, na última fase imigrantista, iniciada em 1891, houve nova redução no tamanho dos estabelecimentos entregues aos imigrantes para 25 hectares. (11) Ocorre que a partir da diminuição da área mínima de terra

"(...) o lote que cada família podia adquirir torna-se insuficiente para a reprodução do campesinato ali formado a partir da segunda geração. O resultado de tudo isso foi uma grande mobilidade da população teuto-riograndense (...). A migração para novas áreas abertas à colonização processou-se desde as últimas décadas do século XIX, e são os descendentes de imigrantes das colônias mais antigas que vão se estabelecer, já no século XX, no (noroeste do RS), oeste de Santa Catarina, no planalto e oeste paranaense e, mais recentemente, nas (novas) áreas pioneiras abertas no Mato Grosso e Rondônia". (SEYFERTH, 1988:7) (12)

A partir da República o poder político foi descentralizado e, com isso, os governos estaduais passaram a legislar sobre as terras públicas nos Estados. Em relação à imigração e colonização coube ao Governo Federal arcar

"(...) apenas com a responsabilidade de fornecer imigrantes. A empresa colonizadora se tornou, contudo, demasiado onerosa para o governo estadual, de modo que este dividiu a tarefa, permitindo o surgimento de empresas particulares". (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981:64) (13)

O poder local (estadual), de inspiração positivista, sem recursos e interesse pelo empreendimento, entregava à iniciativa privada ou seja, às empresas

colonizadoras, cujo objetivo era fazer dessa atividade um lucrativo investimento.

O caráter assumido pela formação de novas colônias não excluiu a atuação do Estado como agente regulador do processo. As terras loteadas eram, legalmente, áreas devolutas pertencentes ao poder público.

"As sociedades coloniais faziam um contrato com o Estado para a colonização de novas áreas. Neste contrato eram estabelecidos os preços e as condições para a venda dos lotes rurais. O mesmo faziam em relação à própria sociedade. De modo que, terminando o contrato, as terras eram repartidas entre os elementos que compunham a sociedade, começando assim a especulação. É evidente que o ônus recaía sobre o novo dono." (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981:64) (14)

O governo estadual buscava, através da colonização particular, reduzir os gastos públicos uma vez que a colonização havia atingido os objetivos que a justificaram como por exemplo, o povoamento e ocupação produtiva das áreas desabitadas e/ou de escasso povoamento do Estado. As áreas rurais de imigrantes, por outro lado, tornaram-se fornecedoras de matéria-prima e gêneros alimentícios às regiões urbanas do centro-sul.

Por outro lado, a entrada da colonização particular associava-se ao fato de que, a partir da República, a classe dominante local, representada por pecuaristas e charqueadores, passava a controlar a máquina estatal e esta não possuía interesse em manter, apenas com recursos estaduais, a formação e manutenção de novos núcleos

coloniais. O governo estadual, também, tinha por finalidade, ao dividir com as empresas colonizadoras os encargos, estender às regiões de fronteira agrícola o empreendimento, assentando, em algumas áreas, primeiramente, trabalhadores nacionais. Com o fracasso do assentamento destes trabalhadores, inicia-se, posteriormente, a colonização com descendentes de imigrantes. A ocupação das fronteiras agrícolas, dentre as quais está o noroeste do RS, efetuou-se, então, a partir dos fluxos migratórios originários das antigas áreas de colonização do Estado.

Concomitantemente à colonização da fronteira agrícola, o governo estadual procurava assentar as novas levas de imigrantes que continuavam sendo trazidos pelo governo federal. A colonização de Ijuí é um exemplo da última situação. (15)

A colonização de Santa Rosa e Três Passos, base da ocupação das terras situadas às margens do Rio Uruguai, é ilustrativo das mudanças ocorridas no povoamento do noroeste gaúcho: a região foi sendo habitada por nacionais, substituídos por descendentes de colonos e, posteriormente, pelos novos grupos de imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul na virada do século passado (16)

As colônias fundadas ao noroeste tinham como objetivo principal

"(...) regularizar a situação dos intrusos (posseiros) que ocupavam a floresta à margem da Colônia Guarani (...). Mas aconteceu que em torno dos acampamentos foram se aglomerando os primeiros povoadores (descendentes de imigrantes), construindo

moradias, abrindo caminho, derrubando matas, fazendo lavouras." (SEGAT, CHRISTENSEN & SARTORI, 1981:56) (17)

"Os novos colonos, (...) não raras vezes encontraram dificuldades para se sediar na nova colônia. Primeiramente porque, ao contrário da política de colonização inicial do Estado, o governo não mais garantiu os primeiros proventos. Em segundo lugar, porque a disponibilidade dos lotes era rara para os colonos descendentes de alemães, italianos e poloneses. Dava-se primazia aos colonos nacionais. A estes estavam reservados os melhores (lotes) e, ao mesmo tempo, eram beneficiados por privilégios especiais quanto à forma de pagamento dos mesmos. Transparece aí, a clara intenção de imprimir um caráter nacionalista à nova Colônia." (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981:90-1) (18)

As condições oferecidas à compra da terra permite antever o interesse do Estado pela ocupação produtiva da região e a forma como esta encontrava-se relacionada à propriedade de terra. Por outro lado, aos descendentes de estrangeiros o acesso à terra deu-se, neste momento inicial, por intermédio da compra dos lotes junto aos primeiros assentados (colonos nacionais). Reproduz-se aqui a situação na qual

"(...) as condições históricas que geraram os núcleos coloniais camponeses marcaram-nos com a propriedade capitalista da terra. No modo de produção capitalista, a terra é equivalente de mercadoria, e assim determinada é que ela se antepõe ao camponês obrigando-o a comprá-la para converter-se em proprietário privado. Contudo, a necessidade de dispendir dinheiro na compra de terras diminui a massa do mesmo, que poderia ser investida na produção agrícola (...).(TAVARES DOS SANTOS, 1984:48) (19)

Enquanto os migrantes das "colônias velhas" viam-se forçados empregar as economias que dispunham na compra da terra, aos nacionais eram concedidas terras com uma entrada de 10% e o restante a ser pago quando pudessem. Os anos foram passando e as dívidas não foram salgadas, o que impedia a negociação das terras.

A saída encontrada pela Comissão de Terras Públicas foi conceder aos colonos nacionais

"(...) título de propriedade (...) independente de saldar a dívida. Distribuíram-se assim os títulos e logo a seguir começaram a ocorrer transações em que os elementos nacionais passavam a vender suas terras para os elementos de origem estrangeira, principalmente oriundos das Colônias Velhas (...)" (SEGAT, CHRISTENSEN & SARTORI, 1981:57)
(20)

As diferenças na forma de produção rural, as distinções de concepção da atividade agrícola entre camponeses nacionais e os descendentes de imigrantes conduziram, em parte, ao insucesso do empreendimento voltado à fixação dos agricultores de origem local. Desprovidos do conhecimento das técnicas agrícolas, sem assistência governamental, sem recursos e isolados na floresta, os agricultores nativos viam-se na contingência de cultivarem produtos de subsistência para a sua sobrevivência. Histórica e culturalmente realizavam uma agricultura itinerante e voltada, sobretudo, ao sustento do próprio grupo familiar. Deste modo torna-se difícil a continuidade desta agricultura a partir do momento em que o camponês brasileiro vê-se

obrigado a obter sobras para efetuar o pagamento da terra e que significava, na prática, a necessidade de produzir para o mercado ao qual raramente recorria. Transformados, em produtores mercantis, onde eram levados a inserir-se num sistema agrário de técnicas, regras e concepções distintas daquelas em que se encontravam histórica e socialmente relacionados, os agricultores nacionais vêem na venda da terra aos colonos de origem européia, o meio de saldar dívidas e retornarem ao modelo agrícola ao qual estavam, culturalmente vinculados.

A região de Três Passos, fronteira do Brasil com a República Argentina, por sua posição estratégica, foi objeto de preocupações pelo Governo Imperial desde a promulgação da Lei de Terras de 1850, constituindo-se em mais um motivo da decisão brasileira de povoar a área. Por este motivo, antes de discorrermos sobre as influências, o perfil comum e as semelhanças entre a colonização de Santa Rosa e Três Passos, abordaremos as condições históricas que antecedem a iniciativa colonizadora e que, em parte, explicam-se através da instalação da Colônia Militar do Alto Uruguai, atualmente distrito de Três Passos, no sentido de apreender as razões que levaram o Estado brasileiro e provincial a efetuar, num primeiro momento, uma experiência de povoamento a partir da concessão de terras devolutas aos camponeses nativos.

"Precursora da colonização da região do Alto Uruguai, criada juntamente com outras colônias militares pela lei (...) que regulamentou a aquisição das terras devolutas, reservando as suas

disposições ao Governo Imperial exclusivamente. O único título doravante válido seria a compra mais a concessão". (SEGAT, CHRISTENSEN & SARTORI, 1981: 62) (22)

Através das disposições legais que justificam e regulamentam a existência das colônias militares, o Estado brasileiro deixa claro suas intenções com esta medida, quando estabelece:

"Dentro da zona de dez léguas contígua aos limites do Império com países estrangeiros (no caso a Argentina) e em terras devolutas que o governo pretende povoar, estabelecer-se-ão as colônias militares". (SEGAT, CHRISTENSEN & SARTORI, 1981: 62) (23)

A Colônia Militar do Alto Uruguai, situada no atual município de Três Passos, foi fundada a 25 de dezembro de 1879. A colônia tinha por função defender o território contra as invasões dos castelhanos. O local servia também como colônia penal aos detentos de alta periculosidade.

"Em 1901 a Colônia Militar contava com 1.015 habitantes que viviam da cultura da cana (de-açúcar), milho, feijão, mandioca e árvores frutíferas, especialmente as cítricas, que ainda hoje se encontram (...) nesta região. A Colônia (...) foi desativada no ano de 1913, passando o território (do controle militar) para a administração civil." (SEGAT, CHRISTENSEN & SARTORI, 1981:63) (24)

A agricultura de subsistência, praticada pelos trabalhadores primitivos serve de base ao início e desenvolvimento de alguns processos de transformação de produtos de origem agrícola. A cana-de-açúcar cultivada

incentivava a formação de pequenos engenhos e alambiques que vieram a ser substituídos, recentemente, pelas culturas de soja e trigo introduzidas nos últimos anos.

Os imigrantes europeus, vindos ao Estado no último quartel do século anterior ocuparam o Planalto Médio e a Depressão Central. A proximidade de estâncias e o difícil acesso aos centros urbanos, interligável apenas por via terrestre, tornavam a construção ou ampliação das estradas de ferro fundamental ao êxito das novas frentes migratórias. A expansão das vias de comunicação, dos "caminhos de ferro" - responsáveis pela aproximação das áreas longínquas à Porto Alegre permitia a venda dos produtos coloniais e viabilizava o aparecimento de novos núcleos (Santa Rosa e Três Passos) e urbanos na região noroeste do Estado. (23)

Ao criação do sistema de comunicações ferro-rodoviárias propiciou as condições à ocupação planejada de novas áreas ao norte do município de Ijuí. A importância da estrada de ferro na colonização do Planalto é destacada pelos historiadores quando afirmam:

"A estrada de ferro veio integrar esta região do Planalto ao resto do Rio Grande do Sul. A grande linha de estrada de ferro, partiu de Santa Maria tocando Cruz Alta em 1894, Passo Fundo em 1900, Marcelino Ramos em 1910. Um ramal uniu Cruz Alta a Ijuí em 1911, a Santo Angelo em 1915 e a Santa Rosa em 1940.

Os primeiros colonizadores, imigrantes e descendentes de imigrantes, chegaram a esta região (de Santa Rosa) por volta de 1906 e 1910. O governo os trazia até Cruz Alta pela estrada de ferro, de lá, fazendo escala em Ijuí - o Acampamento Barracão Ijuí- chegavam em carroções a Guaraní (distrito de São Luís Gonzaga). Ali aguardavam por alguns

dias, até que lhes fosse destinada uma parcela de terra (a serem pagas em cinco anos) O governo lhes dava (apenas) facões, foices e remédios.

O surto de progresso foi imenso, e as vendas das terras acompanharam o progresso da construção da Estrada de Ferro Santo Angelo-Giruá. Entre 1934 e 1936, (houve intensa valorização das terras e os preços) alcançaram mais do sêxtuplo em três anos." (SEGAT, CHRISTENSEN & SARTORI, 1981:59-74) (24)

Nas décadas de 20/30, ocorreram modificações significativas nas condições e no caráter, inicialmente, projetado pelo poder público, ao povoamento do noroeste do RS. Houve a "substituição" do colono nativo ou brasileiro pelo colono de origem européia no empreendimento colonizador. O Estado passou a controlar a demarcação das terras, as condições de loteamento e a comercialização das áreas, além de demarcar as extensões de terras a serem concedidas às empresas privadas de colonização, em troca da construção de estradas e instalação da infra-estrutura necessária ao êxito das frentes de expansão.

A regularização e legalização dos lotes transacionados por terceiros e/ou por empresas estava a cargo das Comissões de Terras, às quais cabia a legalização das terras devolutas nas áreas sob sua jurisdição. Estas atividades pertencem, na atualidade, os Escritórios Regionais de Terras Públicas, localizados em municípios pólos da região como Três Passos, Santa Rosa e Ijuí.

"A comissão de Terras foi a espinha dorsal da colonização na região. O chefe da Comissão de Terras era também o chefe da Colônia. Tudo era feito por intermédio da Comissão de Terras:

estradas de rodagem, pontes, estradas de ferro, demarcação de terras. Foram demarcados milhares de lotes de 25 hectares cada um, rede telefônica, subvenção de escolas, (...) onde eram alfabetizados os filhos dos colonos.

A divisão dos lotes coloniais obedecia ao sistema (...) adotado pela Comissão de Terras (...) e que consistia em servir a todos os lotes por uma estrada de rodagem e por um curso d'água, limitando-se o lote, sempre, numa extremidade pela estrada e noutra pelo curso d'água.

Os lotes eram vendidos à vista ou a prazo. O pagamento era previsto para 4 anos. Eram aceitos, em pagamento dos lotes, o trabalho dos pretendentes, assim como gêneros e produtos. (SEGAT, CHRISTENSEN & SARTORI, 1981:61-4) (25)

O modelo de colonização empreendido pelo Governo, e as relações deste com as empresas particulares de comercialização de terras, é bastante ilustrativo. Durante o período de 1916 a 1930, a chefia da Comissão de Terras esteve a cargo de João de Abreu Dahne, engenheiro com experiência na construção de ferrovias. Ele era encarregado de demarcar e regulamentar as terras, concedendo títulos de propriedade aos colonos que provassem a compra da gleba. O engenheiro era, também, sócio-proprietário da Companhia Dahne & Conceição, que recebera da própria Comissão de Terras, o direito a comercializar, faixas de terras públicas e devolutas aos colonos, em troca da construção das vias de comunicação.

A atuação desta empresa expandiu-se por outras áreas, além de Santa Rosa, assegurando o domínio do processo de comercialização das novas terras.

"O governo do Estado, (...) por contrato celebrado com a firma Dahne, Conceição & Cia, autorizou-a a (...) colocar por venda, as terras devolutas de sua propriedade, (ou seja, as terras públicas) situadas entre os Rios Uruguai e seus afluentes Santa Rosa e Turvo, entre os municípios de Santa Rosa e Palmeira das Missões num total de 7.000 lotes com área média de 250.000 metros quadrados cada um". (26)

O Estado, no caso descrito, torna-se intermediário do processo de apropriação do sobretrabalho camponês, pelos capitalistas que atuam na região. O poder estatal contribui, vigorosamente, para inserir o camponês no universo da mercadoria, do capital a partir do instante que estabelecia a obrigatoriedade da compra da terra para a concessão da escritura e do momento que provia todos os núcleos coloniais de estradas de rodagem para o escoamento da produção rural aos centros urbanos. Empresários, comerciantes e industriais atuantes na região tornaram-se beneficiários deste processo..

"Durante os últimos anos da década de vinte e no início dos anos trinta, houve a efetiva colonização de todas as áreas agrícolas da microrregião (de Santa Rosa). A agricultura deixou de ter um caráter de economia de subsistência e passou a produzir para o mercado. O período caracterizou-se, contudo, pela supremacia da pecuária sobre a agricultura. Os produtos de origem animal tinham maior demanda no mercado. A agricultura constituiu-se, fundamentalmente, numa atividade subsidiária da pecuária. No período não se sentiu a necessidade de grande quantidade de terra. O cultivo dos produtos agrícolas destinava-se especialmente ao abastecimento das manadas e dos rebanhos. O milho, a mandioca, a abóbora e a batata-doce eram os produtos essenciais da agricultura. (...) A suinocultura conseguiu impulsionar o desenvolvimento da indústria frigorífica. Esta, por seu turno, incrementou a

criação de suínos. Surgiram estabelecimentos industriais voltados, principalmente, ao abate de suínos, à fabricação de manteiga, de amido, de óleos vegetais, de farinha de trigo e de trilhadeiras. Assim, as indústrias estimularam a produção agrícola, pois absorviam grande parte da matéria-prima e, ao mesmo tempo produziam utensílios (trilhadeiras e demais instrumentos de trabalho) que subsidiaram o trabalho do homem do campo". (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981:124-5) (27)

A suinocultura e a produção de milho, enquanto se fizeram dominantes nas pequenas explorações dos núcleos rurais "alemães". Desde os primórdios da imigração ao Brasil e ao Rio Grande do Sul estes faziam da suinocultura a base do trabalho rural. A industrialização da banha e demais derivados de suínos, estimulou, na segunda metade do século XIX, a formação de uma rede de comercialização de suínos originários das colônias germânicas e que se estendia até a capital gaúcha onde a matéria-prima era transformada pelas manufaturas industriais em expansão. O mercado consumidor destes produtos ultrapassa as fronteiras estaduais alcançando os principais centros urbanos do país. A crescente demanda destes produtos no comércio e indústrias fizeram por transformar os camponeses alemães em suinocultores.

A produção agrícola centrava-se nos gêneros necessários à alimentação dos animais e do grupo familiar. Este modelo de produção rural, com suas técnicas, seus produtos e formas de organização econômico-social foi reproduzido nas novas colônias formadas no Planalto gaúcho.

Em clássico trabalho sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, Jean Roche relata a importância da produção rural do noroeste gaúcho à economia do Estado:

"A prosperidade agrícola é apreciável, visto que, em 6,2% da superfície cultivada, esses dois municípios (Santa Rosa e Três Passos) colhem 6,9% da produção agrícola do Estado, que representa 6,6% de seu valor (...). A área do Alto Uruguai é agora por excelência a do milho, do feijão e da mandioca; entretanto, acrescente-se a isso a cultura do mate, do arroz, do trigo, de cereais secundários e a criação leiteira (...)." Na criação de animais, a exemplo das outras regiões coloniais teutas, a suinocultura está presente, ao lado da produção de milho intensa até os dias atuais.

Ligados desde o princípio, aos grandes centros consumidores por vias de comunicação, Santa Rosa e Três Passos foram os municípios-chaves dos quais originaram-se os demais que possuem a mesma matriz produtiva daqueles". Na época do trabalho investigativo, a região apresentava-se a Roche como "a área que apresenta a fisionomia mais moderna, mais dinâmica do Rio Grande do Sul rural (...)" (ROCHE, 1969:188-90) (28)

A importância da suinocultura na região estimulou a formação de frigoríficos nas principais municípios. Na década de 50, Três Passos despontava entre as áreas de maior rebanho suíno do Estado. A criação de porcos seguia os padrões observados desde o século anterior nas colônias da serra. O baixo desenvolvimento tecnológico permanecerá até o final dos anos 70, quando as grandes empresas do setor (Sadia e Perdigão) adquiriram os antigos frigoríficos da região e impuseram preços e condições de produção aos suinocultores. Foi o começo da integração do camponês aos contratos de produção exigidos pelo grande capital

agropecuário e industrial. As unidades processadoras vinculam o fornecimento da matéria-prima ao cumprimento, pelo agricultor dos padrões "modernos" de trato e criação. Os novos moldes de produção colonial fazem por subordinar parcela dos pequenos criadores de suínos a vários segmentos da cadeia de empresas capitalistas agroindustriais e excluem do mercado outros tantos suinocultores, que não se enquadram as modernas formas de criação destes animais.

O intenso desenvolvimento econômico do noroeste conduziu ao desmembramento político-administrativo da área, dando origem ao aparecimento de novos municípios. No caso de Três Passos, houve o surgimento de Humaitá, Sede Nova, Crissiumal entre tantos outros. A fragmentação de área se fará acompanhar, no tempo presente, do parcelamento das pequenas explorações seguido do esgotamento do solo.

A "questão da partilha" da terra vê-se posta nas colônias novas, assim como nas mais antigas, às gerações futuras. Muito cedo já se apresenta, à primeira e/ou segunda geração de colonos nascidos no Alto Uruguai gaúcho, a necessidade de mais uma vez partir em busca de novas terras na fronteira agrícola no sudoeste paranaense e Mato Grosso. A década da Soja e da agricultura intensiva do capital agro-industrial, leva a expropriação, migração e assalariamento de milhares de agricultores. Este trabalho, entretanto, é a história dos que ficaram na terra e que em meio as adversidades procuram permanecer.

1.3. O tempo antigo da mata, dos suínos e do carro de boi.

A história da colonização e formação da agricultura camponesa no noroeste gaúcho, iniciou-se a partir da migração interna das populações rurais das colônias pioneiras, fundadas no século XIX. A agricultura desenvolvida pelos migrantes reproduzia, nestas áreas, as formas de produção e os produtos cultivados nas antigas colônias. Aqui, como lá, a suinocultura e a plantação de milho, representavam as atividades básicas dos agricultores. (31)

A criação de animais, a agricultura do milho e a policultura de subsistência concentravam as atenções da família camponesa ao longo do ano agrícola. As terras sem-dono tornaram-se raras, e o outrora "sertão" teve suas terras rapidamente transformadas em áreas produtivas. O ritmo crescente da migração rural das "colônias velhas" às novas terras esgotaram os espaços "sem propriedade e sem cultivo". Abertas as picadas, a expectativa dos agricultores voltava-se às lavouras, à criação e o que se poderia obter de sua fertilidade natural.

Os chiqueiros estavam repletos de suínos prontos ao abate, o milho havia alimentado os rebanhos. A "venda do porco" permitiria aos colonos fazer a "sobra" que, quando

guardada, possibilitava a compra de novas terras aos filhos adultos, que estavam em idade de constituir suas próprias famílias. O plantio de hortaliças e a existência das árvores frutíferas contribuía à subsistência dos camponeses.

Era um tempo de fartura e perspectiva no futuro. Ao colono, bastavam alguns anos de trabalho para poder adquirir terra aos filhos ou para si, quando ele ainda não a possuía. O plantio era manual e prolongava-se durante semanas, envolvendo várias pessoas da família. A colheita, para evitar perdas, devia envolver inúmeras pessoas em curto espaço de tempo. O trabalho solidário de vizinhos e parentes fazia-se necessário à realização desta tarefa. Este trabalho era denominado, pelos camponeses, de mutirão e possuía a dupla função de auxiliar a família agricultora a concretizar o processo de trabalho e unir a comunidade rural.

Os insumos utilizados na lavoura originavam-se dos recursos existentes na colônia. Nas ocasiões onde havia necessidade de investimentos e o agricultor não possuía dinheiro para fazê-lo, este recorria ao empréstimo junto aos colonos vizinhos. Aquele camponês que tomava emprestado, saldava as dívidas com as sobras da próxima colheita. O banco, naquela época, não compunha o ideário e a vida camponesa. A produção não dependia de empréstimos, os "investimentos" eram efetuados com o dinheiro recebido da colheita. O comércio e a indústria de transformação (frigorífico) eram os mecanismos da ruína e endividamento

camponês. A baixa fertilidade se fazia ausente dos problemas da unidade de produção familiar.

O "tempo antigo" é percebido pelo camponês a um só instante como aqueles anos onde "não se passava dificuldade de dinheiro" ou "não se passava apertado", e com os anos em que, referindo-se às condições de trabalho, "a vida era mais difícil, trabalhosa." O trator, a colhedeira, os adubos, o calcáreo vieram "facilitar a vida do colono".

Nos espaços seguintes os próprios envolvidos relatam a forma como se realizou (a) este processo e seu significado aos nossos entrevistados.

As passagens das entrevistas abaixo são ilustrativas das dicotomias e ambiguidades existentes no discurso camponês, entre o tempo antigo e o tempo moderno, em relação ao trabalho (manual/mecanizado), às condições de vida (fartura, segurança X privação, incerteza), à forma e destino da produção ("pró gasto" X "prá venda") e à aquisição da terra ("sobras do trabalho" X especulação).

O texto seguinte, escolhido para abrir a série, relata fases e aspectos do processo de trabalho no "tempo antigo".

P: Como era o trabalho antigamente?

R: Antigamente, (...) o cultivo da terra é bastante diferente. Porque, antes da mecanização, (...) cada proprietário tinha, normalmente uma ou até duas ou três junta de bois fortes e a lavração começava quinze de julho e se estendia até fim de agosto, vinte de agosto aonde que começava o plantio, porque lavrar, por exemplo, toda a terra, e era muita roça nova, cheia de tocos de raízes, aonde que não se conseguia fazer um grande serviço por dia e, esse trabalho, era lento e para depois,

em agosto, setembro plantar a lavoura para, em outubro, plantar o soja. Então, agosto e setembro plantava o milho e outubro, novembro soja no meio do milho.

A resposta do entrevistado, descreve as etapas do processo produtivo das unidades familiares, num passado longínquo, separado do trabalho atual por um marco periodizador chamado "mecanização". Isso indica que ele caracteriza aquele processo produtivo como ocupando muito tempo (julho/novembro) e muito trabalho para superar as barreiras impostas pela natureza à atividade agrícola ("era muita roça nova, cheia de tocos de raízes"). Por fim, as últimas frases permitem visualizar a correlação valorativa da soja e do milho; o trabalho dos colonos concentrava-se na produção de milho, ao lado da criação de suínos. A produção de soja apenas servia como complemento à ração animal.

As passagens abaixo, reafirmam a função desempenhada pela suinocultura e o cultivo de milho numa época em que a "soja era uma cultura não explorada dentro do Brasil". Por outro lado, essa era uma época em que o agricultor conseguia comprar terra "somente com pagamento de milho e suíno". O emprego do verbo no passado (conseguia) denota que hoje isso não ocorre mais. Enfim, relaciona a tecnificação ao enfraquecimento da capacidade produtiva do solo. Antes, "não usava adubo (pois) a terra era tão boa que tudo dava".

"O agricultor comprava terra, praticamente, somente com pagamento de milho e suíno, que o soja era uma cultura ainda não explorada dentro

do Brasil. Então, a gente tinha aqueles porco, lote de suíno, eu me lembro, quando o pai comprava terra, era com dinheiro de porco e algum produto físico, como o milho, o feijão preto (...).

P: E o trabalho naquela época, era como?

"O trabalho naquela época era tudo manual, era tudo no braço, não tinha trator, não tinha automotriz, não tinha trilhadeira (...) mais tarde começou a entrar trilhadeira."

P: Não usava adubo?

"Não usava adubo, somente quando plantava batatinha puxava algum esterco, mas a maioria era roça nova ainda, era terra nova. A terra era tão boa que tudo dava. E, mesmo da porta, saindo da porta prá fora, já podia plantar batatinha porque era terra nova, tudo dava naquele tempo".

O próximo entrevistado estabelece as diferenças entre o tempo do "trabalho a boi" e o período seguinte do "trabalho de máquinas", em relação ao penosidade do trabalho no passado e a leveza e rapidez do trabalho no presente. O tempo, é apreendido como trabalho despendido numa mesma tarefa. A noção de tempo vê-se também associada a uma época em que a ausência de emprego de técnicas de controle de pragas, de tratamento do solo (ausência de um saber técnico) conduzia a perdas de colheita que, aliados ao trabalho desgastante e sofrido, respondiam pelas dificuldades passadas pela família agricultora.

"Antigamente era mais difícil e a gente fazia tudo a muque. Hoje não, a gente faz tudo com maquinário (...). Antigamente, fazia um mês prá colher, dois mês e hoje não, bota uma máquina aí, em meio dia, um dia tá tudo colhido, é mais fácil. A mesma coisa prá plantá. Nós começamos no mês de outubro a plantá e fomos até o natal, até terminar

de plantar o soja. Agora não, botá o trator aí, nós peguemos em dois dias nós plantemos quase tudo a nossa soja. Antigamente, a gente fazia tempo. (...) a gente não tinha instrução como agora nós temos. Hoje nós temos técnicos, nós temos agrônômicos, tudo é mais fácil hoje em dia. Antigamente (...) se vinha uma lagarta em soja (...) não tinha recurso (...)."

Na continuidade do discurso, o agricultor refere-se, a exemplo de outros rendeiros, aos problemas e riscos de "produzir na técnica" onde os custos podem, no fim das contas, superar os ganhos ou sobras e levar o colono ao endividamento e/ou a ruína.

"Os insumos, naquele tempo, era mais fácil, não tinha tanta despesa, a gente ia fazer tudo a muque; hoje em dia dá mais despesa (...). Hoje em dia, cuidam pouco, faz muito dinheiro mas, se não cuida dá menos. Se você não trabalha a gente não tem nada."

As menções ao trabalho rentável, mas arriscado, estão presentes na expressão "faz muito dinheiro mas, se não cuida dá menos". Na mesma linha de raciocínio, encontram-se outros tantos entrevistados, cujas exposições selecionamos tendo em vista demonstrar os desdobramentos desta concepção no conjunto da renda dos investigadores.

R.1: Antigo, a gente trabalhava a boi, fazia tudo a manual, no pesado. Então, era bem mais difícil. Mas, na realidade, no fundo era bem melhor porque sobrava mais, mais dinheiro. Assim, os custos eram bem mais baratos, os tempos antigos. O boi era só caminhá no pasto, tratava a milho, mandioca. Hoje, na era moderna, a gente quer trabalhá em trator (...) os compromisso parece que tão elevando cada vez mais.

R.2: O trabalho de hoje é um trabalho bem diferente, (...) como quando eu era pequeno, com meu pai, o pai colhia pouco mas, também sobrava, sobrou terra, comprou terra, ajudou os filho com o que ele podia. Hoje, é um corre-corre danado (...), quebra máquina, quebra trator (...) reposição de peça, (...) tudo é caro, tudo tem que investir muito (...) fim da conta, não sobra tanto como a gente acha assim (...). Então, o nosso trabalho de hoje, (...) é nós correr grandes riscos junto com os bancos (...).

R.3: Na questão da tecnologia, das máquinas, sem terra ali, muitos colonos caem na ilusão porque a produção aumenta, que o capital aumenta e eles estão conseguindo uma alta fonte de renda. Mas, na real, o capital que existe, a questão do lucro não fica com colono, isso aí fica para as grandes empresas (...O que vende as máquinas e (...) as fábricas que vende o insumo, fica que depois, na ilusão do colono, que tá ali bem colocado mas, na real, está produzindo prá manutenção desse capitalismo.

No relato sobre o "trabalho antigo", os rendeiros voltam-se ao "trabalho de hoje" onde identificam as contradições de um "trabalho fácil" mas, caracterizado pelo risco, e pela apropriação do lucro, ou sobretrabalho, camponês ("o lucro não fica com o colono"), por bancos, agroindústrias (empresas de máquinas agrícolas, indústrias de insumos e etc). Parece-nos significativo que a referência ao "trabalho atual" se dê em meio a fala sobre o "trabalho antigo". As expressões, até onde pode-se perceber, demonstram que o passado, ao contrário do presente, representa um tempo de ganho, de sobras, de segurança e possibilidades (de compra de terra) ao pequeno produtor.

A diferença fundamental, entre os tempos situa-se, no fato que antes, "colhia pouco mas, sobrava" prá comprar

terra, ajudar os filhos e agora, se produz mais mas, como "tudo é caro, tudo tem que investir, não sobra tanto" prá comprar terra e ajudar o filho que precisa.

Na sequência das passagens, observa-se que o jovem rendeiro (à época da entrevista com vinte e cinco anos) refere-se ao "tempo antigo" como o "tempo difícil" onde a mecanização veio facilitar a "vida do colono". Nesta entrevista, apenas num instante, o tempo antigo é lembrado como "tempo de fartura ou de sobra", quando o entrevistado afirma que "em certo tempo tinha dinheiro" que permitira aos pais adquirirem as terras onde a família trabalha. Mas, a tônica do discurso resgata o "tempo difícil", de trabalho árduo, liberto pelo ingresso da mecanização nas pequenas lavouras.

"(...) quando meu pai veio morar ali, era tudo mato e era difícil, não existia trator, (...) era assim, a base de boi e trabalhava muito. (...) em certo tempo tinha dinheiro e (...) compramos essas terras (...), que também a terra era puro mato e a gente derrubava o mato e trabalhava assim, a base de muque, (...) com enxada e, isso era difícil de trabalhar, porque existia muita formiga, plantava e não colhia e, a uma certa altura, veio a mecanização e melhorou a situação."

Neste momento, importa observar no discurso dos envolvidos, os principais motivos responsáveis pela passagem de um tipo de trabalho baseado no emprego de instrumentos manuais para o trabalho à base de máquinas e instrumentos mecânicos. A entrevista seguinte resgata o fator

determinante na mudança do trabalho antigo ao trabalho moderno.

No texto abaixo, o agricultor, proprietário e rendeiro de terra, ao discorrer sobre as antigas técnicas de trabalho e as atuais faz referências às razões que o levaram a produzir na "técnica moderna":

" Bom, aquela época, quando eu comecei a plantar aqui, eu não precisava de adubo, de fertilizante. Ali, tudo as plantas iam. Nem veneno a gente não usava nas lavouras. Hoje tá dando muito micróbio, tem que usar adubo, tem que usar veneno, tem que usar uréia. Enton, por isso, que eu acho que não sobra mais o lucro que a gente tinha antigamente. Ton botando muita despesa ".

O relato do mesmo agricultor permite perceber a aquisição da terra no "tempo antigo", o papel desempenhado pelos empréstimos de dinheiro oriundos da vizinhança na compra da propriedade rural e a situação no "tempo atual".

P: Como o senhor adquiriu a terra? Como o senhor adquiriu dinheiro para comprar a terra?

R: O dinheiro, os outros agricultores me emprestaram o dinheiro porque na época não existia banco. (...) E daí, eu fui pagando aos poucos. Deu pra conseguir comprar mais uma área com o próprio dinheiro e assim a gente vai levando. Só que eu tô sentindo hoje demais (...) porque não dá mais pra um agricultor conseguir uma terra, conforme eu consegui a terra, cerca de trinta anos atrás. Enton, agora não dá mais pra nós fazer isso.

A contraposição entre passado e presente, através das manifestações dos agricultores, ultrapassam os aspectos relativos ao processo de trabalho familiar e à apropriação

do sobretrabalho camponês, pelos mecanismos externos à unidade de produção e encontram-se, também, nos produtos cultivados (produção *prô* gasto/produção *prá* venda) e nas relações de trabalho efetuadas por terceiros (trabalho de *mutirão*/trabalho assalariado).

Neste sentido, tendo em vista aprofundar e exemplificar a dicotomia, através destes aspectos, reunimos alguns fragmentos de entrevistas realizadas junto aos agricultores. É preciso ter claro que nem todos os aspectos abordados como pertencentes ao "tempo antigo" deixaram de existir no "tempo moderno". Na realidade, passaram a possuir outro significado às novas gerações de agricultores.

"Bom, o pai plantava feijão e milho, um pouco de soja, no começo."

"Eu quando me lembro, antes de entrar o soja, isso volta de novo junto com o meu pai agora, falava as cultura do meu pai, que eu aprendi do meu pai. Nós plantava abóbora, plantava milho e plantava mandioca, também, o suíno era uma coisa tradicional (...)"

Na lembrança do trabalho passado "junto com o pai, (...) antes de entrar o soja", quando os agricultores plantavam "as culturas dos seus pais", compostas dos produtos para consumo doméstico, produção "*prô* gasto" - como mandioca, arroz, feijão e hortaliças - naquele período, além dos produtos "*prá* venda", constituídos, geralmente, pelo milho e os suínos, poderiam ser também comercializados produtos habitualmente empregados no consumo doméstico.

No presente, entretanto, a produção "pró-gasto" cede lugar à produção mercantil. Na equação das sobras camponesas, constata-se os jovens colonos, que a redução do cultivo doméstico acaba por reduzir os "ganhos" porque aumentam as despesas com alimentação.

"Muitas vezes pequenas propriedades podia fazer uma coisa de subsistência, se produz só soja e trigo com isso, os preços baixos das coisas ali, ele não consegue reverter essa questão até da sua alimentação porque o produto, a política agrícola, a política de preços é desfavorável."

Constata-se que não houve apenas uma substituição de produtos comercializáveis do suíno e milho por soja e trigo mas, também as culturas alimentares deixaram de ser cultivadas pelos agricultores. Tornaram-se costumeiras, na década de setenta, as cenas de agricultores nos supermercados para a compra dos produtos que eram cultivados em suas propriedades.

Enquanto a soja brasileira e os exportadores nacionais obtinham frequentes e consideráveis altas de preços nos mercados europeus, os valores recebidos pelos sojicultores compensavam o cultivo exclusivo da soja nas lavouras e a suspensão do plantio de outros produtos. Ao camponês compensava comprar os alimentos nas cidades a produzi-los nas suas lavouras. A partir do momento que os preços da soja estabilizam e oscilam (altas e baixas) as sobras originárias do cultivo da planta oriental passam a

declinar, comprometendo a subsistência das famílias camponesas que dedicavam-se a sojicultura.

No período recente, os lavradores retomam, lentamente, o cultivo de produtos de subsistência mas, muitas vezes, em quantidades insuficientes ao sustento do grupo familiar durante o ano todo, levando-o ao endividamento e ao comprometimento sua reprodução social. A passagem abaixo refere-se à questão abordada.

"Na nossa região minifundiária, os colonos plantam de tudo um pouco. Agora, para o sustento, eles tinham que plantá um pouquinho mais porque termina. Chega uma determinada época que o pouquinho que eles plantavam, para a cozinha, termina. Então, eles precisam fazê o seu financiamento prá continuá trabalhando, embora com força própria; mas, o dinheirinho precisa prá sustentá a cozinha."

Os entrevistados seguintes demonstram as representações e motivos pelos quais os agricultores produzem "prô gasto" em suas lavouras. Na primeira passagem, o velho camponês demonstra que "produz o que precisa" sendo que alguns produtos são plantados esporadicamente (arroz e feijão) porque, muitas vezes, as lavouras perdem-se devido às alterações climáticas ou destruição por animais (passarinhos). As sobras desta produção podem transformar-se em bens para a venda e chegar aos mercados urbanos pois, embora os alimentos sejam "só prê gasto", as sobras vão "prô comércio".

A segunda passagem, refere-se a um jovem renteiro e indica que, a exemplo da anterior, o agricultor "produz o

que precisa". No entanto, a afirmação seguinte reflete a consciência deste camponês sobre as consequências, nas unidades familiares, do desaparecimento das culturas de subsistência. Isto porque, "não adianta vender tudo e depois comprar" de maneira que o entrevistado "vende só se sobrar".

" A gente produz o que precisa. (...) A gente cria gado, cria porco. Vai produzindo a mandioca, o milho, prá fazê a farinha. Arroz a gente planta de vez em quando, feijão, um pouco, só pró gasto. A sobra vai pró comércio ".

"A gente precisa produzir aquilo que precisa porque, não adianta vender tudo e depois comprar. Eu achei que vender aquilo que sobrar. Vende só se sobrar porque assim, não dá muita coisa, vende pouco."

As duas passagens possuem, na essência, semelhanças quando ao significado da produção "pró gasto" em duas gerações de camponeses. Ambas demonstram ser igualmente a produção familiar das duas unidades agrícolas, uma produção mercantil pois, os dois entrevistados dizem que "sobra vai pró comércio". A primeira vista pode parecer que são as sobras do consumo doméstico aquelas destinadas ao mercado mas, na realidade "embora a produção se destine em grande parte para o autoconsumo, (...) não se trata de vender o que sobra do consumo, mas sim de realizar uma produção voltada para o mercado com a terra, a mão-de-obra e os meios de trabalho subtraídos da produção para subsistência". (GRAZIANO DA SILVA, 1980:3) (32)

A existência do trabalho de mutirão encontra-se associada a um período da vida rural camponesa onde a comunidade agrícola exercia um papel decisivo na reprodução do trabalho familiar. Naquele momento, o trabalho de abrir a mata, plantar e, principalmente, colher a lavoura em curto espaço de tempo de forma a "não perder o produto", obrigava à união das famílias de agricultores durante a "época de safra". As passagens seguintes tratam do assunto.

"O tempo do pai, que nós trabalhava junto em casa, nós fazia o falado puxirão. Vinha o convite do pessoal prá um puxirão de enxada então, vinha todo esse pessoal da redondeza na terra do pai, (...) faziam almoço e limpavam a terra, tudo num dia."

"Eu ainda vivi um tempo quando nós tínhamos trabalho de mutirão. Eu era um jovem, muito jovem mas, eu me lembro que os vizinhos se uniam quando era para roçar um pedaço de mato ou fazer uma lavoura. Todo mundo ia. Um matava um porco e os outros iam trabalhar, saía um vinho de meio-dia, uma galinhada ou uma carne de suíno, tudo que tinha na colônia se usava e um não cobrava pró outro. Então, fazia um serviço, num depois, iam fazer o serviço pró outro, também junto (...)."

"Agora, há dez, doze ano atrás (...) a gente ajudava um pró outro. Então, trilhava o dele, ia pró outro vizinho e assim a gente ia até, até terminar a safra.

P: Ia em grupo?

"Não. Aquilo ia três, quatro família. Naquela vez tinha uma trilhadeira ali, tinha um vizinho ali que tinha trilhadeira, então aquele colhia às vezes prá dez. Então, prá uma safra de soja, você tem que ir, quando o tempo tá colaborando, a gente tem que tocar. Então, a gente se ajuntava e aquilo ajudava prá terminar a safra, prá cada um colher porque depois ia perder."

O trabalho de mutirão impunha um ritmo intenso e constante de atividade, durante vários dias da semana ou mesmo por semanas, até a conclusão da safra de todos os membros participantes do grupo.

A intensidade do trabalho era determinada pelo número de agricultores envolvidos no mutirão, o tipo de atividade desenvolvida, a extensão de área da propriedade trabalhada e/ou os instrumentos empregados na lavoura. O ritmo, associado às diferenças de condições de trabalho, poderiam fazer com que as famílias de agricultores trabalhassem mais na propriedade de outro camponês que na sua própria terra. Por todas essas razões, o mutirão pode trazer lembranças negativas àqueles que o praticavam.

"Então, aquilo a gente se matava trabalhando porque às vez um não tinha tanto prá trabalhar, prá colher e depois tinha de ir prós outros, tinha que ajudar bastante (...), prá não desistir, depois iam falar então, a gente sempre tinha que acompanhar".

O discurso do camponês mostra que a participação no trabalho de mutirão, em determinadas situações, não era espontânea e sim uma coerção cultural e socialmente empregada pela comunidade, onde "a gente sempre tinha que acompanhar".

O mutirão, ao que parece, integrava o cotidiano de trabalho dos pais de vários rendeiros e da juventude de outros tantos agricultores entrevistados. Entretanto, no decorrer da pesquisa encontramos alguns agricultores que

afirmaram a inexistência desta forma de trabalho nas suas linhas ou comunidades rurais.

"Aqui nessa região, mutirão, puxeirão, que eu me lembro, nunca eu sei, não existia, (...) pelo menos na nossa linha eu não me lembro (...). O pai nunca trabalhou."

Os camponeses apontaram a presença do trabalho de mutirão no "tempo antigo", no "tempo do pai", no qual a comunidade reunia-se para execução das atividades de limpeza, sobretudo, colheita. No presente, observa-se que o trabalho é, basicamente, um trabalho familiar, na medida que é a família que executa maior número de tarefas, se comparado ao "tempo do puxirão".

Observamos que vários agricultores, reagem negativamente à participação de outros produtores no processo de trabalho de seu estabelecimento rural, e vem admiti-la apenas nos momentos de extrema necessidade e urgência. A mecanização encarregou-se de transformar o mutirão numa atividade secundária, quando não desnecessária.

"Na minha idéia, eu acho que eu quero trabalhar sózinho porque ali, eu sei como é que eu faço, o dia que eu não tô bom, tô só ali, é o meu serviço e junto, às vez, se desvia um pouco, um trabalha mais então, cada um tenha o seu trabalho. (...) Se a gente quer trabalhar não depende de mutirão, cada um trabalhando o que ele pode. Só se uma outra pessoa ficar doente, sendo isso, vai lá e ajuda a colher. Mas, se cada um trabalha como precisa, não depende de mutirão."

A passagem seguinte, resume numa mesma fala, a importância do trabalho de mutirão aos camponeses, a mudança deste trabalho para novas relações de trabalho (troca de dia) e a essência da atividade camponesa, no presente.

"Naquele tempo atrás, a crise era mais brava, aí nós ajuntemos os vizinhos, peguemos uma trilhadeira e triemos juntos. Hoje não, é cada um prá si. Tá certo, a gente, às vezes, troca uns dias com vizinho e tudo mas, principalmente, ele faz o serviço dele, faz a colheita dele e nós a nossa".

O entrevistado conseguiu expressar, em poucas palavras, a complexidade e riqueza do processo de mudança nas relações de trabalho no interior das comunidades camponesas e o momento de ocorrência das mudanças. Após afirmar que "tempo atrás, a crise era mais brava" ele demonstra, em seguida, que crise era esta e como era resolvida ao dizer: "nós ajuntemos os vizinhos e triemos juntos". Percebe-se que a crise era a falta de braços para efetuar a colheita.

Na sequência da exposição, o entrevistado dispõe esta situação no tempo passado ao indicar que "hoje não" é mais assim pois, "é cada um prá si." Entretanto, atenta para o fato de que, no presente, embora cada um "faça a sua colheita", em determinados momentos, o agricultor "troca uns dias com o vizinho". Deste modo o produtor demonstra que mesmo agora, onde cada um pode fazer a sua colheita, sem recorrer ao auxílio de outras famílias, em certas ocasiões, faz-se necessário o trabalho de vizinhança.

A supressão ou substituição da relação de trabalho solidário de comunidade, denominada de mutirão, e as razões desta mudança, foram relatados por nossos entrevistados. Deixemos, portanto, que os mesmos digam-nos quando, como e porque ocorreu este processo.

"(...) quando o soja começou de ser plantado, quando começaram de aparecer as primeiras trilhadeiras então, o negócio era o seguinte: quando tinha uma máquina, tinha quinze em roda querendo ajudar, trilhar, amontoar soja, todo mundo era unido. Hoje, tem trilhadeira onde não tem automotriz. As terra dobrada tem uma trilhadeira e, geralmente, só a família trabalha, só ele, ela e talvez, um filho já que pode ajudar."

"Pois é, depois mudou e aí, cada um comprou as máquinas. Então, aquilo foi diminuindo. Depois começou aquela granja então entrou a ceifa e a maioria nem a trilhadeira não ocuparam mais. Então, deixaram colher com a ceifa e aquilo vai rápido por o que eles trabalhavam em quatorze dia, no meio-dia tá tudo colhido."

"E que mudou agora. Antigamente tinha mutirão, e hoje, com a mecanização da terra, ficou muito mais fácil prá trabalhar e não tem tanto serviço assim, como era sempre: ficou bem mais fácil de trabalhar agora."

Os fragmentos transcritos situam, inequivocamente, a substituição da trilhadeira em determinadas áreas coloniais (terras planas), em meados dos anos 70, pela colhedeira (ceifa) enquanto elemento decisivo que veio contribuir para abreviar o tempo e o próprio trabalho de colheita, antes executado por vários braços e agora, possível de ser realizado apenas pelos membros do grupo

familiar. A difusão da maquinaria agrícola, a partir do qual "cada um comprou as máquinas" fez com que "aquilo" (mutirão) fosse diminuindo porque, "ficou muito mais fácil prá trabalhar" uma vez que, "não tem tanto serviço assim" e agora, onde antes "eles trabalhavam quatorze dia", pode-se "no meio-dia" ter "tudo colhido".

Os agricultores apontam, para algumas das consequências sociais da difusão e, posteriormente, aprofundamento do processo de mecanização, onde antes "quando tinha uma máquina, tinha quinze em roda querendo ajudar, trilhar, amontoar soja" e, hoje, "tem uma trilhadeira onde não tem automotriz (...) e, geralmente, só a família que trabalha". O processo de trabalho, depois da mecanização, concentra-se entre os membros da família, mesmo nas propriedades de maior tecnificação, denominada, em alguns casos, de granjas. O trabalho, deste modo, passa a ser efetuado por pequeno número de pessoas, compreendendo os trabalhadores jovens e adultos da unidade de produção e, eventualmente, a atividade de um agricultor vizinho vinha somar-se ao trabalho da família.

A partir do instante em que surgem técnicas e instrumentos de trabalho mais aperfeiçoados (colhedeiros, plantadeiras e etc), que só podem ser adquiridos por uma parcela dos produtores, ocorre uma diferenciação interna no campesinato e na própria família dos agricultores. Estas diferenças nas condições de produção, nas relações entre a família camponesa e a comunidade (vizinhança) e, entre os

próprios membros da família, reorganizados em função das novas formas de trabalho, estas mudanças manifestam-se igualmente na própria distribuição das propriedades e estabelecimentos rurais. Deste modo, nas "terras dobradas" encontram-se os camponeses com trilhadeiras, enquanto que nas planas "terras de campo" predominam as colheitadeiras.

Estas diferenças, talvez, possam vir a assumir, em alguns casos, conotações de classe, com o distanciamento crescente entre os camponeses ao ponto de configurar-se uma pequena burguesia rural de origem camponesa, socialmente diferenciada do conjunto dos produtores familiares. No entanto, interessa-nos, mais do que realizar exercícios de suposição e que, muitas vezes, deixam de contribuir ao processo de percepção das transformações sociais camponesas no âmbito da sociedade capitalista, apreender as razões que, segundo os camponeses, conduziram à crise e supressão do trabalho de mutirão. Procedemos desta maneira por considerarmos este tipo trabalho como expressão, como símbolo da agricultura camponesa pré-capitalizada.

"Então, tá certo, se o tempo não ajuda, como era esses anos atrás, assim o tempo colaborava mas, não é como agora, agora o tempo é variado. Então, às vez começa de chover numa safra e tem ali um soja que tá bom de colher e tá oito, quatorze dia de chuva e aí se perde. (...) então, cada um agora, quem tem as terra própria prá máquina, se o tempo não ajuda eles botam na ceifa porque agora a ceifa tem, tem bastante, não tá em falta."

Os vocábulos utilizados pelo agricultor denotam que, atualmente, as mudanças ocorridas na natureza onde "o tempo é variado", diferentemente do que acontecia no passado onde o "tempo colaborava", trazem a necessidade de colheita rápida procurando-se evitar as perdas de um ano de trabalho. Neste sentido, a máquina é o meio de superar os efeitos negativos de um tempo "que não colabora". A máquina é, literalmente, a "salvação da lavoura".

A mecanização da colheita vem ao encontro dessas questões postas na moderna agricultura. Ao concentrar suas atenções nas etapas de plantio e colheita, a força de trabalho da família - composto muitas vezes pelo casal e os filhos mais velhos - passa a realizar e a dar conta das tarefas que, anteriormente, dependiam de um número maior de trabalhadores.

" Antigamente a gente era mais unido entre vizinho. Um certo agricultor tinha uma trilhadeira, os outros não tinham, então se davam as mãos (...). Olha, hoje vamo colhê a lavoura tal. Noutro dia, partiam prá outra. Assim, sucessoriamente, colhiam toda a lavoura. Hoje em dia fica bem mais difícil. Isso aí não acontece mais".

P: Porque tu acha que não acontece mais o trabalho de mutirão?

R: Problema da máquina, maquinário. Cada um quer ter a sua máquina. Se o vizinho tem, eu também vou querê. Se ele vai comprá um trator novo eu também vô querê comprá. Isso é a inveja que faz isso aí.

O relato deste agricultor, demonstra que o passado de união e solidariedade, expresso através do trabalho de

mutirão, cede lugar ao individualismo ("cada um quer ter a sua máquina"), e à competição manifesta na tentativa dos camponeses vizinhos de utilizar instrumentos semelhantes na produção onde "se o vizinho (...) vai comprá um trator novo, eu também vô quiere comprá".

As afirmações sobre o tempo presente do "maquinário" deixa "pistas" para que se possa avaliar os verdadeiros motivos da supressão do mutirão. Na realidade, ainda que o mutirão represente(asse) uma forma de trabalho solidário, uma vez que sua execução demandava o trabalho conjunto, coletivo entre várias famílias camponesas e cuja reprodução do trabalho anual fazia por reafirmar estes laços de solidariedade; a existência desta relação de trabalho comunal esteve, historicamente, associada às dificuldades experimentadas pela família camponesa de realizar - sózinha - todas as tarefas necessárias à reprodução social. Enquanto cada camponês, e sua família trabalhadora, não dispunha de braços, recursos e instrumentos suficientes para efetuar sua atividade sem, contudo, recorrer ao trabalho de diaristas e empregados, o mutirão era o meio de concluir, de maneira rápida e segura, as atividades na lavoura, assegurando os ganhos necessários à reprodução social do grupo. A repetição deste trabalho, em e entre todas as unidades de produção dos núcleos coloniais, permitia a reprodução das pequenas comunidades. Ao final do período de mutirão, a terra de todos os que dele participavam estava carpada e/ou colhida.

Pode-se dizer, numa só palavra, que a necessidade (re)unia-os.

A partir do momento que ocorre a tecnificação das pequenas explorações ("era da máquina"), a maioria dos camponeses passa a dispor de recursos financeiros, produtivos ou tecnológicos nos seus estabelecimentos. Estes recursos proporcionam a aquisição de instrumentos e bens que permitem efetuar as tarefas de forma rápida e segura, sem risco de perda por mudanças climáticas, e com a participação de poucas pessoas. Observa-se que o trabalho comunal vem a tornar-se, paulatinamente, mais esporádico e raro, até ser substituído por outra forma de trabalho de vizinhança, denominado pelos camponeses de troca de dia, ou simplesmente suprimido de algumas comunidades, onde a tecnificação e/ou o êxodo rural (decorrente da falta de terras e trabalho) conduziu à redução absoluta e relativa do contingente populacional rural.

O êxodo rural e o despovoamento do campo, de outro modo, a redução do número de camponeses nas comunidades coloniais determinou, para alguns agricultores, a necessidade de contratação de trabalhadores assalariados nos momentos de atividade intensa na lavoura (limpa e/ou colheita) que não consegue realizar apenas com o auxílio da família. Em outras palavras, neste momento faz-se "necessário atrair braços auxiliares, operários assalariados, a quem só se dá ocupação durante o período de

trabalho mais intenso e que se podem despedir quando já não se tem mais necessidade deles." (KAUTSKY, 1972:30) (33)

A substituição da relação de trabalho de mutirão, ou mesmo a sua simples supressão do cenário rural, encontra-se, portanto, associada à tecnificação, entendida como expressão do movimento do capital no campo, e à decorrente reorganização da família camponesa trabalhadora. Este processo é de tal maneira complexo e dialético que a um só tempo expulsa vários membros do grupo familiar da unidade de produção e exige a presença de um maior número de trabalhadores em determinados momentos do trabalho agrícola. Em suma, a *"mesma evolução que, por um lado, produz a necessidade de operários assalariados cria, por outro lado, esses operários."* (KAUTSKY, 1972:30) (34)

NOTAS

1. O capítulo que segue não tem o objetivo de aprofundar o debate sobre a imigração e a colonização estrangeira e sim ressaltar alguns aspectos desta questão, tendo em vista situar no contexto maior as migrações internas e a colonização, efetivada ao noroeste do RS, por descendentes de imigrantes.

2. LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane Cruxên **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul**; uma interpretação sociológica. 2ed. Porto Alegre, Movimento, 1981. 94p.

3. ROCHE, Jean **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Globo, 1969. 2 vols.

4. LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane Cruxên **A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul** ... op. cit p.20.

5. MARTINS, José de Souza Prefácio. IN: SANTOS, José V. T. **dos Colonos do Vinho**. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1984. 182p. Col. Estudos Rurais. p.XIII.

6. FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA **25 anos de Economia Gaúcha**; A agricultura do Rio Grande do Sul. 2ª ed. Porto Alegre, FEE, 1982. Vol.3 146p

7. SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Colonização Alemã no Brasil: Uma Revisão Bibliográfica**. BIB. Rio de Janeiro, (25): 1-90, 1ª Sem. 1988.

8. MARTINS, José de Souza Prefácio ... op. cit. p.XII.

9. SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Colonização Alemã no Brasil** ... op. cit. p. 6-7.

10. A análise das diferenças históricas, sociais e regionais dos grupos camponeses brasileiros está para ser escrita. A noção de **campesinato colonial** encontra-se nesta situação. Entretanto, considera-se, para efeito deste trabalho, **campesinato colonial** o grupo de agricultores familiares de origem européia que fixou-se no centro-sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo) a partir de políticas públicas de imigração efetuadas logo após a Independência nacional e que se prolongaram até o fim do século XIX. A diferença do **campesinato brasileiro** que se constitui à margem das políticas governamentais, os colonos europeus formam os núcleos agrícolas a partir das políticas públicas de colonização. Aos últimos está posta a inserção no **universo da mercadoria**, do capital antes mesmo de assentarem-se definitivamente na terra. A necessidade da compra dos lotes faz da **propriedade e da produção mercantil** duas características do camponês colono e que o diferenciam do camponês nacional, tradicionalmente, **posseiro e produtor**

de subsistência onde, até pouco tempo atrás o mercado era apenas o local ao qual eventualmente recorria para a troca de produtos agrícolas por sal, açúcar e café, entre outros. O trabalho familiar e a posse dos instrumentos de trabalho são os elementos comuns aos dois grupos.

11. A redução das áreas disponíveis às famílias migrantes associa-se as extensas proles dos camponeses enquanto fator cíclico da expulsão dos agricultores a cada geração formada.
12. SEYFERTH, Giralda. Imigração e Colonização Alemã no Brasil ... op. cit. p. 7.

13. SCHALLENBERGER, Erneldo & HARTMANN, Hélio Roque Nova Terra, Novos Rumos; A experiência de colonização e povoamento no Grande Santa Rosa. Santa Rosa, Barcellos Livreiro e Editor, 1981. 188p.

14. SCHALLENBERGER, Ernildo & HARTMANN, Hélio R. Nova Terra ...op.cit. p. 64.

15. A colonização de Ijuí precede à ocupação do noroeste do Estado. A infra-estrutura viária e de serviços contribuem para gerar as condições de colonização de Três Passos e região.

16. Conjuntamente aos descendentes de imigrantes italo-germânicos, dirigiram-se para a área colonos europeus vindos da Polônia, Prússia (Alemanha), Rússia, Bielorrússia e Ucrânia, entre outras nacionalidades.

17. SEGAT, Vera Maria M., CHRISTENSEN, Teresa Neumann & SARTORI, Sonia Jane Pelos Caminhos de Santa Rosa Santa Rosa, Barcellos Livreiro e Editor, 1981. 182p.

18. SCHALLENBERGER, Erneldo & HARTMANN, Hélio R. Nova Terra ...op. cit. p.90 e segs.

19. SANTOS, José Vicente T. dos Colonos do Vinho; Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2ed. São Paulo, HUCITEC, 1984. 182p.

20. SEGAT, V.M.M., CHRISTENSEN, T.N. & SATORI, S.J. Pelos Caminhos ... op.cit. p.57.

21. A consulta junto à bibliografia específica sobre a colonização, traz consigo o questionamento acerca da identidade social dos "intrusos" - a que se referem os autores do livro "Pelos Caminhos de Santa Rosa" - bem como sobre as origens sociais dos agricultores nacionais. estes foram apontados por vários arrendatários entrevistados na pesquisa como os portadores dos "direitos" sobre a terra. Nossos próprios colonos, cujos antecessores são considerados "pioneiros da colonização", deixam claro a existência

anterior de uma população habitante das terras onde hoje eles cultivam soja, milho e trigo.

22. SEGAT, V.M.M., CHRISTENSEN, T.M. & SARTORI, S.J. **Pelos Caminhos ... op.cit. p.62.**

23. Idem. op. cit. p. 62.

24. Idem. op.cit. p.63.

25. Estabelecia-se um vínculo entre a construção da estrada de ferro e a concessão de terras devolutas pelo Estado. Na maior parte das vezes, a empresa construtora da estrada de ferro recebia terras estatais ao loteamento e formação dos núcleos coloniais.

26. SEGAT, V.M.M., CHRISTENSEN, T.N., & SARTORI, S.J. **Pelos Caminhos ...op.cit. p.59 e segs.**

27. Idem. p.61-4.

28. **A Colonização de Santa Rosa Porto Alegre, Dahne, Conceição & Cia, s/d.**

29. SCHALLENBERGER, E. & HARTMANN, H.R. **Nova Terra ...op.cit. p.124-5.**

30. ROCHE, Jean **A Colonização Alemã ... op.cit.188-90.**

31. O **Anexo** versa sobre as histórias de vida dos colonizadores e sua descendência. Estes relatos permitem compreender melhor como foi o "começo" de abertura da floresta e formação de uma agricultura familiar mercantil.

32. GRAZIANO DA SILVA, JOSE F. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura.** 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1980. 240p. Col. Estudos Rurais.

33. KAUTSKY, KARL. **A Questão Agrária.** Porto, Portucalense, 1972. 2 vols.

34. Idem ... op. cit. p.30.

ICAPITULO II

AS TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA CAMPONESA

2.1. O tempo moderno do binômio soja/trigo e a tecnificação da agricultura familiar.

Na produção, do "tempo antigo" o feijão-soja apresentava-se aos colonos como alternativa substitutiva ao milho no trato alimentar dos suínos. O agricultor "descobriria" o soja, muitas vezes, através dos agrônomos e técnicos agrícolas de grandes empresas agroindustriais do ramo alimentar (Oliveira, Samrig e etc) e/ou dos programas governamentais de difusão da planta efetuados intensamente desde os anos 60. O mercado, a indústria, em suma, o capital, pouco a pouco transforma a cultura surgida na Ásia e introduzida no país através das sementes norte-americanas do produto, em fonte de renda aqueles que se dedicassem ao seu cultivo. Do quintal do camponês gaúcho aos cerrados do centro-oeste, o soja, entretanto, ainda haveria de percorrer um longo e ascendente trajeto, até alçar-se à condição de principal produto das exportações brasileiras, na segunda metade dos anos 70. Era preciso, antes de mais nada, transformá-la primeiro em produto rentável aos agricultores.

(1)

O relato dos entrevistados mais antigos mostra que, boa parte deles, estabeleceram os primeiros contatos com o soja no decorrer das décadas de 40 e 50. No decênio

posterior, observaram a inserção do produto no mercado local, através das pequenas vendas rurais, que adquiriam o produto à revenda nos centros comerciais do Estado. Deste modo, verifica-se, através das estatísticas, o crescimento da produção de soja, no período posterior a 65, na agricultura gaúcha. Os sojicultores, estimulados pelos preços compensadores, destinavam áreas maiores à produção de soja que, a esta época, deixava, aos poucos, de ser um produto empregado na alimentação de suínos, e transformava-se numa leguminosa, cujos rendimentos proporcionavam ganho adicional aos pioneiros da soja. Em outras palavras, tornava-se um produto comercial àqueles que a cultivavam.

No princípio da década de 70, as microrregiões onde havia o predomínio da suinocultura e produção de milho, situadas ao norte e noroeste, respondiam pelo acentuado crescimento da soja, em área e volume, no RS. A lavoura das pequenas explorações estavam cada vez mais cobertas da planta oriental. Os camponeses concentravam, a partir daqueles anos, suas atenções e interesses no cultivo do produto.

As indústrias de transformação de grãos e as empresas exportadoras correspondiam ao aumento da demanda de soja na produção agrícola. Os índices relativos à exportação demonstram que o período de maior expansão do comércio exterior de grãos e farelo de soja, verificou-se entre os anos 65-73 quando o crescimento na exportação de grãos

atingiu cerca 800 % e em torno de 1.000 %, no caso do farelo de soja, em relação ao período anterior.(2)

Ao aumento da produção agrícola e da demanda industrial seguiu-se a mecanização das pequenas unidades de produção. No grupo estudado, o ingresso dos tratores e colhedeiras pode ser datado no pós-70, época em que os agricultores passaram a adquirir os primeiros tratores. A aquisição das máquinas e implementos agrícolas relaciona-se com as políticas públicas executadas após 1965, enquanto parte de um projeto maior de industrialização da agricultura brasileira.

"Nesse período, tanto pelos incentivos dos mercados interno e externo, como pelo favorecimento de uma política governamental dirigida à expansão das culturas capitalizadas (isenção de impostos de fabricação, redução na taxa de juros e aumento nos prazos de financiamento para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, bem como incentivos ao uso de insumos modernos) intensificou-se a mecanização da lavoura gaúcha. Acrescente-se a isso, que este novo período expansivo do capitalismo no campo encontrou a fronteira agrícola regional já esgotada, dificultando o acesso à terra, o que auxiliou na aceleração da mecanização da lavoura rio-grandense." (FEE, 1982:55) (3)

2.1.1 A tecnificação da Agricultura Familiar da Soja.

Nas passagens abaixo tentaremos demonstrar de que forma o grupo entrevistado percebe este "tempo moderno" onde, invariavelmente, a chegada das "máquinas" ou da "tecnologia" encontra-se associada ao surgimento do binômio trigo-soja e ao modelo agro-exportador vigente apartir da década de 70 na economia brasileira. (4)

"Falando um pouco sobre a tecnologia que se implantou no nosso país, que tem duas fases. Que antigamente, onde se produzia mais prá subsistência, um trabalho mais de colono, onde não se visava tanto a exportação, (...) acho, naquele tempo, os colonos conseguiam viver melhor porque, (...) o colono não consegue mais uma extração correta, dentro da sua área de produção. Depois disso, (...) veio a questão da tecnologia, onde se produz, essencialmente, para a (...) produção externa como o binômio do soja e trigo, (...) que faz com que muitos colonos, caiam numa coisa que não consegue mais tá nas suas raízes verdadeiras (...). Agora, é de assim uma tecnologia baseada na questão de exportação, como o caso do trigo e soja."

"O trabalho na terra (...), antes do binômio trigo e soja mecanizado, era diferente de hoje. Então, na época do trigo, o trigo já entrava, o soja também mas, (...) o plantio era feito com o objetivo de consumir na propriedade, tratar porco, gado essas coisas. (...) Essas mudanças de costumes, por exemplo, de trabalho de cultivar, tiveram início, basicamente, ali por 1962, antes da Revolução, e (foram) incrementadas depois da Revolução, ali prá 1966, 67 aonde que, justamente, foi o pique da mecanização da agricultura."

"Da minha parte foi isso, porque antes de vir a soja a gente nem sabia o que era comprar adubo, uréia, as terras eram boas mas, aí vieram os financiamentos de lavoura de soja, de trigo e aí, tinha que aparecer a nota do adubo, da uréia (...)

que tinha que ser aplicado e, começou a aumentar a despesa da lavoura pela técnica (...)."

Os rendeiros, ao expressarem-se sobre as mudanças no trabalho familiar agrícola, relacionaram-nas, inequivocamente, ao momento em que "vieram os financiamentos de lavoura de soja e trigo" e quando ocorreu "depois da Revolução, o pique da mecanização da agricultura". A partir deste processo, de implantação "da tecnologia", o cultivo de subsistência, "mais de colono", voltado ao consumo "na propriedade" ficou relegado ao plano secundário porque, passou-se a produzir "essencialmente para a produção externa", com a entrada do "binômio trigo-soja". As consequências disso, ao colono, foram que "começou a aumentar a despesa da lavoura pela técnica" e o agricultor entrou "numa coisa que não consegue tá mais nas suas raízes verdadeiras".

Na perspectiva de apreender o significado real deste processo faz-se necessário saber das razões, dos determinantes que levaram à passagem do "trabalho de colono", ou trabalho manual, ao "trabalho na técnica". As sequências abaixo, contribuem para elucidar estas questões.

"Desde o tempo que me associei na cooperativa, (...) a gente viu, que não dava mais do jeito que tava plantando porque, a terra foi enfraquecendo. Então, a gente começou a comprá adubo, comprá uréia, comprava semente selecionada. No fim, andô comprando veneno e pulverizador prá pulverizá as planta, porque era preciso".

"Eu comecei, quando comprei o trator não tinha doze hectar pronto ainda, era tudo pedra e toco, as nossas terra são brava de trabalhar com máquina mas, a gente teve aquele sonho de trabalhar com maquinário então, eu fui tirando pedra, (...) tirava toco, vai fechando valeta, arrumando as terras, aí a gente foi indo. quando eu comprei o trator, eu já tinha duas área (...). Praticamente uma colônia de terra, quando eu comprei o trator."

"Se eu só tivesse ficado com os meus onze hectares de terra (...) estaria bem melhor. Não teria problemas, dívidas em bancos. Se eu tivesse seguido assim, eu e minha esposa, com os onze hectar, nós trabalhava nela, produzia prá sobrevivê, produzia alimento, (...) criava uns suínos. A gente vivia tranquilo. Hoje, na era moderna, a gente quer investimento. (...) A gente plantava os onze hectare, temo que plantá mais, não sobra, não sobra. Então, a gente pensô e foi, foi comprando. (...) Vamo produzi mais, vamo produzi mais. A gente produz por necessidade, em primeiro lugar, prá ficar na terra. A gente tem compromisso, adquiriu compromisso então, o cara se obriga, obriga prá produzi. Tem que produzi prá vendê, prá sobrá dinheiro, prá pagá essas dívidas. Por exemplo, adquiri trator, máquinas, implementos, isso aí tá pendente no banco. (...) A terra (...), como comprei essas máquinas, tá hipotecada. Se eu não trabalhá, vô perde essas terra".

"Então, ali houve dinheiro subsidiado (...) bastava tu ter um determinado capital e arrumar uns avalistas, tu conseguia ir no banco e tirar um trator, tirar uma ceifa, ou então qualquer implemento que precisasse e, em cima disso, houve a corrida da mecanização da agricultura."

"Mas, se não tivesse financiamento, a gente não tinha essas máquinas que a gente tem se não tivesse financiamento, o financiamento do banco, aí deu prá comprar. Se fosse comprar a vista não, como nós, não tinha condição de comprar porque, a gente compra e começa e começa a trabalhar com as mesmas".

"Na situação que a gente vive, que viveu depois da passagem do consumo, das multinacionais, a entrada

prô binômio trigo e soja, é que a gente (...), dentro da família, já tinha uma consciência crítica sobre isso mas, a gente dentro do capitalismo, prá nossa sobrevivência, de repente, a gente se arrasta prá isso (...) porque é uma regra, é uma lei, já tá dentro do capitalismo".

O agricultor, da entrevista seguinte, relata as dificuldades para conseguir realizar "o sonho do maquinário", numa época de sêcas e pouca terra.

"Eu trabalhava noite e dia, fiz horas e mais horas, prá poder pagar o trator porque, só com a minha produção, naquele tempo já tinha ano de seca, apesar que o soja valia bem e nós tinha a desvalorização do cruzeiro. (...) No primeiro ano, foi difícil pagar o trator, eu me lembro, foi um ano de seca. (...) Eu trabalhava uns dezoito quilômetros em roda (...). Eu pegava o trator e trabalhava por hora prá quem não tinha o trator. Então, praticamente, eu era empregado deles também, só que eles dormia de noite e eu trabalhava, isso era diferente".

A tecnificação das atividades agrícolas, não se efetivou de maneira uniforme e homogênea entre o conjunto dos camponeses meridionais, bem como entre os rendeiros da soja. Parte dos arrendatários, até o presente, mantém-se excluída do uso das modernas técnicas de produção, fazendo-o de forma parcial e desigual. Por isso, na medida que a modernização da agricultura não esteve presente, com igual magnitude, na maior parte dos estabelecimentos, passaram a ocorrer limites sociais à tecnificação das pequenas propriedades. (5)

Nem todos os produtores puderam ou podem realizar adubação química, aplicar calcário e comprar sementes

selecionadas para recuperar a fertilidade dos solos e/ou elevar a produção e a produtividade da lavoura. As consequências sociais deste processo podem conduzir à venda da terra ou arrendamento da propriedade (quando o mesmo é proprietário da área) a outro agricultor que possa fazê-lo e, com isso, o proprietário tem, na renda da terra, um rendimento assegurado, livre de despesas e riscos, com a propriedade. O relato dos agricultores seguintes refere-se às dificuldades de tecnificação encontradas por vários entrevistados.

"Eu me lembro (...), em 74, a gente nem pensava em comprar adubo porque a terra era forte e, com essas enxurradas, que dá a cada ano, vai sempre bastante terra embora, que não adianta, às vezes, ter curva de nível porque leva tudo, e até é pior, fica olhando as lavouras. Uns dias atrás, quando deu aquele estouro de água, estorou tudo e levou tudo embora, não ficou nada.

P: E a conservação do solo, agora como fica?

R: É coisa difícil mas, é que o solo já tá, em si, mais duro, ele precisava de um caucáreo prá ele amolecer mais, aí a água penetrava mais. (...) antigamente, se plantava o milho crioulo e ele dava bem porque o solo era forte, era rico em fósforo, e hoje, (...) fósforo e potássio não existe mais na terra, praticamente, é por isso que precisava ser recuperado prá dar. (...) o grande problema, hoje em dia, na terra, é que toda a área aqui, da nossa região, teria que ser recuperada e ninguém tem financeira prá fazer isso, ninguém consegue mais recuperar o solo e cada ano tá produzindo menos, cada ano tá caindo a produção. porque, se passou o ano, tu fez a colheita, pagou as dívida, não sobra mais nada. Muitas vezes, como o ano passado, já não chega."

"Quatro hectar que eu planto de soja, puro soja, se o tempo corre bem, dá cento e cinquenta saco, mínimo né. Ia dar mais se a gente pudesse

recuperar a terra, se não fosse tudo tão caro, se não fosse tão caro o adubo então, a gente podia colocar mais, quanto mais a gente bota, mais tira".

A entrevista abaixo privilegia o aspecto relativo às barreiras impostas pelas forças da natureza aos avanços das tecnologia na produção agrícola. Através das palavras do agricultor percebemos, a exemplo das duas passagens anteriores, como o camponês apreende os limites e barreiras existentes na agricultura à tecnificação e, conseqüentemente, ao progresso técnico no campo.

"Com o aperfeiçoamento produzem mais, mais hectares, é um investimento mais alto também, a despesa aumenta. Agora, sem o tempo colaborar não tem técnica. Na hora que a chuva precisa aparecer, se não chove também não adianta técnica."

O interlocutor acima aborda o aspecto central da questão das especificidades e limitações impostas pelas forças da natureza à industrialização do campo qual seja, de que mesmo "com o aperfeiçoamento" pouco resolve se "na hora que a chuva precisa aparecer, se não chove". A técnica, aqui entendida como expressão do capital na agricultura, mostra-se incapaz de reproduzir a terra e, mais que isso, dominar e subordinar o conjunto das forças da natureza a seu favor.

As palavras do agricultor confirmam a atualidade do argumento de Graziano da Silva quando este afirma: "Diferentemente do que ocorre na maioria dos ramos industriais, dificilmente se consegue isolar por completo a

ação das forças da Natureza na agricultura, limitando-se muitas vezes o capital a discipliná-las ou simplesmente a ajustá-las de acordo com o seus interesses. (...) as forças da Natureza, até os nossos dias, afetam profundamente o desempenho da produção agrícola, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos." (GRAZIANO DA SILVA, 1981: 28-9) (6)

No caso do nosso entrevistado, este percebe que a técnica (aperfeiçoamento) não dispõe de meios para impedir a falta de chuvas, a seca, e que isto, quando se concretiza, afeta o desempenho da lavoura.

Descrevemos e analisamos, a partir do discurso camponês, as relações entre o binômio trigo-soja e a constituição da agricultura tecnificada; os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que levaram ao ingresso das técnicas modernas nas unidades de produção camponesa e os limites ou barreiras ao processo de industrialização e capitalização da agricultura. Agora, resta-nos abordar as mudanças introduzidas nas relações de trabalho agrícola familiar a partir da tecnificação.

2.1.2 A Produção "prá venda".

Ao campesinato meridional é a agricultura mercantil que orienta e, em casos mais extremos, determina as decisões da família em relação aos produtos cultivados "prá venda" e/ou a forma de produção. Por isso, o mercado e

sua expressão metamorfoseada na produção "prá venda", constituem o elo de ligação entre a produção tecnificada e as relações sociais de produção camponesa. E, na e para a produção mercantil que o camponês emprega as novas técnicas de cultivo, introduz novos trabalhadores no processo de trabalho. Nas passagens abaixo, tentamos resgatar as nuances da "produção prá venda" nas explorações camponesas.

A passagem-abertura sobre a produção "prá venda" indica a relação entre o binômio soja-trigo e a produção mercantil camponesa dos núcleos coloniais.

"Na soja, aquilo era um pouco diferente do binômio trigo e soja, (...) o caso do feijão por exemplo, que era uma alternativa na época, plantava feijão, de repente quando dava feijão não se conseguia vender, quando não dava aí o feijão tinha preço, então ali era uma realidade. Então, depois do binômio trigo e soja, uma época ali, plantar prá vender foi uma beleza! Mas, hoje eu não sei (...)."

A histórica subordinação do camponês meridional à produção mercantil, desde as origens associada à necessidade de saldar as dívidas com a compra da terra, instrumentos de trabalho e etc, constitui um mecanismo fundamental à formação de uma agricultura camponesa subordinada aos demais circuitos do capital (financeiro, industrial e fundiário) uma vez que é por intermédio do comércio de produtos agrícolas que se estimula a produção de soja, e depois de trigo, em detrimento por exemplo, da suinocultura e da produção de milho, feijão.

A expressão "produção prá venda" é antiga e, desde o começo, esteve relacionada àquela parcela da produção familiar que se destinava à venda local, ao comércio existente no núcleo colonial. No presente, o termo significa, também, produzir para vender e assim saldar "as dívidas, os compromisso" e, sobretudo, com o dinheiro da venda, "fazer a sobra" para comprar "a roupa", a "gasolina prô carro" ou pagar "o médico", "o colégio do filho" e o "imposto da terra". (7)

As entrevistas seguintes referem-se àqueles agricultores que produzem "prá venda" tendo em vista saldar as dívidas contraídas com e durante a produção e a renda da terra.

"Produzir para venda é que a gente, já na entressafra, pega nos bolichos. Se a gente comprar fiado lá, já a safra vai prá lá, prá entregar aquilo prô comerciante, prá pagar as dívidas por causa que a gente pega no bolicho. gente pouco sempre sobra. Se bem que não é muito mas, um pouco sempre sobra prá gente se manter."

A citação anterior expressa uma situação vivenciada por milhares de camponeses. A escassa produção agrícola associada à necessidade de compra, no período de entressafra, de insumos ou gêneros alimentícios que o mesmo produz em quantidades insuficientes, conduzem ao endividamento dos produtores junto aos comerciantes rurais (bolicheiros) e se constitui num dos mecanismos de apropriação do sobretrabalho camponês pelo capital.

"Vendo prá vila, tenho meus compromissos. (...) ganhar dinheiro, a minha parte tem que pagar a metade, tem o frete."

O agricultor não deixa dúvidas sobre as razões deste tipo de produção quando afirma "*vendo* (porque) *tenho meus compromissos*". E, em seguida, demonstra que compromissos são estes quando diz que a venda da produção é a forma através da qual se pretende "*ganhar dinheiro*" para pagar a renda da terra e o frete da safra.

Os próximos fragmentos refletem opiniões diferenciadas, mas nem por isso antagônicas, de rendeiros sobre a produção "prá venda".

"Ah, tem que produzir prá venda sim, uma boa quantia salva a gente. Vende prá fora, prá cantina, prá firma."

"Tem que produzir prá vender, soja. (...) a gente tem que sustentar, se a gente consegue vender, se tem preço."

P: Dai tá a manutenção, prá pagar os custos da lavoura?

Sim. Algum que dá, soja, suíno, quando dá lucro mas, às vez dá despesa."

Enquanto um agricultor afirma que "produzir prá venda uma boa quantia salva a gente" o outro, falando com o verbo no condicional "se a gente consegue vender, se tem preço" lembra, de forma cautelosa, que se por um lado, a venda da produção, a bom preço, permite "o lucro" do colono. Por outro lado, esta pode "às vez" dar prejuízo, "despesa".

Numa só expressão, a produção prá venda tanto pode representar, dependendo dos resultados, a salvação ou ruína dos camponeses.

Os entrevistados abaixo, ao contrário dos dois primeiros, são proprietários de suas terras e arrendantes de outras áreas. Nestes casos, as "sobras" obtidas com a comercialização da produção, além de destinarem-se à quitação das dívidas, também voltam-se às novas necessidades de consumo da família camponesa.

"A produção prá venda seria prá poder comprar roupa, comprar luz elétrica (...) então, ali já começam os custos, o agricultor que "já tem" mais ou menos já teria que ter o carro dele, precisa comprar gasolina, precisa pagar o imposto das terra, do carro, precisa mandar o filho no colégio, precisa ter alguma coisa quando adoece (...). Então, nós somos obrigados a produzir também "prá vender", caso contrário nós não sobrevivemos".

"(...) embora ser colono mas, sem dinheiro não se vira. Então, as coisa que precisa comprar precisa de dinheiro, por exemplo, a roupa. (...) Médico, a parte mecânica, precisa combustível, se não tem dinheiro não consegue e, até aí precisa ter o dinheiro. Por causa disso precisa produzir também prá vender. Muitos falam: "não, colono não precisa de dinheiro." Não precisa comprar um par de chinelo, um par de bota? Não é, comprar alguma roupa? Precisa de dinheiro. (...) precisa de óleo diesel prá trabalhar com as máquinas, estraga alguma coisa, estraga uma peça de uma máquina o que é que faz se não tem dinheiro prá arrumar? Da onde tira? (...) Quando o colono não tem mais dinheiro o resto fica feio."

O camponês do tempo das máquinas possui um amplo conjunto de necessidades que não se resumem ao consumo de

insumos e situam-se, sobremaneira, na aquisição de bens de consumo industrializados como: automóvel, geladeira, televisão, fogão, utensílios em geral e artigos de vestuário. A modernização agrícola determinou a redução no tempo de trabalho possibilitando a saída frequente do camponês da propriedade para o meio urbano onde o contato e a compra dos bens de consumo citadinos traduzem a existência de um novo padrão de vida, novos valores e necessidades ao homem do campo.

2.1.3 O Mutirão e a Troca de Dia.

O ingresso da agricultura moderna nas comunidades coloniais e explorações camponesas, conforme vimos antes, fez por alterar as relações sociais entre vizinhanças, através da substituição do trabalho de mutirão por outras formas de relações de comunidades. No caso abordado observa-se a substituição daquela relação de vizinhança por outra denominada, pelos agricultores, de troca de dia. Deixemos que os rendeiros nos digam o que vem a ser esta relação de trabalho.

"Essas trocas de serviço é (...) que um ajuda o outro vizinho. Se eu tenho um produto prá colher, depende do tempo, se o tempo tá muito prá chuva e o produto tá seco tem que ser colhido, tem que dar um jeito de ser colhido, não pode esperar muito tempo senão ele estraga o produto."

"E troca com o vizinho. Um dia trabalha aqui e outro dia lá, causo que nós não temos trilhadeira,

ele tem trilhadeira. Então, quando troca uns dois dia lá, outro dia vem prá cá corta e trilha, trilha com a trilhadeira dele e vai indo, até que termina a colheita."

"Ele não tem trilhadeira, eu trilho o soja dele, daí ele ajuda nós colhê e eu ajudo ele lá, um dia aqui, outro dia lá. No calor é facil, aí ninguém se judia demais."

"Não é praticamente um mutirão mas, é ajuda entre os vizinhos. Às vezes um vizinho não tem tanto serviço e o outro tem bastante então, resolve ir lá ajudar prô vizinho, depois o vizinho pensa: não, ele me ajudou, eu também vou dar uma mão prá ele a hora que tem bastante serviço, eu vejo que ele tem bastante serviço, eu vou lá ajudar ele um pouco. (...) isso aí, às vezes, é importante, às vezes tem serviço que teria que ser feito hoje mas, tu não consegue fazer e com uma ajuda de um vizinho a gente consegue fazer o serviço".

"O trabalho assim fica melhor porque eu ajudo ele, ele me ajuda (...). Eu pegá um peão não posso pegar, eu não tenho dinheiro. Sabe, se o peão vai trabalhar ele passa o dia, ele precisa do dinheiro dele e eu não tenho dinheiro então, eu me combinei com meus vizinhos trocar dias assim, achei melhor. A gente trabalha um dia ali, outro dia a gente trabalha lá no outro vizinho, aquele que me ajudou, a gente devolve serviço".

As citações do bloco acima referem-se à forma predominante, no tempo atual, de trabalho solidário. Se a mecanização e a redução do número de trabalhadores familiares no campo contribuíram para a supressão do trabalho de mutirão, elas, entretanto, não determinaram o desaparecimento de toda e qualquer relação de ajuda mútua. A troca de dia sempre existiu embora, ocupasse um lugar

secundário num tempo em que o mutirão impunha-se como forma primeira de trabalho de vizinhança.

A passagem-abertura da série anterior sobre a troca de dia, pertence a um agricultor que dispõe de maquinário moderno (trator e colhedeira) para o trabalho. Nos trechos seguintes, os lavradores-interlocutores possuem uma incipiente mecanização (trilhadeiras) às atividades na propriedade.

A despeito das diferenças de condições de produção, entre os rendeiros, nota-se a semelhança de motivos que orientam a prática do trabalho de troca de dia entre os agricultores. Na essência, as mesmas causas que determinavam a presença do mutirão estão, agora, nas atividades de troca de dia. Aqui como lá, a necessidade de dispor de braços adicionais (fora do grupo familiar) em curtíssimo espaço de tempo, associado à falta de recursos para contratação de assalariados temporários, fazem com que os lavradores recorram ao auxílio dos produtores vizinhos para efetuar em tempo as tarefas e concretizar, com êxito, a produção.

No plano imediato pode-se supor que se trata da mesma relação de trabalho, envolvendo apenas menor número de famílias que no passado, uma vez que há semelhança entre os elementos causadores destas relações sociais de trabalho solidário. Deste modo, preocupamo-nos em saber das diferenças entre os mesmos e as particularidades presentes na troca de dia.

P: Nesta troca de dia, não tem dinheiro nenhum aí?

R: E só uma troca de dia.

P: Ninguém paga ninguém?

R: Não. Só se um tem mais e outro cobre mais dia noutro, aquele um que ajuda aquele outro no milho, que dá mais dia, aquele paga os dias aí, dá mais porque, às vezes dá bem certo os dias, daí ninguém não tem nada que pagar.

P: Se um trabalha mais ...?

R: Se um trabalha mais, aquele tem que pagar uns dias que trabalhar a mais, e se não daí não.

O depoimento do agricultor demonstra que, nestes casos, a regra consiste em pagar com trabalho os dias que houve a ajuda do vizinho na propriedade. Esta parte do trato verbal existente entre os envolvidos tem de ser cumprida sob pena da relação de ajuda mútua deixar de ser realizada no tempo futuro. No decorrer do estudo investigativo, vários agricultores mencionaram a necessidade de pagar igual número de dias trabalhados àqueles que lhes haviam ajudado a cultivar a lavoura e deste modo continuar dispondo, no ano seguinte a troca de dia entre vizinhos.

O rendeiro da próxima fala recorre à força de trabalho e aos instrumentos (trilhadeira) da vizinhança para executar as tarefas agrícolas. Através das palavras empregadas, subentende-se que ocorre de algum modo o pagamento em dinheiro pelo trabalho adicional do vizinho e pelo empréstimo da máquina.

"Daí então, quando ele, se ele tem mais que um dia, dois dia, mais que o serviço da gente, a gente paga prá ele por dia, o dia a mais que ele fez e a trilha paga também."

No relato abaixo o agricultor, questiona e desconfia desta relação de trabalho solidário denominado de "troca de dia".

"Mas, é que quando, naquele ano que choveu bastante que, na colheita, nós tava trabalhando com o vizinho e nós mesmo tinha trilhadeira e daí, o dia que nós trabalhava com o vizinho lá, dava prá colher, se nós tivesse trabalhado ali mesmo, nós tinha colhido mais."

O próximo agricultor, dimensiona como, quando e porque, as formas de trabalho "solidário" (mutirão e, mais recentemente, troca de dia) encontram-se em crise.

"(...)prá efetuar essas colheitas havia muito mutirão, (...) havia mais colaboração e solidariedade entre os agricultores. Quer dizer, depois com a tecnologia do binômio trigo e soja, a aquisição da terra por poucos quer dizer, muita terra na mão de poucos então, passou a se criar um clima de desconfiança na agricultura, quer dizer, o cara até desconfiava: puxa, eu vou ajudar aquele cara lá a colher, de repente, vai sobrar mais, vai crescer mais e eu vou perder mais um pouco. Então, com esse objetivo, (...) com essa preocupação o trabalho na agricultura se tornou muito mais individualista, muito mais a nível de propriedade, (...) se a propriedade tem doze hectares então, tem todo o trabalho desenvolvido ali, a mão-de-obra não seria mais para o vizinho (...) só para extremas necessidades mesmo."

As passagens indicam a ocorrência de uma aguda crise nas formas habituais de trabalho de vizinhança, estimuladas pelas diferenças sociais estabelecidas no

interior das lavouras camponesas a partir da tecnificação e da concentração da terra entre poucos produtores. As consequências disso são: a existência de crise na tradicional solidariedade camponesa e a sua substituição por relações de trabalho marcadas pela concorrência entre os agricultores. No presente, estabelece-se uma "solidariedade competitiva" onde a perspectiva de não sair perdendo enquanto os outros ganham passa a predominar sobre as "obrigações" social e culturalmente estabelecidas no passado. Pode-se caracterizar esta situação como sendo, também, marcada por uma solidariedade condicionada aos interesses, condições de trabalho e recursos de cada uma das partes envolvidas na relação de troca de dia.

2.1.4 O trabalho assalariado temporário e permanente.

No passado, o trabalho assalariado caracterizava-se pelo assalariamento temporário de filhos de agricultores residentes nas lavouras próximas àquelas onde trabalhavam. No presente, a supressão do trabalho de mutirão, conjuntamente com a crise nas relações de trabalho de troca de dia e por fim, a redução do grupo familiar campesino e rural transforma o assalariamento de terceiros algo constante, contínuo e até mesmo imprescindível à reprodução social camponesa da atualidade.

Na perspectiva de compreender a complexidade das relações sociais nas áreas de modernização agrícola,

analisaremos o lugar do trabalho assalariado aos rendeiros da soja. Nesta direção estabelecemos relações entre a presença dos trabalhadores contratados e o desenvolvimento da agricultura familiar capitalizada. A maioria dos arrendatários recorre ao trabalhador temporário para execução das atividades de limpa da lavoura e/ou colheita.

Em maior número, estão os agricultores que empregam trabalhadores temporários (diaristas) e ao trabalhador efetivo (mensalista). Ao longo da pesquisa verificamos que os rendeiros denominam por peão os dois tipos de trabalhadores. Na visão dos camponeses tradicionais, o trabalhador temporário é o peão ou diarista. Aos produtores tecnificados, os diaristas da limpa podem ser denominados de "bóias-frias", diaristas ou peão. Os trabalhadores efetivos contratados por sua vez, são denominados por mensalista.

No plano inicial estão as exposições sobre os fatores do surgimento dos "bóias-frias". No momento seguinte, anotamos aspectos relativos à crise por que passa o assalariamento rural da região. Após, surgem as falas sobre as tipos sociais de assalariados agrícolas. Por fim, buscamos o porquê do emprego de assalariados temporários e/ou efetivos nas lavouras rendeiros.

"O trabalho, por exemplo, assalariado que ocorre por aqui, os diaristas que chama, ele se tornou necessário a partir de uma época em que a terra concentrou na mão de poucos, a terra concentrou ali e de repente esses poucos não conseguiram mais tocar toda a propriedade então, tem lavouras com bastante problema de inço, coisa assim, que na

época da limpa eles são obrigados a pegar diaristas. Aqui, em Humaitá e Crissiumal, às vezes passam caminhões lotados de gente que são retirados dessas vilas pobres ali e são levados prá granjas prá carpi."

"Aquela gente que eu tava falando, que eles estavam recolhendo, isso tudo é filho de agricultor que abandonaram as terras porque tiveram que abandonar, não conseguiram resistir e a gente também tá pensando em desistir porque não dá mais. A gente vê cada ano mais dívida, cada ano produzindo menos(...). Não pode morrer de fome teimando na agricultura embora, que na cidade é pior ainda porque a gente não tem (...) um sistema de sobreviver no meio urbano."

As frases abaixo envolvem a dificuldade de manutenção do trabalho assalariado no meio rural camponês. A área média dos estabelecimentos rurais é inferior a 10 hectares e a força de trabalho é basicamente familiar. O ingresso do trabalho assalariado concentra-se em alguns dias do ano agrícola, muitas vezes, inferiores a trinta dias de atividades. A maioria dos empregadores são produtores rurais de áreas mecanizadas.

No grupo pesquisado, os principais contratantes de diaristas e, até mesmo, de trabalhadores efetivos são os proprietários de mais de uma área. A combinação destes fatores tornam difícil a manutenção, durante o ano agrícola, de um expressivo contingente de trabalhadores sem-terra e sem-emprego. Neste caso, é a base social camponesa de contratantes e contratados que limita a expansão e fixação de significativo contingente de assalariados rurais.

"Terminou a empreitada ali, se é uma limpa por exemplo, terminou e essas pessoas ficam inativas ali durante longo tempo e isso gera um problema social muito grave, inclusive na cidade, quer dizer, de repente o cara não tem o que comer, vai se virar. Se o cara não tiver princípios morais muito forte, (...) até daria prá avaliar o que é moral nesse aspecto, quer dizer, falta comida, falta tudo, o cara se vira, de repente, vai roubar (...)."

"Então, eu acho que em todas as pequenas vilas, sítios deveria ter pequenas indústrias, prá essas pessoas não sofrer tanto e ter serviço também durante o ano. (...) eu tenho serviço duas vez, eu tenho serviço na safra e na limpa e depois, o que elas fazem? Muitas vezes (...) esses bóias-frias me vêm, pedem uma lenha, pedem uma mandioca prá comer, (...) pedem um dinheiro adiantado quando adoecem (...)."

Essa dramática situação social é caracterizada pela insuficiência de empregos e de ocupação para parcelas da população sem-terra. Tem-se que, cada vez mais, ocorre a falta de braços devido ao êxodo rural através das migrações da população rurícola em direção aos centros urbanos em busca de emprego e condições de sobrevivência que o "campo" deixa de proporcionar a milhares de pequenos agricultores e seus descendentes.

"Pois é, daí eles vão embora, vão na cidade, eles acham que na colônia é muito difícil porque terra eles não encontram. Tivemos uma família que tem bastante filhos em casa, se eles casam e ficam tudo em casa, eles querem tudo. Então, eles procuram empregos. Então, eles vão trabalhar em firmas. Cada um tem que se virar pô pão dele."

"Toda essa gente nova, que podia tá na lavoura, já se sumiu prá cidade. Aqui eles não acham emprego, não tem terra prá plantá então eles vão a procura, onde eles possam melhorá a vida (...)."

No decorrer da pesquisa constatou-se a presença de dois tipos de assalariados temporários (diaristas). No primeiro caso, estão os assalariados temporários cujas famílias dispõem de terra própria e estes buscam, através do assalariamento em propriedades vizinhas, uma renda adicional para a sua unidade de produção. Na maioria das ocasiões são adolescentes e jovens, filhos de pequenos proprietários, cuja força de trabalho é excedente, e que se empregam, temporariamente, nos estabelecimentos da comunidade onde residem. No segundo caso, estão os trabalhadores cujas famílias foram totalmente expropriadas. Eles buscam pequenas áreas ou "cantos" onde possam habitar e fazer a horta. Muitas vezes, ao não encontrarem estas áreas, acabam formando, com outros colonos sem-terras, pequenos aglomerados de casas nas zonas rurais próximas às propriedades mecanizadas na perspectiva de obterem trabalho.

"Eu inclusive (...) uso diarista, só que aqui é mais a nível de vizinhança. Tem famílias que tem quatro, cinco filhos em casa e sobra umas horas, então ali a gente consegue, se bem que paga bem mais prá esses e consegue. Então, na época do arrocho de serviço, a vizinhança quebra o galho ali, com quatro, cinco peão por dia, durante uns quatorze dias (...). E esse trabalho (...) ele também se extingue no momento que termina a limpeza, ali é diferente, essas pessoas continuam ativas na propriedade deles ainda, só que, de repente, sobrecarrega algum na família e libera alguns prá ganhar. É um ganho extra."

"Nós tava falando dessas pessoas que junta em auxiliar a gente junto ao trabalho da lavoura (...). Essas pessoas assim não tem um ordenado fixo, geralmente elas querem uma empreitada (...).

É por dia, (...) elas querem trabalhar mais livre (...). Essas pessoas, geralmente, moram em pequenas vilas, na cidade. Três Passos já tem uma indústria (...) e ela emprega muita gente."

A contratação de trabalhadores temporários associa-se a fatores inter-relacionados. Este processo, na verdade passou a ser desencadeado de maneira contínua, na região, a partir da mecanização das atividades agrícolas. A introdução da maquinaria na agricultura camponesa determina a reorganização das relações sociais, a redefinição dos papéis desempenhados pela comunidade rural e pela família.

2.1.5 Trabalho assalariado e trabalho familiar.

Modernas tecnologias e novas máquinas determinaram ao camponês a necessidade de ampliar a área produtiva para obter "retorno" dos investimentos realizados. A liberação de membros da família de parte das atividades, antigamente desempenhadas por todo o grupo familiar, constitui a base da redefinição dos papéis sociais na família; e esta redefinição é um elemento deflagrador da contratação de assalariados rurais.

Os fragmentos abaixo referem-se aos motivos que fazem com que os rendeiros da soja assalariem trabalhadores no decorrer do ano agrícola.

"Precisei dessas pessoas, bóia-fria, terceiros que a gente chama, a partir que eu aumentei as lavoura (...). Então, a partir quando a gente tá muito de querer alguma coisa um dia prá gente e prós filhos, a gente foi comprando mais uma terra,

assim a gente usou um pouquinho também a ganância e foi adquirindo as área, uns foram vendendo e a gente foi comprando. Se tornou importante naquele momento que a gente não conseguiu mais fazer as lavoura, daí eu comecei de pegar gente prá ajudar a limpar.

P: Tu aumentou a terra e depois não dava conta?

R: Sim, e daí eu comecei de pegar gente prá me ajudar. Eu queria produzir, quando eu produzia 100 saca de soja, 150, até 200 eu fazia, eu e a minha família, nós fazia. Agora, depois quando as coisas aumentaram, as roça aumentaram a gente queria plantar mais (...) a partir disso que foram muito importante esses bóia-fria prá mim."

"Esses bóias-frias faz uns cinco anos. Desde que começou a era da máquina a gente tá usando essas pessoa. Trabalha prá gente. A gente faz umas trocadinha. Prá eles é só prá sobrevivê mesmo, não visa lucro. Visa lucro prá aquele que tem a máquina."

Os entrevistados acima são produtores tecnificados que ao longo dos últimos dez anos vem, sucessivamente, ampliando a área das lavouras. No caso do primeiro renteiro, em 1987, as terras cultivadas (próprias e arrendadas) atingiam cerca de oitenta e três hectares. No segundo entrevistado, as terras de sua propriedade ou arrendadas são mecanizadas e estendem-se por cinquenta e dois hectares. Eles representam, no dizer de técnicos, agrônomos e camponeses, os médios produtores. A força de trabalho de ambos restringe-se ao agricultor e sua esposa, sendo que a última participa apenas das atividades de colheita e concentra seu trabalho no trato da horta, animais da criação doméstica (suínos, aves) e os afazeres da casa.

Esta redefinição de tarefas familiares, com o trabalho feminino restrito sobretudo às atividades da casa, contribui para a contratação de assalariados e vice-versa. A presença dos diaristas e efetivos no trabalho agrícola serve para a reprodução desta nova divisão social do trabalho camponês. O trabalho assalariado, pelo que se percebe nestes casos, representa um mecanismo, uma estratégia deste processo de ampliação do patrimônio, porque permite àquele que contrata, a realização do "lucro" ou acumular sobra suficiente para adquirir mais terras.

"Porque se a gente não tivesse peão em safra de soja, então a gente ia se apertar porque o serviço só entre dois não rende. Na safra de soja tem que ser rápido, em poucos dias tem que tá terminada. Agora vai ficar difícil ainda porque não se acha mais peão no interior. Esses anos atrás a gente sempre conseguia mas, agora não tem mais."

"Se tá do jeito assim, se falta a gente pega um peão e paga por dia. (...) um, às vez dois, depende do serviço (...). (...) agora assim ele ajuda a limpar as planta e tudo. Então ajuda, ajuda bastante se a gente não vence (...)."

"E eu acho ele (trabalho do diarista) bastante válido, por exemplo, prá mim é uma coisa excelente que eu não teria condições de tocar a propriedade aqui com o auxílio que eu tenho, porque, basicamente, eu tô sózinho e ainda lido um pouco na escola, então não teria nem condições, eu dependo dessa mão-de-obra."

"(...) nos últimos oito, dez anos quando os filhos, uns se casaram, a família ficou menor, as guria foram tudo prô estudo, então, de maneira que, a gente tem que pegar gente estranha prá fazer a lavoura, limpar."

As quatro últimas passagens da sequência referem-se a pequenos rendeiros e/ou proprietários que dispõem de área total inferiores a vinte e cinco hectares e cuja força de trabalho familiar mostra-se insuficiente às atividades da exploração camponesa. Em decorrência disso nota-se que estes produtores dependem da contratação de assalariados para concretizar a produção e manter, com isso, a área e a família no meio rural. Numa expressão, o ingresso de assalariados nestas pequenas explorações é elemento fundamental da continuidade, da reprodução da unidade familiar.

As próximas passagens dizem respeito ao trabalho efetivo ou fixo realizado por assalariados contratados (mensalistas). Através delas (passagens) pode-se saber o porque do emprego desta força de trabalho nas unidades camponesas e como se efetuam estas relações sociais.

"Nós peguemos um peão (...) por causa que nós tinha arrendado essas terra tudo. Por causa do serviço (...) nós tinha pouco tempo. Facilitou um pouco mais senão, a gente precisava trabalhar mais e assim, com peão, vai ter mais e mais coisas, limpa mais fácil, planta mais e tudo."

"Eu tive a necessidade de arranjar empregado por causa das máquinas. Antes das máquinas nós tava sempre, eu e a minha esposa, nós trabalhava. Naquela era das máquinas se viu que eu precisaria. Se eu ficava na automotriz, preciso de um tratorista. Então fomos à procura dele."

"A necessidade, por exemplo, de um empregado efetivo, ela vem com a diversificação (...) porque se fosse para um agricultor plantar sózinho trigo e soja, por exemplo, no meu caso, eu não trataria empregado efetivo, até poderia cultivar só milho

também e não teria empregado efetivo, colhia mecanizado tudo. (...) eu tenho um empregado efetivo e eu preciso sempre um efetivo prá tocar a criação de animais que não pode largar na mão de diaristas."

Os assalariados efetivos ou mensalistas, na maioria das vezes, são agricultores jovens e solteiros que, depois de contratados, passam a habitar na moradia do empregador. A remuneração é composta de um salário mensal e de um percentual sobre a safra colhida de soja. Deixemos que os próprios rendeiros-empregadores falem sobre a forma de pagamento e as relações estabelecidas entre as partes.

"Ele tá por ano. Nós fizemos negócio por ano, peguemos ele em agosto e até fim de maio. Nós tamos entregando soja prá ele, um pouco de soja e um pouco de dinheiro por mês."

"O empregado efetivo ele tem uns 5% do soja livre, não tem despesa nenhuma, e 5% do leite é livre também (...) só mão-de-obra dele. E a (minha) família ajuda inclusive, porque é tudo feito em comum e mais um salário por mês e com pensão totalmente grátis, roupa lavada, alimento tudo. Quer dizer, ele convive com a família, é tido como mais um membro da família (...) ele passa a conviver com a família, dentro da propriedade ele tem acesso a tudo (...)"

2.2. O Campesinato Gaúcho e "geração da soja".

A soja está presente em todas as lavouras do norte-noroeste gaúcho. Das áreas de ladeira às terras planas e mecanizadas, pode-se encontrá-la cultivada entre novembro e abril de cada ano agrícola. Reproduzindo uma prática que se repete a mais de dois decênios o camponês planta soja nas

terras da família, antes mesmo de constituir a própria lavoura. O "começo" encontra-se associado a época que "o pai produzia o soja". As oscilações do produto no mercado internacional e o controle interno exercido pela política estatal de preços mínimos sobre o preço de comercialização, mostra-se incapaz de dissuadir os produtores e a substituí-la por cultura mais rentável. (8)

O mercado existente à comercialização de soja, associado aos recursos fornecidos por cooperativas, bancos estatais e/ou privados e indústrias de transformação (moagem, produção de farelo, torta e refinação de soja) proporcionam ao produtor a "segurança" de que, mesmo em crise, a soja ainda oferece "retorno" aquele que a cultiva.

Ao longo da pesquisa, os entrevistados apontaram os preços recebidos pela soja, trigo, milho e suínos, os juros dos financiamentos bancários e o custo dos insumos básicos como responsáveis por seu endividamento e descapitalização. O descontentamento com "o preço do soja" tornara-se a tônica do discurso camponês a tal ponto que, em determinado momento da pesquisa, indagamos aos produtores: porque continuar no soja, se nos últimos anos ele se mostrara pouco rentável ou lucrativo? As respostas dos agricultores concentravam-se na existência de mercado e financiamento da produção e na tradição familiar de cultivo do produto.

No caso dos lavradores mais jovens, menos de 35 anos, muitos deles justificaram a continuidade por "não

conhecer outro produto" desde que começara a trabalhar na lavoura. O referencial destes agricultores é o período de alta da soja no mercado internacional onde os campos gaúchos foram cobertos pela planta oriental. A suinocultura, o milho transformavam-se em algo secundário e superado. O camponês que quisesse continuar na agricultura deveria adequar-se aos novos tempos e produzir o que tinha mercado na venda rural, na cooperativa, na indústria, no dizer camponês: "em todo o lugar" e crédito na rede bancária.

Os velhos agricultores, nos dizem que houve um tempo onde "só se produzia soja, porque era só o que se vendia". Indagam os camponeses: como criar porco, produzir milho, ou qualquer outro produto, se não havia quem os comprasse? As vantagens oferecidas pela política agrícola, através de financiamento total ao custeio e investimento, e juros subsidiados aos empréstimos, na produção de culturas modernas (soja, trigo, café, algodão e cana-de-açúcar), fizeram com que o pequeno produtor passasse a dedicar-se, exclusivamente, ao plantio dos produtos estimulados pelas políticas estatais voltadas à modernização da agropecuária brasileira.

A introdução das culturas modernas representaram o ingresso de bens e produtos industrializados (maquinaria e insumos), de capital-dinheiro, (via crédito agrícola) em proporções maiores no interior das propriedades agrícolas e no processo de trabalho destes estabelecimentos familiares. Por sua vez, as modificações nas relações de trabalho rural

(tecnificação) fizeram por alterar a relação do camponês com o universo externo à propriedade e as relações do camponês com a família e/ou comunidade rural.

Após vinte e cinco anos de soja, trabalho tecnificado, difusão de técnicas modernas de produção (através da assistência técnica de cooperativas, órgãos estatais e agroindústrias) e, porque não dizer, de (in)tensas transformações nas áreas coloniais há sim, um novo camponês, uma nova família rural no interior das unidades de produção. Podemos afirmar, uma geração de agricultores forjados no processo de expansão do capital no campo, através do binômio trigo-soja.

Este camponês possui entre 25 e 40 anos e presenciou desde a infância ou adolescência as mudanças ocorridas no interior das terras de seus pais e vizinhos, a partir do ingresso de novas técnicas de conservação do solo (calcariagem, curvas de nível); de adubação, irrigação, drenagem; de plantio (através da entrada dos tratores); de colheita, onde ocorreu a substituição da trilhadeira pela colheitadeira. Mas, junto com elas, vieram compor o universo, o imaginário dos camponeses: os bancos onde se "investe a sobra", as imobiliárias onde o agricultor informa-se sobre a "compra e venda de terra", as cooperativas que dizem-lhes da "cotação do soja na bolsa", as concessionárias de máquinas agrícolas que "vendem o maquinário", os hospitais e clínicas nos quais "o médico leva as economias, até mesmo a terra, dos colonos" e as

lojas de eletrodomésticos onde os agricultores compram os "produtos prá casa".

As colônias incorporam rapidamente os hábitos, as expressões, o modo de vida e as preocupações citadinas. Alguns agricultores transferem a moradia da família para a cidade onde os filhos estudam, as esposas cuidam da casa e da educação das crianças e ele - o chefe - administra a propriedade e as transações na cidade. Entretanto, a maior parte dos produtores familiares ainda reside no meio rural e semanalmente, dirige-se à cidade "para realizar negócios". As estradas vicinais, interligadas às vias principais, permitem o deslocamento dos camponeses ao centro urbano. Assim sendo cada vez mais observamos a presença dos "homens do campo" nas cidades.

A **geração da soja** é este segmento camponês, formado após a constituição da agricultura tecnificada que, embora trabalhe no campo, frequenta a cidade e possui o referencial na técnica (mesmo que não seja um produtor tecnificado), nos investimentos, no mercado e nas "sobras ou lucros".

As entrevistas seguintes permitem visualizar alguns aspectos do universo simbólico desta geração de agricultores da soja.

P: Teu *pai* plantava soja desde quando?

R: Olha, (...) desde aquele tempo que existe soja, sempre plantava.

P: E qual é o tempo que existe soja?

R: Isso já faz o que? Faz trinta anos que ele planta soja e milho.

P: Prá vender?

R: Sim. Ele planta assim, prá vender e prá tratar suíno.

P: Até hoje?

R: Até hoje. Eles plantam um pouco de fumo também mas, o fumo não dá lucro mais. E o melhor negócio soja.

P: Dava mais que porco?

R: Dava mais mas, como agora, o preço de soja não dá mais, dá menos. Dá mais criar porcos agora, mais lucro.

P: Você cria o que?

R: Eu crio galinha, porco, gado.

P: E os porcos você não vende?

R: Não. As veiz, se sobra um, a gente vende mas, por enquanto, é só prô gasto.

P: Quantos hectares tu planta de soja?

R: Eu planto milho e soja junto, (...) toda a terra que eu planto vai dar sete, sete e meio, oito hectare. Milho e soja, porque o patrão não quer que planta puro soja, ele também gosta mais do milho porque ele tem bastante porco (...). Se a gente fosse plantar só milho aí, no meio da carreira de milho, ficava mais limpo, aí se criava demais isso, daí a gente em vez de deixar isso limpo então, joguei soja no meio, um pouco ele sempre dá.

P: E esse ano tem perspectiva de produzir quanto?

R: Olha, esse ano a soja tá bonita, esse ano vai dar uns 90, 100 sacos de soja, só se as praga entrar no meio que vão estragar a soja totalmente, daí também não vai dar nada. Mas, se não entrar nada no meio, vai dar uns 100 sacos no meio.

As passagens desta entrevista refletem uma realidade presente no campo do noroeste gaúcho onde milhares de pequenos produtores, dispondo de reduzidíssimas parcelas de terras (menos de 10 ha) dedicam-se ao cultivo de soja. Neste caso, nosso entrevistado é um jovem rendeiro-agregado que estabelece com o proprietário da terra (o patrão) uma relação de parceria agrícola. Neste estabelecimento há o predomínio da produção de milho devido às exigências do proprietário ao arrendamento da terra. A soja, por força desta situação, ocupa um lugar secundário na exploração agrícola. No entanto no imaginário do rendeiro ela ocupa um lugar central.

O diálogo e as palavras do agricultor parecem indicar uma representação diferenciada e antagônica das duas culturas. Enquanto o milho é a cultura que o "patrão" quer ver plantada, a soja é a cultura que o rendeiro quer plantar. A produção de milho insere-se, no universo deste camponês, como uma manifestação da subordinação do parceiro ao proprietário da terra. A lavoura de soja, por seu turno, expressa a autonomia camponesa.

Por último, convém observar que embora a suinocultura fosse, naquele momento, uma atividade rentável, lucrativa e o entrevistado criasse suínos, este não pretendia "produzir prô mercado". A soja apesar de ser uma cultura de "difícil retorno" continua a ser produzida para a venda. A soja compõe o cotidiano e o imaginário social de milhares de produtores familiares da região. Em muitos

casos, eles possuem reduzida produção (inferior a 200 sacos), baixa produtividade e levam uma vida miserável. Nosso entrevistado, por exemplo, mora em um casébre de dois comodoss, onde os instrumentos de trabalho estão dispostos junto os poucos móveis e utensílios domésticos de que dispõe. Ao longo de toda a pesquisa, vivenciamos situações de extrema miséria sob o predomínio da monocultura de soja.

A exposição seguinte, representa um diálogo estabelecido entre o agricultor, sua esposa e a pesquisadora acerca do começo da produção de soja na área. As respostas são exemplos de formas camponesas de apreender o "tempo das máquinas".

"Bom, o pai plantava feijão e milho, um pouco de soja, no começo. (...) tratava de gado, de porco, trilhadeira não tinha (...). Dai, começaram de plantar mais, já tinha trilhadeira e soja já era melhor de colher (...) tinha algum comprador.

P: E antes, usava adubo, calcáreo?

R. 1: Não.

P: Só depois que veio a soja que começou?

R.1: E, a pouco tempo, agora.

P: E começaram a produzir isso porque?

R.1: Pois, (...) já comprava um pedaço de terra vermelha que era só capim que, não pára nada.

R.2: (esposa) E a gente faz sempre mais, toca a vida, trabalha no trator e vai prá frente".

A frase final da conversa, pode deixar o leitor com a idéia de que trata-se de produtores tecnificados que estão a historicizar o ingresso da soja e do cultivo

mecânico nas terras da família quando, na realidade, os entrevistados são lavradores que "plantam a boi" a lavoura e não dispõem de trator ao plantio. Mas, mesmo assim a máquina agrícola insere-se no ideário deste camponês enquanto instrumento de ascensão social uma vez que se "trabalha no trator" a vida "vai prá frente." A soja plantada com trator, é condição *sine qua non* da melhoria das condições de vida.

O segundo aspecto relevante do diálogo, é a relação estabelecida entre a expansão da soja e a mecanização da lavoura expressa na frase: "já tinha trilhadeira e soja era melhor de colher" bem como, o mercado existente para a venda do produto pois, naquele momento "já existia comprador."

O terceiro aspecto, refere-se à incorporação na unidade de produção familiar, a partir da sojicultura, dos insumos modernos (calcáreo, adubo químico).

O último aspecto demonstra a forma pela qual o camponês percebe a produção agrícola. Ao entrevistado a atividade agropecuária sempre foi e continua a ser "o negócio". A referência ao trabalho agrícola como um negócio esteve presente em vários momentos do discurso de nossos rendeiros e adquirindo, em cada um deles, um significado específico. Neste instante, e para este agricultor, a atividade familiar se transforma em negócio a partir do instante em que há o investimento na lavoura associada à venda lucrativa dos produtos.

"A gente ia se levando, daquele jeito, até que chegou a mecanização".

"As coisas mudou bastante quando entrou a mecanização, já deu prá se tocar a lavoura, já deu prá trabalhar com trator e aí veio o adubo e o calcáreo prá produzir um pouco mais aí, melhorou um pouco. (...) agora a gente já trabalha bem menos. Agora, ficou mais fácil de trabalhar".

O entrevistado, ao que se percebe, vê na *chegada da mecanização* a libertação do camponês das formas de trabalho antigas onde predominava uma atividade de trabalho exaustiva, difícil e uma produção limitada aos recursos da natureza. Assim, pode-se compreender a expressão: *"as coisas mudou bastante quando entrou a mecanização, já deu prá se tocar a lavoura (...) e aí veio o adubo e o calcáreo prá produzi um pouco mais"*. Estes camponeses contrapõem o "tempo antigo" ao "tempo das máquinas" quando afirmam que *"agora a gente já trabalha bem menos e (...) ficou mais fácil de trabalhar"* ao mesmo tempo, manifestam o significado das mudanças introduzidas no processo de produção e a distância, no imaginário camponês, entre uma e outra forma de trabalho, de vida e, porque não dizer, de reprodução social.

"(...) trabalho das máquinas, a gente paga as prestação por isso, eu acho que se a gente não tivesse financiamento, prá comprar implementos, aí a gente não pode trabalhar."

A frase acima permite que se analise a importância da mecanização à geração da soja. No primeiro plano,

visualiza-se que ao camponês o financiamento, a ligação com o capital financeiro e mercantil compõem o cotidiano das estratégias campesinas de modernização da propriedade rural pois, "a gente paga as prestação". Mas, "se não tivesse financiamento, prá comprar os implementos, aí a gente não pode trabalhar". As palavras finais associam a presença das máquinas agrícolas à possibilidade de trabalho na unidade familiar. No decorrer da atividade investigativa, vários entrevistados condicionaram o trabalho no campo à existência da mecanização porque sem "as máquinas" fica "difícil trabalhar".

A geração da soja, também é expressão deste segmento camponês que desde a infância ou adolescência convive com as máquinas, os implementos, os financiamentos e as prestações, como condicionantes do trabalho rural. Este é um segmento que "cresceu em cima do trator". Portanto, a necessidade, de "assumir compromissos" para produzir apresenta-se-lhes como um procedimento habitual e até mesmo natural.

"Depois, então, com a vinda da mecanização da agricultura, (...) o proprietário que tinha ali dez, quinze, vinte hectare de terra, ele escolhia um dia prá lavar, um dia preparava toda a terra, escolhia outro dia prá plantar e plantava a terra, também, mais um dia e, uma semana, conseguia fazer tudo. Isso, (...) ocasionou uma perda, uma perda de tempo, o agricultor passou a não se envolver tanto na propriedade, ele começou a sair, até a procurar jogos, diversão na cidade. Então, a propriedade não passou a ser aquela coisa que ele vivia seis dias por semana, pelo menos. Ele passou a sair muito e quando isto ocorreu, ocorreu o relaxamento, (...) com a criação de animais, no

cuidado com a propriedade, as pequenas culturas. Então, o cara passou a sobreviver em cima do trigo e soja porque era (...) o mais fácil prá fazer, dava menos serviço e até dava o que chega porque o soja tinha um preço tão bom que o soja sustentava, quer dizer, plantava soja, colhia e com esse dinheiro do soja vivia o ano inteiro. (...) o preço dele era em dólares e muito valorizado, enquanto que os produtos básicos não tinham aquele valor."

O depoimento-relato acima refere-se ao papel da modernização agrícola na mudança de hábitos e mentalidade dos camponeses tecnificados. A redução do tempo de trabalho fez por liberar o camponês e sua família para as atividades de lazer. Os "lucros" crescentes daquele agricultor que produzisse trigo e soja determinou a concentração do trabalho familiar nas épocas de plantio, limpa e colheita destas rentáveis culturas e, com isso, ocorreu, "um relaxamento na criação de animais, no cuidado com a propriedade, as pequenas culturas." Disto resultou que "o cara passou a sobreviver em cima do trigo e soja porque, era mais fácil prá fazer, dava menos serviço e até dava o que chega, porque o soja tinha um preço tão bom que (...) com esse dinheiro do soja vivia o ano inteiro."

Dispondo de tempo livre e dinheiro os camponeses da soja passaram a "sair da propriedade" para "jogos e diversões na cidade". Se anteriormente a propriedade exigia a dedicação de "seis dias da semana" agora, existem dias em que não havia o que fazer na lavoura. A cidade torna-se local de lazer, consumo e negócios destes camponeses. Assim poderemos compreender a presença frequente de vários

rendeiros entrevistados no centro urbano de Três Passos, Humaitá e Crissiumal.

No período de quase sete meses que permanecemos na região, pudemos (re)encontrá-los percorrendo supermercados (comprando gêneros alimentícios e hortaliças), imobiliárias, lojas, lanchonetes, restaurantes, prefeituras, agências bancárias, sindicatos, cooperativas, paróquias católicas e reuniões pastorais. O camponês e seu núcleo familiar, parecem ter incorporado a cidade como parte do cotidiano. A comprovar isso está a superlotação dos transportes coletivos (ônibus) que interligam as estradas rurais às vias de comunicação urbanas. A maioria absoluta dos passageiros são colonos e familiares. Nestas viagens os assuntos dominantes eram os preços mínimos dos produtos, estabelecidos pelo governo, as expectativas e previsões de cada agricultor com a colheita da sua lavoura.

Nas próximas páginas, tentamos demonstrar alguns aspectos relacionados ao imaginário dos camponeses surgidos no bojo do processo de tecnificação da agricultura. Ao longo de mais de vinte anos a soja e as novas tecnologias têm sido parte do amplo cenário de transformações econômico-sociais ocorridas na agricultura nacional e, sobretudo, do centro-sul do Brasil. As consequências disso superam os limites do processo de trabalho rural e situam-se (também) no plano das mentalidades, do ideário camponês.

Os exemplos analisados demonstraram que, apesar das diferenças sociais existentes entre os rendeiros da

soja, há pontos comuns nas representações dos envolvidos. A soja como cultura hegemônica, as máquinas e/ou modernas tecnologias, sem as quais o agricultor "não pode trabalhar" são elementos fundamentais ao modo de produção e vida destes camponeses, sejam eles produtores "tradicionais" ou tecnificados; sejam os mesmos responsáveis pelo cultivo de escassa ou grande quantidade de soja; residam em habitações de alvenaria ou casebres de madeira.

Os estudos na sociologia rural, em sua maioria, não conseguiram romper com os limites e limitações que a análise *a priori* do processo de produção impõe ao estudo das múltiplas dimensões do processo de constituição do camponês pós-tecnificação. Embora este não seja o objeto e muito menos o objetivo deste trabalho que versa sobre as estratégias de (re)produção social de um grupo de rendeiros, consideramos que as leituras das estratégias não devem estar dissociadas ou isoladas do imaginário destes camponeses. Essas estratégias, inclusive aquelas relacionadas com a família, expressam, a um só momento, as mudanças de padrão técnico-produtivo e as modificações no plano do ideário camponês.

2.3. O Campesinato Arrendatário e o Bloqueio Fundiário.

Nas páginas seguintes, temos por objetivo traçar um perfil do grupo pesquisado e, no momento seguinte, relacioná-lo às transformações trazidas pelos "tempos modernos" aos camponeses, para então, tentar explicar o fenômeno estudado enquanto expressão, de um lado, do movimento do capital no campo (tecnificação agrícola, valorização fundiária) e, de outro lado, enquanto resultado das estratégias camponesas de reprodução social.

Os pequenos estabelecimentos agrícolas possuem, há décadas, significativa presença na estrutura fundiária do Rio Grande do Sul. Nos últimos recenseamentos realizados pelo IBGE, esta característica foi mantida. Através da tabela abaixo (tabela 1) observa-se que os menores extratos de área (estabelecimentos com > de 10 ha e 10 a > de 100 ha) representam mais de 90% do número total dos estabelecimentos do Estado. Em termos de área ocupada, pelos dois extratos, verifica-se que os mesmos estendem-se por cerca de 34% do território agriculturável. Entretanto, se examinarmos, primordialmente, a relação estabelecimentos/área ocupada no segmento inferior a 10 ha verificaremos que a distância entre o percentual de estabelecimentos e a área ocupada é ainda maior. Neste caso, cerca de 36,6% das explorações agrícolas dispõem de apenas 3,7% da área total.

No plano da mesorregião onde se encontra a maior parte das microrregiões coloniais do Estado (Planalto Meridional do RS) mantém-se este quadro de predomínio das pequenas explorações sob pequenas faixas de terra e, conseqüentemente, de elevada concentração fundiária nos maiores extratos.

TABELA 1

GRUPOS DE AREA TOTAL, SEGUNDO AS MESORREGIOES, MICROREGIOES E MUNICIPIOS DO RIO GRANDE DO SUL.

MESOREGIAO, MICROREGIAO e MUNICIPIOS	GRUPOS DE AREA TOTAL (HA)					
	TOTAIS		MENOS DE 10		10 a > de 100	
	Estabe leci mentos	Area (ha)	Estabe leci mentos	Area (ha)	Estabe leci mentos	Area (ha)
TOTAIS	498.713	23.817256	182.402	876.130	279.693	7.266.
PLANALTO MERID.DO RS	240.982	7.022.403	93.374	452.054	137.185	3.336.
COLONIAL DE SANTA ROSA	55.018	747.961	25.043	126.213	29.478	576.
CRISSIUMAL	3.163	35.654	1.652	8.675	1.507	26.
HUMAITA (1)	1.399	21.907	576	2.940	789	16.
TRES PASSOS	6.686	64.654	3.929	19.802	2.677	44.

Fonte: FIBGE - Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1985-Região Sul. Rio de Janeiro, IBGE, 1987. Vol.4/n.4, pg 98-9.

TABELA 2

**ESTRATIFICAÇÃO DAS PROPRIEDADES ENTRE OS ASSOCIADOS DA
COOPERATIVA AGROPECUARIA DE(CONTRIMAIO)**

AREA (ha)	NUMERO DE SOCIOS	%
Até 10	2.274	33,4
11 a 20	2.555	37,6
21 a 50	1.679	24,7
51 a 100	200	3,0
101 a 500	68	1,0
500 e +	20	0,3
TOTAL	6.796	100,0

Fonte: COTRIMAIO.

OBS: Dados relativos ao ano de 1987.

A tabela 2, demonstra a distribuição fundiária na área de atuação da Cooperativa Agropecuária de Três de Maio (COTRIMAIO). A extensão de atividade da cooperativa abriga municípios e áreas rurais heterogêneas. No interior da mesma, encontram-se regiões de agricultura mecanizada e sem mecanização, camponeses tecnificados, proprietários de terras e máquinas, e agricultores sem-terras e com precários instrumentos de trabalho.

A região de atuação da cooperativa estende-se dos municípios limítrofes a Santa Rosa até Três Passos num total

de mais de uma dezena de municípios, onde podem-se visualizar as "ricas" regiões rurais de Humaitá, Sede Nova, Independência, Horizontina, Três de Maio, São Martinho e áreas "pobres" de Três Passos, Crissiumal, Boa Vista do Buricá, entre outras.

O universo social, ao contrário do que costumam afirmar os "especialistas", não apresenta necessariamente a dicotomia entre áreas ricas e pobres, isto porque pode-se encontrar, num mesmo distrito, como, por exemplo, Bela Vista (Três Passos), faixas de terras cultivadas por camponeses tecnificados vizinhos a camponeses sem tecnificação.

O exame da tabela indica que 71% dos cooperados produzem em áreas de até 20 hectares. Por sua vez, os associados com áreas entre 21 a 50 hectares representam menos de um quarto (24%) dos casos. Nos segmentos de 51 ha e superiores estão, somente, 4,3% dos produtores da COTRIMAIO. Entre os rendeiros dos municípios abrangidos pela pesquisa, este índice alcança o percentual de 18% do conjunto.

O comparativo de tabelas indicam que na estrutura fundiária da região ocorre maior participação dos minifúndios.

TABELA 3
DIMENSÃO DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO OS MUNICIPIOS DOS
ENTREVISTADOS. (1)

MUNICIPIOS	DIMENSÃO DE ÁREA (HA)	TOTAL	ÁREA (HA)				
			01 a 10	11 a 20	21 a 50	51 a 100	101 e +
Crissiumal		03	02	—	01	—	—
Humaitá (2)		22	04	03	05	08	03
Três Passos		23	02	13	03	04	—
TOTAL		48	08	16	08	13	03

Fonte: Pesquisa de Campo.

- (1) Dimensão de área do estabelecimento inclui terras próprias e arrendadas.
- (2) Os números do município de Humaitá incluem o antigo distrito de Sede Nova. A época da pesquisa, Sede Nova ainda não havia sido emancipada de Humaitá. O território dividiu-se posteriormente, tornando difícil a definição dos estabelecimentos pertencentes a cada um dos municípios em questão.

A tabela 3 refere-se a distribuição fundiária dos arrendatários entrevistados. Ao analisá-la observamos que a tendência esboçada nas estatísticas anteriores da concentração numérica dos mini-estabelecimentos é atenuada. Aqui, os estabelecimentos de até 20 ha representam 50% dos casos. Se agregarmos os dados para a faixa de 1 a 50 hectares teremos 66% das unidades de produção.

O que chama atenção nesta tabela é que mesmo tratando-se de um grupo reduzido de estabelecimentos, o

percentual absoluto e relativo de participação das unidades produtivas com área total superior a 50 ha é de 33% das situações. Isso contrasta com a tabela do IBGE e da Cooperativa de Três de Maio onde a participação dos estabelecimentos com áreas maiores (acima de 50 ha) é menor.

A análise por município indica que os maiores estabelecimentos estão concentrados em Humaitá. Entendemos que isto não se dá por acaso, uma vez que é exatamente Humaitá um dos municípios chaves da tecnificação camponesa. Em 1985, este município foi considerado, pela Secretaria da Agricultura do RS, o de maior produtividade do Estado. Paralelamente a isso, havia uma intensa valorização fundiária das áreas aptas ao cultivo de soja e trigo de Humaitá.

TABELA 4

**AREA TOTAL DO ESTABELECIMENTO, SEGUNDO A CONDIÇÃO
SOCIAL DOS ARRENDATARIOS. (1)**

CONDICÃO SOCIAL	DIMENSAO DE AREA (HA)	TOTAL	AREA (HA)						
			01 a 10	11 a 20	21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 100	101 e +
Proprietário- Arrendatário		12	01	01	02	03	02	02	01
Arrendatário Familiar		25	02	09	06	01	01	04	02
Agregado		11	05	06	—	—	—	—	—
TOTAL		48	08	16	08	04	03	06	03

Fonte: Pesquisa de Campo.

(1) Dimensão de área do estabelecimento inclui terras próprias e arrendadas.

Na perspectiva de caracterizar socialmente os rendeiros, dividimos o grupo em três segmentos. Os critérios utilizados foram: **terras próprias e arrendamento no interior da família**. Deste modo, aqueles agricultores que possuem terras próprias e, além disso, arrendam terras de terceiros são denominados por: **proprietários-arrendatários**. Aquelos camponeses que, possuindo ou não terras próprias, arrendam áreas de seus familiares são chamados de: **arrendatários familiares**. Por fim, os rendeiros que cultivam pequenas áreas ou quintais de outros agricultores, sem vínculo de

parentesco com o proprietário da terra, são nominados como: **agregados**.

Após estas considerações, abordaremos a relação entre segmento arrendatário e a distribuição da terra entre os estabelecimentos pesquisados. Através da tabela pode-se saber a utilização de área dos nossos rendeiros. Na totalidade observa-se que as dimensões de área ocupada oscilam de 1 a 30 hectares para dois terços do grupo e para mais de 80% dos agricultores a soma das terras próprias e arrendadas alcançam até 50 ha. As áreas superiores aos 50 hectares representam apenas 18% dos entrevistados. Conclui-se das informações, que o grupo compõe-se, fundamentalmente, por pequenos produtores que arrendam parte ou toda a terra à produção.

O exame da disposição fundiária, por segmento arrendatário, demonstra que os **agregados** acham-se concentrados nos menores extratos de área (até 20 ha) enquanto que há o predomínio dos **proprietários-arrendatários** nas faixas de área compreendida entre 21 a 100 hectares. Por sua vez, os **arrendatários familiares** estão distribuídos ao longo dos extratos de área, com maior ênfase nas áreas menores e maiores da tabela. Isso ocorre, como se verá mais adiante, porque há uma **heterogeneidade social** entre os arrendatários familiares.

TABELA 5

NUMERO DE MEMBROS DA FAMILIA NO TRABALHO AGRICOLA, SEGUNDO
A CONDIÇÃO SOCIAL DOS ARRENDATARIOS. (1)

MEMBROS DA FAMILIA		UMA	DUAS	3 a 5	6 a 10	+ de 10
CONDIÇÃO SOCIAL	TOTAL	PESSOA	PESSOAS	PESSOAS	PESSOAS	PESSOAS
Proprietário- Arrendatário	12	01	05	04	02	—
Arrendatário- Familiar	25	02	09	13	01	—
Agregado	11	—	09	02	—	—
TOTAL	48	03	23	19	03	—

Fonte: Pesquisa de Campo.

(1) Exclui-se os filhos menores de 14 anos e/ou em atividade escolar.

As informações da tabela 5, sobre o número de membros da família arrendatária no trabalho agrícola, mostram que o grupo é composto por reduzido contingente de força de trabalho. Dentre todos os segmentos rendeiros, o número de trabalhadores oscila de 2 (dois) a 5 (cinco) membros. Interessante notar em reduzido número de estabelecimentos com apenas um pessoa ou com mais de 5 (cinco) pessoas no trabalho agrícola. Estes dados confirmam uma tendência observada em estatísticas gerais sobre o emprego de força de trabalho familiar nos estabelecimentos agrícolas do sul do Brasil.

TABELA 6

CONTRATAÇÃO DE ASSALARIADOS RURAIS NO TRABALHO AGRÍCOLA,
SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL DOS ARRENDATÁRIOS.

TRABALHADORES CONDIÇÃO SOCIAL	TOTAL	ASSALARIADOS RURAIS		
		Permanentes	Temporários	Permanentes e Temporários
Proprietário- Arrendatário	12	—	05	04
Arrend.Familiar	25	—	13	07
Agregado	11	—	—	—
TOTAL	48	—	18	11

Fonte: Pesquisa de Campo.

Os dados acerca da contratação da força de trabalho assalariada (temporária e permanente) pelos arrendatários encontra-se difundida entre os setores que dispõem de maiores áreas e/ou tecnificação agrícola. Percebe-se que a contratação de assalariados é exclusiva dos grupos de proprietários-arrendatários e arrendatários familiares. Cerca de 80% (oitenta) dos rendeiros destes grupos assalariam trabalhadores temporários e/ou permanentes. O terceiro grupo (agregados) não contrata trabalhadores mas, muitas vezes, é contratado para trabalhar nas "terras de máquinas".

TABELA 7

**NÚMERO DE ARRENDATARIOS, NO PRIMEIRO CONTRATO DE
ARRENDAMENTO E/OU PARCERIA AGRÍCOLA, SEGUNDO A CONDIÇÃO
SOCIAL DOS ARRENDATARIOS**

CONDIÇÃO SOCIAL	TOTAL	INFORMANTES	PRIMEIRO CONTRATO	CONTRATOS ANTERIORES
Proprietário-Arendatário	12	12	01	11
Arendat. Familiar	25	25	09	16
Agregado	11	11	08	03
TOTAL	48	48	18	30

Fonte: Pesquisa de Campo.

(1) Contratos formais (escritos) e informais (verbais).

As informações da tabela 7 permitem-nos saber a quanto tempo arrendatários e arrendadores estabelecem entre si esta relação social. No total, cerca de 35% dos rendeiros estão no **primeiro contrato** enquanto que 65% deles já haviam realizado contratos anteriores. Estes números reafirmam as observações da pesquisa, onde pudemos constatar que a maioria dos agricultores arrendava terras há mais de cinco anos. Considerando-se que o tempo dos contratos de arrendamento oscilam de **um a três anos**, parece-nos procedente que muitos deles tenham passado do primeiro contrato de arrendamento.

Dois dados da tabela merecem destaque. No primeiro caso, sobressai-se o fato da quase totalidade dos **proprietários-arrendatários** terem passado do primeiro contrato de arrendamento. No segundo caso, o fato de boa parte dos **agregados** estarem, à época da pesquisa, no primeiro contrato de arrendamento. As informações da tabela combinam-se com a faixa etária dos dois segmentos. Os proprietários-arrendatários possuíam em torno de 35 anos e os agregados cerca de 25 anos. Aos primeiros, o arrendamento é uma relação social que vinha sendo reproduzida ao longo dos anos. Aos últimos, é a forma inicial ou única de acesso à terra.

TABELA 8

TEMPO DE DURAÇÃO, DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E/OU PARCERIA AGRÍCOLA, SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL DOS ARRENDATÁRIOS.

CONDICÃO SOCIAL	TEMPO TOTAL	INFORMANTES	NÚMERO DE CONTRATOS	ANOS			
				UM	DOIS	TRES	CINCO
Proprietário-Arendatário	12	10	14	04	—	08	02
Arendatário-Familiar	25	23	26	16	—	07	03
Agregado	11	09	09	01	—	08	—
TOTAL	48	42	49	21	—	23	05

Fonte: Pesquisa de Campo.

O quadro anterior (tabela 8) permite visualizar as diferenças, no tempo de contrato, por segmento rendeiro. A maioria dos proprietários-arrendatários e os agregados consultados, possuem contratos para três anos. Os contratos de menor período (um ano) são frequentes dentre os arrendatários familiares.

A estatística reflete a realidade das diferenças existentes nos tipos de arrendamento. É possível compreender por que os rendeiros familiares possuem contratos para um ano. Estes na verdade são documentos formais exigidos pelo Banco (carta de anuência) à concessão de empréstimos aos arrendatários.

Nos dois outros casos, o arrendamento é realizado fora do grupo familiar, ou seja, entre terceiros. De modo que, por uma questão de segurança, proprietários de terras e agregados, de um lado, e arrendadores, de outro, estabelecem um contrato de 3 (três) anos firmado em sindicatos, cartórios e/ou cooperativas agrícolas. Há o interesse dos dois lados que o tempo seja prolongado. Aos arrendadores é a possibilidade de ter assegurado, por três safras, a renda da terra. Aos arrendatários, um período maior de contrato, permite a realização de investimentos na terra.

TABELA 9

FORMAS DE PAGAMENTO, DO ARRENDAMENTO E/OU PARCERIA AGRÍCOLA,
SEGUNDO A CONDIÇÃO SOCIAL DOS ARRENDATÁRIOS.

FORMA DE PAGAMENTO	TOTAL	INFOR MAN TES	COTA-FIXA DA PRODUÇÃO		COTA-PARTE DA PRODUÇÃO (%)					
			Dinhe iro	Pro du to	30	33	35	40	50	+ de 50
Proprietário- Arrendatário	12	09	—	—	03	04	—	02	01	—
Arrend.Familiar	25	17	—	02	06	01	01	03	04	02
Agregado	11	11	—	—	05	02	—	03	01	—
TOTAL	48	37	—	02	14	07	01	08	06	02

Fonte: Pesquisa de Campo.

De acordo com as informações da tabela 9, o pagamento por cota-parte da produção predomina sobre o pagamento mediante cota-fixa da produção. A instabilidade e imprevisibilidade nos resultados da terra aliada à descapitalização dos produtores, talvez explique esta situação.

Os dados mostram que a maior parte dos proprietários-arrendatários tem o arrendamento à 30 e 33%. No caso dos arrendatários familiares as percentagens pagas aos arrendadores oscilam entre 30 e 50% da produção. Dentre os agregados as cotas-partes situam-se entre 30 e 40% do produto colhido.

Os elevados índices exigidos para o arrendamento da terra, certamente, explicam por que razão a figura do arrendatário, hoje, é numérica e socialmente inexpressiva. Como um pequeno produtor familiar, sem-terra poderá arcar com os elevados percentuais de arrendamento, cobrir os gastos da produção e ainda obter "sobras" ao final de uma safra? Por isso que se diz do "desaparecimento" do camponês rendeiro da agricultura do norte-noroeste do Estado. A permanecer esta situação, cada vez mais o arrendamento será exclusividade dos agricultores que possuem terra própria e/ou terras familiares possíveis de arrendamento.

A valorização fundiária das terras produtoras de soja conhece maior impulso nos períodos de alta do produto no mercado internacional e nacional. Na segunda metade da década de 80, isso é observado devido à oscilação nas cotações do preço da soja no mercado internacional; ao controle estatal sobre os preços mínimos dos produtos agrícolas, dentre os quais a soja, a serem pagos aos agricultores; à retirada da política de subsídios e créditos para a agricultura associada às altas taxas de juros, impostas pelo sistema financeiro, aos empréstimos agrícolas e, por fim, os elevados custos dos insumos, máquinas e implementos agrícolas, largamente utilizados pelos camponeses através da agricultura tecnificada formada nestas unidades de produção, contribuem para tornar cada vez mais distante a compra de terras pela agricultura familiar.

A análise do lugar do preço da terra, e da elevação desta variável verificada ao longo dos últimos anos, no interior da agricultura camponesa faz necessário o estudo da especificidade do trabalho e as condições mediante as quais é possível ao camponês a compra da terra. (1)

A "questão da renda fundiária" é posta na sociedade moderna como expressão do "movimento do capital no campo" que transforma a terra em mercadoria. O significado e a realização da renda, porém, desconhecem trajetória uniforme na sociedade de classes. A renda na exploração capitalista, apresenta condições distintas de efetivação se comparada à exploração camponesa. Aos primeiros, o pagamento

do arrendamento decorre do lucro obtido, basicamente, a partir do processo de exploração da força de trabalho assalariada, enquanto que aos últimos o valor do arrendamento, apesar de embutido no cálculo camponês como custo de produção, termina por incidir sobre o "rendimento líquido" ou "sobra" do camponês.

O arrendamento da terra pelo produtor familiar, deste modo, coloca-se apenas como alternativa transitória associada às dificuldades de compra da terra. Neste momento há de se perguntar quais as condições do camponês de efetuar esta compra. A aquisição de área acha-se associada a capacidade camponesa de obter "sobras" de magnitude semelhante aos valores impostos pelo mercado e mercadores de terra. O cerne da "questão da terra" no campesinato não passa pelo lucro capitalista e sim pela ocorrência de uma "sobra" na unidade de produção familiar capaz de permitir a aquisição da terra, para que isso ocorra a "sobra" deve acompanhar os índices de valorização fundiária postos pelo mercado. Na equação camponesa, a compra do lote encontra-se relacionada, em primeiro lugar, aos custos com insumos e instrumentos de trabalho, aos preços dos produtos agrícolas produzidos e comercializados na unidade, associados a auto-exploração do trabalho da família, elementos componentes da "sobra" da unidade. O fundamento básico de compreensão da "questão da renda da terra" no campesinato não se encontra apenas na forma como se comportam os índices de preço da terra em relação à inflação - embora, é importante que se

diga, os índices inflacionários interferiram neste processo -, mas situam-se na relação existente entre o montante da sobra camponesa e o valor de mercado da terra.

Os anos de ouro da soja na agricultura gaúcha determinaram a presença de novas formas e condições de produção. O acesso dos agricultores, no decorrer de mais de uma década, aos volumosos recursos estatais ao setor agrícola (créditos de investimento e custeio, assistência técnica, comercialização) alteraram de maneira significativa o patamar produtivo necessário para a trabalho no campo. Isto significa afirmar que a expansão das culturas de soja e trigo, que estiveram associadas à introdução das tecnologias modernas na agricultura, desencadearam uma mudança nas condições fundamentais de produção. Este processo envolveu o conjunto das pequenas, médias e grandes explorações agrícolas do norte-noroeste do Rio Grande do Sul.

Nas "colônias" iniciou-se o emprego de um amplo grupo de produtos na execução das denominadas culturas modernas. O ingresso destes itens na terra fez por alterar o padrão mínimo de produção do campesinato da soja. Seria ilusório pensar que a mudança de padrão produtivo restringiu-se, nesta situação, a um segmento diminuto dos estabelecimentos familiares. A modernização embora parcial, desigual e descontínua, se faz presente, em magnitudes diferenciadas, na maioria absoluta das unidades de produção camponesas.

Hoje, apesar da crise econômica, os agricultores, por menor que seja o grau de tecnificação, prosseguem utilizando adubos químicos, uréia, sementes selecionadas, concentrados de ração (na criação animal) e combustíveis (para as máquinas) sem os quais não se pode produzir. E o uso deste conjunto de produtos básicos, essenciais ao trabalho nas lavouras responsável pelo que denominamos de padrão mínimo de produção. A incorporação corrente destes produtos, conjuntamente com o manejo de instrumentos e máquinas agrícolas no processo de trabalho, respondem pela formação do patrimônio tecnológico ou produtivo comum às unidades de produção familiar. A cada ano os camponeses buscam repor os produtos gastos para poderem efetuar o plantio. A reposição do adubo, uréia, sementes e concentrados representa condição sine qua non da manutenção do patrimônio tecnológico básico e este, por sua vez, contribui para a reprodução da exploração rural.

Nosso grupo de agricultores tem encontrado várias barreiras para produzir na terra. A inflação a elevar sobremaneira os preços de insumos básicos; as taxas de juro e correção monetária aos empréstimos bancários inviabiliza o "plantio financiado", sinônimo de "falência" do agricultor; a defasagem entre os reajustes de preços mínimos pagos aos produtos agrícolas e os custos de produção dificulta cada vez mais a compra ou reposição dos insumos e implementos agrícolas pelos produtores. Por fim, os altos percentuais da renda da terra, oscilantes entre 30 e 40% da produção

colhida tornam-se um fator decisivo na definição da crise de reprodução social vivenciada pelos camponeses nestes "negros anos" de expropriação, miséria e desagregação das propriedades coloniais.

As exposições abaixo, realizadas pelos rendeiros da soja, abordam as dificuldades surgidas na atualidade para manter e reproduzir este patrimônio tecnológico formado no passado recente.

"Bom, a gente tá hoje produzindo mais ou menos a mesma coisa como se produzia antigamente, só que prá nós teria uma saída em adubar com adubo orgânico mas, prá isso, precisa investimento e não tem meio de tu investir, porque se tu investir hoje, tu acha que o juro tá baixo, tem condições de financiar, de fazer um financiamento prá investimento, quando tu vê amanhã ou depois, tu acha que paga dez por cento, quando tu vê paga cinquenta por cento ao ano, então, por isso, não tem mais condições, não pode se atirar no financiamento, porque tá sujeito a falir mesmo! Tem que vender o resto, prá ficar na rua de uma vez."

"Eu não boto tanto adubo, porque a gente colhe mais que o dono e também ele tá um preço que a gente quase não pode comprar mais, a gente precisa comprar prá botar nas plantas, daí a gente colhe mais que o dobro, no fim, igual, a gente salva a mesma coisa."

"Nós temos um pedacinho de terra que dá prá trabalhar com trator mas, se a gente quer deixar fazer, já se torna caro, porque de graça eles também não podem trabalhar, então isso adia. Então, a gente teve que lutar, continuar a trabalhar como a gente é acostumado."

"Eu acho que piorou porque o juro voltou, a correção monetária, essas coisas, aí prá você fazer um plantio bem feito não dá mais, porque o juro é muito alto (...)."

"Hoje em dia é tudo muito caro, a semente, o adubo, o adubo é muito caro e a gente tinha que começar a trabalhar como antigamente, plantava soja sem adubo ou começar com adubo orgânico a plantar, porque é muito caro. Tem que começar com a terra, recuperar a terra com caucáreo e plantar com adubo orgânico."

"Agricultor não tem apoio, eu pelo menos estou achando, porque tu vê como não tem financiamento, não tem porque muita terra precisava de caucáreo, terra precisava adubo, terra não produz porque não tem, não tem financiamento prá operar a terra. Por isso, que tem muita gente que planta e colhe pouco."

"(...)esse investimento de maquinário causa o seguinte: o maquinário dura quatro, cinco, seis anos, de repente, ele começa a decair e aí vem a despesa, precisa reforma, as peças no preço que estão e o maquinário no preço em que está. Agora, imagine só, faça o cálculo assim: em 78 nós compramos a automotriz, zero quilômetro, a quatrocentos e cinquenta e sete mil contos de réis e hoje, ela tá em seiscentos e doze mil cruzados (mais de quinhentos salários-mínimos à época da entrevista) (...). Agora imagine, vamos supor que financie uma máquina dessa, nesse juro que temos, no fim do pagamento o que vai custar uma máquina dessa? Um trator, que tava a seis, sete anos atrás em três mil (cruzeiros), hoje tá em cento e noventa, duzentos milhões (mil) de cruzados (cerca de cento e setenta salários-mínimos no princípio de 1987). Agora, em comparação, os preços de maquinário e preço de produtos, dá prá fazer uma recompensação não é? que altura que nós andamos !"

No presente, a tecnificação da agricultura e a reprodução deste modelo produtivo requer, cada vez mais, o aumento da área cultivada. A compra de um trator, de uma colheitadeira e demais implementos, sobretudo em tempo de crise, com produtos agrícolas desvalorizados, depende da extensão de terras que possa vir a trabalhar. Esta é, cada

vez mais, uma condição fundamental para que o investimento possa ser pago com os resultados da produção. Os agricultores, pelo que se pode perceber, tem consciência de que já se foram os tempos em que a altíssima valorização da soja, aliado aos crédito subsidiado, viabilizavam a mecanização de uma área de vinte hectares.

Hoje, recorrer ao crédito bancário, cooperativo ou qualquer outra forma de empréstimo (financiamento) representa um sério risco àquele que produz nas pequenas explorações familiares. O exemplo de milhares de colonos que perderam suas terras, no dizer camponês, "foram a falência" devido às dívidas está presente na realidade e na memória dos produtores. O plantio "por conta" é a saída encontrada para prosseguir "com ou sem técnica" e com a lavoura. Diante da situação, a compra da terra seja para aumentar a produção e assegurar a reposição do patrimônio tecnológico, seja para entregá-la aos filhos e filhas que desejam permanecer na lavoura é algo distante. As terras da família constituem, portanto, um patrimônio fundiário de difícil ampliação. O que é o **rendeiro familiar** se não a expressão sociológica mais acabada desta crise, desta **dificuldade de ampliação do patrimônio fundiário** pelos camponeses?

O grupo selecionado para expressar-se sobre as condições, ou melhor, falta de condições de acesso e/ou ampliação do patrimônio fundiário são camponeses com áreas inferiores e superiores a 25 ha e produtores com estabelecimentos superiores ao módulo regional.

Indistintamente, estão agricultores tecnificados e sem-tecnificação e por fim, rendeiros familiares, agregados e proprietários-arrendatários.

"Acho que agora, a juventude que tá saindo agora, hoje a maioria é sem-terra. Isso é uma coisa que a gente acha que é profundamente lamentável, (...) que o governo não faça uma reforma agrária, uma distribuição de renda para que todo o jovem que agora precisa sair do seu local de trabalho e ir pras cidades, sair das suas raízes, muitas vezes perdendo e não conseguindo se organizar e viver a vida que ele queria, que ele não conseguiu dentro da sua terra e lá (na cidade) também, com a sua educação que ele tem, não consegue a sobrevivência. Daí, chega a questão do desemprego, também, na cidade, ele luta às vezes e depois se torna um subempregado, desempregado."

"(...) a gente pensa, a cada dia, é como é que a gente vai fazer prá melhorar, prá sair mas, tá bravo. Tem que continuar trabalhando de agregado, porque comprar terra, acho eu, já era. Prá quem tem, pode comprar mais mas, prá quem não tem, não compra mais. Poder comprar ele pode comprar mas, não consegue pagar, fica velho, morre velho trabalhando e não paga mais."

"E não tem jeito, porque a terra subiu demais e o nosso produto ficou lá embaixo e, por isso, a gente já é fraco e até que tem prá comprá um pedaço de terra, vai ser difícil, porque a terra subiu muito lá em cima. Já vai dez, quinze ano que a terra é difícil prô pequeno, só prá quem já tem mais capital."

"Quem não tem ajuda dos pais, ou um outro conhecido que ajuda bastante, não compra mais terra, e assim, mesmo que ajuda é difícil comprar. A terra é muito cara e o que a gente tem prá vender não tem preço. Os anos da seca estragam muito, dá muito pouco ou não dá e assim por diante."

"Não acredito que o colono que tenha dez ou quinze hectare de terra, que ele pode comprar um pedacinho

de terra pro filho. Eu não acredito. Antigamente, anos atrás podia."

A agricultura familiar do sul encontra-se, historicamente, assentada na produção mercantil. Desde os primórdios da colonização, forjou-se a agricultura mercantil de base familiar isto é, uma agricultura voltada às necessidades do mercado. A reprodução da pequena propriedade (aquisição da terra, manutenção do grupo familiar) encontra-se relacionada com os resultados oriundos da comercialização dos produtos agrícolas. O processo de modernização do meio rural determinou a transformação desta agricultura de e para mercado, em agricultura familiar capitalizada, ou seja aquele modelo de produção agrícola que pressupõe investimentos anteriores em patrimônio tecnológico ou produtivo (maquinário, insumos e técnicas modernas de produção) e patrimônio fundiário (parcela mínima de terra capaz de viabilizar os investimentos em tecnologia). A partir disso a reprodução da agricultura familiar relaciona-se, fundamentalmente, com a possibilidade e a capacidade de adquirir e renovar o patrimônio fundiário e tecnológico sem que seja possível separar esses patrimônios para a produção.

A existência de uma agricultura capitalizada no interior das pequenas unidades de produção não exclui a agricultura mercantil, mas a transforma aprofundando suas contradições no interior da família camponesa. A ocorrência na região de estudo de numerosas situações e formas de

arrendamento e parceria, envolvendo produtores tecnificados e sem tecnificação, relacionando arrendamentos entre membros da família (pais e filhos, genros e sogros) e entre terceiros, quando analisados a luz da agricultura efetuada no presente pelos agricultores, ou seja, uma forma de produção agrícola onde é imprescindível patrimônio fundiário e tecnológico, verifica-se a existência de um bloqueio fundiário a fundamentar, em parte, estas situações de arrendamento e parceria agrícola. Mas há de indagar-se: o que é o bloqueio fundiário? É uma situação em que a dificuldade de aquisição, renovação e ampliação (no caso da compra de terras) do patrimônio fundiário e tecnológico atinge as condições de reprodução da unidade familiar. A tecnificação da produção camponesa faz por alterar as formas e os mecanismos de manutenção da família, sem que venha, necessariamente, modificar os objetivos da existência do trabalho e da agricultura familiar.

O camponês moderno defronta-se, nos últimos anos, com o encarecimento e a elevação constante do custo dos insumos, máquinas e implementos agrícolas necessários à produção, em relação aos preços pagos pelos produtos cultivados na terra. Esta situação, a se repetir por vários anos, determina a existência do bloqueio fundiário, uma vez que ao camponês torna-se cada vez mais onerosa a reposição dos instrumentos necessários ao trabalho tecnificado da unidade de produção, e difícil a aquisição de novas terras,

seja para viabilizar a tecnificação, seja para assegurar terras aos descendentes.

NOTAS:

1. Este trabalho é norteado por obras e autores clássicas sobre a "questão camponesa" na realidade brasileira. Dentre elas aquelas que buscam compreender o significado e as especificidades do trabalho e da condição camponesa na sociedade capitalista. Dentre eles destacamos: Maria de Nazareth Baudel Wanderley, José Vicente T. dos Santos, Afrânio Garcia, entre outros.

2. Ver a esse respeito as publicações periódicas do IBGE, especificamente, o Anuário Estatístico do Brasil, no período de 1965 a 1975.

3. Fundação de Economia e Estatística. **25 Anos de Economia Gaúcha: a agricultura do Rio Grande do Sul**. 2ª ed. Porto Alegre, FEE, 1982. 146p.

4. Tendo em vista melhor os dois tempos e neles a relação entre as condições de migração dos camponeses e o que se processa hoje, elaboramos o Anexo 1, sobre Histórias de Vida relatadas pelos rendeiros da soja.

5. O conceito de tecnificação e produtor tecnificado vem sendo empregado por vários autores, no intuito de caracterizar, sociologicamente, o processo de modernização da agricultura. Para melhor compreender esta questão ver: Belato, Dinarte. **Os Camponeses Integrados**. Campinas, Dissertação de Mestrado em História, IFCH - UNICAMP, 1985. 443p.

6. GRAZIANO DA SILVA, José F. **O Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista**. São Paulo, Hucitec, 1981. 216p.

7. SANTOS, José Vicente T. dos **A Reprodução Subordinada do Campesinato. Ensaios FEE**. Porto Alegre, 2 (1): 109-117 2ª Sem.1981 e SANTOS, José V. T. dos **Colonos do Vinho**. 2ª ed. São Paulo, Hucitec, 1984. 182p, descreveu e analisou à luz de uma interpretação clássica e atual - da subordinação camponesa ao capital aspectos personificadores da produção camponesa, dentre eles a: produção mercantil ou "produção pra venda".

8. Ver Anexo 1, ao final da dissertação.

CAPÍTULO III

AS ESTRATÉGIAS DE ARRENDAMENTO DA TERRA.

As dificuldades de acesso à terra, relatadas pelos agricultores e descritas no capítulo anterior, fazem com que os camponeses tenham de buscar alternativas para superar a situação de **bloqueio fundiário**. O arrendamento da terra de terceiros ou da família é uma das estratégias montadas pelos produtores de soja do norte-noroeste do RS.

Neste capítulo, tentaremos demonstrar, dentro da estratégia camponesa de arrendamento, as principais tipos e relações de arrendamentos presentes na região bem como, as diferenças fundamentais entre elas.

3.1. Os proprietários-arrendatários e a ampliação do patrimônio.

A tecnificação da agricultura familiar, seguida da valorização fundiária redefiniram formas de produção e relações sociais camponesas. Os patrimônios fundiário e tecnológico, construídos no período áureo do crédito rural subsidiado, tornaram-se imprescindíveis ao trabalho dos produtores familiares tecnificados.

Nos anos 80, a retirada governamental da política de créditos e de preços mínimos afetou a reprodução destes patrimônios na medida que, para continuar produzindo, o

ou sujeitarem-se às elevadas taxas de juros correntes no mercado financeiro. Os camponeses tecnificados se viram diante do dilema de manter o patrimônio "por conta própria" ou arriscar-se a novos empréstimos cujos juros e correção monetária absorveriam os lucros do trabalho agrícola.

Concretamente, isto significou que as economias reunidas pelos camponeses nos anos 70, e direcionadas ao investimentos na compra de terras (patrimônio fundiário) ou renovação das máquinas e equipamentos de trabalho (patrimônio tecnológico) agora teriam de destinar-se ao custeio da lavoura. A compra da terra foi relegada ao plano secundário, destinando-se os recursos e economias camponesas à reposição dos insumos e implementos leves.

Em termos sociológicos, estas mudanças traduziram-se na dificuldade dos proprietários de terras de adquirir novas áreas. Da relação desfavorável entre os preços pagos aos produtos agrícolas e os preços dos insumos e da terra mecanizável, surge o arrendamento, como um dos mecanismos de manutenção do padrão e do patrimônio tecnológico.

"O arrendamento, prá mim, representa uma ajuda. A gente tem as máquina então, tem que arrendá, prá visá lucros. (...) como comprei essas máquina, tá hipotecada. Se eu não trabalhá vô perdê essas terra. Então eu me obrigo a trabalhá, a tirá aquela terra de outro arrendada. Preciso plantá prá pode colhe mais, prá pode pagá aquelas máquinas."

"(...) eu pego um pouco de terra prá fora que eu arrendo prô meu bem-estar, prá eu poder pagar as máquinas que eu tô financiando e prô bem da família também."

"Sem arrendar aquelas terras a gente não conseguia plantar tanto. (...) Precisaria comprar um trator, tinha que comprar um trator, render um pedaço mais, dá prá trabalhar muito. (...) É prá ficar melhor, prá crianças é difícil ficar, eles começam a trabalhar, vão prá cidade e eles gostam de trabalhar na roça, eles gostam de morar aqui na roça."

As três referências anteriores relacionam, inequivocamente, o arrendamento da terra de terceiros à necessidade de manutenção do patrimônio fundiário e tecnológico. Ao realizar empréstimos bancários para o custeio da lavoura ou investimentos na produção o agricultor é obrigado a empenhar a terra de sua propriedade na transação como garantia do pagamento da dívida. Caso não consiga saldar os débitos junto aos agentes financiadores, o agricultor tem suas terras leiloadas. No caso de não pagamento das dívidas, expropriam-se os devedores destas instituições.

Os entrevistados estabelecem a relação entre aquisição ou renovação do patrimônio tecnológico (máquinas e implementos agrícolas) à existência do patrimônio fundiário. Por sua vez, a manutenção da terra prende-se à capacidade do agricultor de, através da produção obtida na lavoura tecnificada, reunir capital suficiente para saldar as dívidas. Caso isso não ocorra, o agricultor perde a terra e as máquinas. Tudo se perde, inclusive a condição de agricultor.

As dificuldades de cobrir as dívidas realizadas para a compra do maquinário a partir dos "lucros" advindos da terra própria, e o temor de perder o patrimônio fazem do arrendamento estratégia vital na manutenção da unidade de produção familiar.

Entre os arrendadores de terras, está uma parcela de camponeses desprovidos de recursos próprios ao cultivo em suas terras mecanizáveis e/ou camponeses que sem querer correr os riscos de uma produção "na técnica", em tempos difíceis, entregam-na em arrendamento. A partir da modernização da agricultura e do desencadear da crise econômica e agrícola, estão dadas as condições objetivas ao surgimento destes dois novos agentes sociais a saber: o proprietário-arrendatário e o arrendador de terra.

No grupo de arrendatários analisados, cerca de 25% são proprietários-arrendatários. Compondo um dos três grupos de renteiros da região de pesquisa, estes agricultores - a exemplo do ocorrido com os agregados - caracterizam-se por arrendar terras de terceiros. Entretanto, a diferença entre eles é a propriedade da terra. Distintamente dos arrendatários-familiares, este grupo (proprietários-arrendatários) não estabelece qualquer relação de arrendamento com seus familiares. Na caracterização dos proprietários-arrendatários é preciso abordar as relações estabelecidas no processo de arrendamento.

Os proprietários-arrendatários estabelecem, basicamente, dois tipos ou formas de relação de

arrendamento. No primeiro caso está o arrendamento trigo-soja, uma situação onde o arrendador entrega a terra ao plantio do trigo pelo arrendatário e em troca recebe a terra plantada com soja. A base desta relação de arrendamento é a troca de **terra por trabalho**. A safra de inverno é do arrendatário que, em troca, deixa a terra plantada com a safra de verão, cujo usufruto será do arrendador.

No segundo caso, encontra-se o arrendamento por cota-parte da produção, onde o arrendador entrega a terra crua, sem preparo e, em contrapartida, o arrendatário vê-se na obrigação de pagar pelo "empréstimo" da terra entregando parte da produção colhida na lavoura arrendada. Na realidade há uma relação de troca de **terra por produto**.

3.1.1. O arrendamento trigo-soja.

A necessidade dos produtores tecnificados de obter terras mecanizáveis para aumentar a produção e, desta forma, ter retorno dos investimentos, faz com que os mesmos recorram ao arrendamento de pequenas faixas de áreas aptas à mecanização. Aos arrendadores de terras, cedê-las representa a possibilidade de ter acesso aos lucros do trabalho agrícola sem correr riscos da produção na agricultura.

A relação de arrendamento trigo/soja surge, de um lado, da dificuldade dos arrendatários de adiantarem um capital ao pagamento do aluguel da terra e, de outro lado, por dispensar o arrendador do árduo e exaustivo trabalho de

plantio não-mecanizado. Esta relação foi descrita pelos proprietários-arrendatários,

"Aqui existe (...) pessoas que possuem implementos e maquinários de arrendar terra para plantar trigo, que eu inclusive sou um deles, arrendo terra prá plantar o trigo e entrego essa lavoura plantada; o dono da terra bota os insumos, que é semente e adubo, e eu faço todo o trabalho de preparação e plantio sem receber nada, quer dizer, (...) do trigo eu não entreguei nada mas, também ele não me paga nada pelos trabalhos, então eu só ponho os insumos e entrego a lavoura plantada prá ele. Existe um grande número (...) de pequenos proprietários nesse esquema."

"Eu recebo a terra crua, tenho que prepará a terra pró trigo, tenho que fazê o preparo dela. Depois eu colho o trigo, preparo as terras e devolvo prá essas pessoas que me arrendam a terra. (...) Devolvo a terra preparada, pronta, (...) prá eles plantarem o soja."

A seguir, o entrevistado diz do lucro obtido pelo arrendador e proprietário da terra com este tipo de arrendamento.

"Eu faço com máquinas então é feito rápido. Aqueles proprietários querem que planta essa lavoura. As sementes, os insumos essas pessoas dão, então a gente só planta. Preparo da terra e o plantio. Essa é a renda, o pagamento pela terra. (...) Então esse é o lucro, o pagamento que o proprietário daquela terra recebe."

Enquanto o "lucro" do arrendador é a terra arada e plantada pelo arrendatário, no caso deste último pode-se afirmar que este paga a terra através do trabalho de preparo e plantio na terra alheia. É uma forma de renda-trabalho, sob uma sociedade capitalista.

Aos arrendadores, no entanto, este tipo de arrendamento, além de reduzir a atividade e o tempo de execução do trabalho na lavoura, mostra a diferenciação social produzida pelo movimento do capital metamorfoseado na modernização da agricultura. No interior do campesinato formou-se dois segmentos diferenciados. Num estão os camponeses tradicionais e em outro os camponeses tecnificados. A relação de arrendamento trigo/soja decorre e reproduz a diferenciação campesina.

"Por aqui tem poucas máquinas, então essas pessoas (arrendadores) querem facilitar o preparo da terra. Então eles pedem esse tipo (de arrendamento). (...) porque a maioria pensa que fazê a boi, a trabalho antigo, o serviço era muito pesado. Então eles preferem entregá aquela terra prá facilitar (...) o serviço pesado. Eles recebem aquela terra pronta, plantada, prá eles facilita."

O arrendamento trigo/soja ocorre também nos casos onde os arrendadores de terras não dispõem do número de braços necessários ao trabalho agrícola não-mecanizado. Estes agricultores, sem a força de trabalho familiar necessária às atividades de lavoura, arrendam total ou parcialmente as áreas lavráveis.

Os limites deste arrendamento estão postos a partir do momento em que ele não permite, aos pequenos arrendadores, superar as diferenças sociais que os separam dos produtores tecnificados; essas diferenças, ao contrário, são aprofundadas.

"(...) eu acho que esse é um ciclo também, que (...) tá indo pró fim, porque todos eles

que estão aqui nesse sistema, na média, é quatro, cinco hectares de terra mecanizada que eles tem e se limitam a plantar milho nessa terra de morro que não tem condições de por caucáreo, nem muita tecnologia e adubo, então a produção não é muita (...). (Na área mecanizável) ele se limita à produção anual daqueles quatro, cinco hectares de soja, e esse ano, por exemplo, que a perspectiva de produção é boa, mas a de preço é muito ruim, vão se limitar a um dinheirinho que não vai existir pra sobreviver o ano inteiro. (...) se eles cultivassem milho nesses quatro hectares (...) seria uma alternativa a mais (...) de repente, ele teria condições de ter receita o ano todo".

A relação de arrendamento trigo/soja surge, no plano imediato, das necessidades e interesses de arrendatários ávidos por terras para cultivar e de arrendadores desprovidos de tecnologia, capital e força de trabalho necessários para tornar rentáveis suas terras. No plano maior, esta forma e relação de arrendamento advém de um modelo modernizador agrícola e agrário excludente e concentrador de terra, capital e tecnologia, e que, quando reproduzido no interior das agriculturas familiares, termina por aprofundar e recriar diferenças sociais.

3.1.2. O arrendamento por cota-parte da produção.

A modernização da agricultura colonial, embora sob ritmo mais lento nos anos 80, continua a exigir dos produtores tecnificados a expansão das áreas cultiváveis para o aumento da produção. Os aumentos do volume produzido e da produtividade tornam-se instrumentos desses produtores para compensar os investimentos em patrimônio tecnológico efetuados nas lavouras comerciais.

Ao realizarem a contabilidade das unidades arrendadas, os camponeses tecnificados apontaram os gastos com arrendamento como responsáveis por 30 a 33% do rendimento bruto da área cultivada sob aluguel. Por sua vez as despesas com insumos e reposição de peças e instrumentos agrícolas alcançam de 35 a 40% da renda bruta do estabelecimento arrendado. O restante da receita, que pode variar de 35 a 25% do total arrecadado, é percebido e contabilizado pelos arrendatários como sendo a "sobra" ou "lucro" do trabalho. Estes percentuais são o "ganho" ou "retorno" dos investimentos na terra arrendada.

A perspectiva dos arrendatários é reunir as "sobras" e economias de alguns anos de trabalho no arrendamento para a compra futura da área alugada. Deste modo, o arrendamento por cota-parte da produção representa, ao mesmo tempo, uma estratégia camponesa de manutenção/ampliação do patrimônio tecnológico (máquinas, implementos e insumos modernos) e fundiário, além de contribuir para a reprodução do trabalho familiar tecnificado, uma vez que este arrendamento permite ao camponês adquirir mais terras.

"Quando comprei a primeira máquina, (...) o primeiro trator. O trator fazia aquela baita lavoura. O que vamos fazer? Vamo pegá terra prá fora. A gente precisaria mais, precisava de dobrá essa terra. (...) porque máquina parada não traz lucro."

"(...) tem que pensar que a gente não tira muito mas, ficando parado não tira nada e plantar a

gente tira um pouquinho, nem que não levante mas um pouco ele sempre dá."

Os arrendadores de terra, a exemplo da situação anterior (arrendamento trigo/soja), são proprietários de pequenas áreas mecanizáveis. O arrendamento representa, para eles, um rendimento seguro e isento de riscos. Se tivermos claro que enquanto os "lucros" dos arrendatários, após um ano de trabalho e investimentos, oscilam de 25 a 35%, os "lucros" ou a renda dos arrendadores e proprietários de terras é livrar-se de 30% das despesas de plantio da área arrendada. Quando entregam a soja na cooperativa "percebem" as vantagens e compensações deste tipo de arrendamento. Concretamente, o seu ganho é igual à economia obtida no plantio. Sua perda consistiria no não aproveitamento da terra para uma safra, a de trigo. Essa perda, entretanto, é relativa: se, potencialmente, perde a safra de trigo, de fato, na sua condição de carência, evita o risco de uma frustração..

A medida que crise econômico-social amplia-se adentrando o período recente, sob o predomínio do crédito rural, e de preços mínimos, pago aos agricultores, situados abaixo das taxas inflacionárias, os pequenos produtores proprietários de áreas aptas ao trabalho tecnificado tendem a arrendá-las, assegurando, deste modo, o sustento da família a partir dos "ganhos" da renda da terra. O crescimento do contingente de arrendadores é proporcional aos resultados alcançados nas lavouras, ao endividamento dos

produtores e a valorização fundiária. O agravamento da situação social no campo torna o arrendamento uma alternativa para a sobrevivência destes camponeses sem capital, sem rendimentos seguros e sem técnicas modernas para aumentar a produção.

Os arrendatários, por sua vez, expandem-se na proporção em que essa mesma crise econômica transforma-se concretamente numa situação de bloqueio fundiário na qual estes agricultores encontram crescentes dificuldades de manutenção dos padrões produtivos e da renda familiar. A exemplo dos arrendadores de terra, os arrendatários vêem no arrendamento uma alternativa para a reprodução social. Mas, diferente dos primeiros, aos últimos o arrendamento não representa uma estratégia de sobrevivência imediata do grupo familiar e sim a possibilidade de manter e ampliar os investimentos e patrimônios sob sua propriedade.

Em suma, o ponto comum responsável pelo crescimento do número de arrendatários e arrendadores situa-se, estruturalmente, nas transformações econômicas, sociais e políticas ocorridas recentemente na agricultura brasileira e, conjunturalmente, na crise econômico-social agravada na última década. A diversidade encontra-se nos significados diferenciados que estas duas estratégias de arrendamento (trigo/soja e cota-parte da produção) assumem para arrendadores e arrendatários.

Ao discorrerem sobre os arrendadores, os entrevistados permitem que se apreenda a posição

diferenciada de quem entrega a terra em arrendamento e aquele que toma-a para arrendar.

"Na base de 25 hectares eu tenho arrendado, de cinco proprietários. Tem cinco (hectares) aqui, seis lá, quatro aqui, três ali, assim vai indo. Até completei os vinte e cinco hectares."

"Eu arrendo essas terras de uns senhores ali, por causa da velhice. Os filhos deles foram embora e deixaram os velhos, então os velhos precisam de recurso, não quiseram abandonar a lavoura e plantam (...) prá subsistência deles em roda da casa (...). Eu arrendo essas terras e entrego parte prá eles e com aquela parte eles conseguem viver (...)."

As frases dos arrendatários indicam que existem, de um lado, vários pequenos proprietários arrendando parcial ou totalmente suas áreas e, de outro lado, está um grupo menos numeroso de arrendatários que reúnem, sob sua administração e controle individual, vários lotes pertencentes a mais de um arrendador. Nestes casos de arrendamento, o grupo em posição privilegiada são os arrendatários. Este é o segmento, pelo que se deduz, com maior poder de barganha nesta relação, isto porque as terras entregues em arrendamento pertencem a agricultores que dependem, para sua sobrevivência, da renda da terra paga pelos arrendatários.

Os agricultores-arrendatários com contratos de arrendamento em cota-parte da produção, em geral, entregam de 30 a 33% do produto colhido junto à unidade ou posto distrital da cooperativa agrícola, ponto de intermediação entre os arrendatários e os arrendadores e para onde é

dirigido o produto. A cooperativa é também, aos arrendadores, o ponto de comercialização dos produtos oriundos do arrendamento.

"Tenho contrato de arrendamento. Esse contrato é prà quatro anos. (...) eles me dão a terra por quatro anos e meu compromisso é entregá o produto, seja o que eu planto, seja trigo, milho ou soja, tanto faz. Trinta por cento desse produto tem de ser entregue na cooperativa, eles pegam lá o produto."

"(...) eles me dão a terra da seguinte maneira: eu pego a terra bruta, (...) eles não precisa dar nada, eu entro com tudo, com máquina, com mão-de-obra, semente e etc (...). Então eu dou uma parte prà eles, eu fico com duas partes. E a parte, quando eles querem que a gente reparte lá na cooperativa, (...)."

As explanações dos arrendatários além de demonstrar a importância das cooperativas enquanto intermediárias da relação social entre arrendadores e arrendatários, permite apreender que ao arrendador cabe apenas a entrega da "terra bruta" enquanto que ao arrendatário cabe a limpa, o plantio, os dispêndios com insumos e máquinas, o trato da lavoura, a colheita e, inclusive, o transporte do produto do interior da propriedade até a venda.

As origens sociais dos arrendadores justificam, neste caso, relações de arrendamento onde o arrendatário vê-se obrigado a executar obrigações que normalmente caberiam ao arrendador como por exemplo, o transporte da cota-parte da produção até o local da partilha ou o preparo da terra e plantio do soja (relação trigo/soja). No caso do

arrendamento por cota-parte da produção, cuja forma de pagamento se assemelha às existentes na parceria agrícola, embora, se trate de relações estabelecidas entre arrendadores e arrendatários tem-se aqui a reprodução das situações características do arrendamento puro ou convencional onde o arrendador entra apenas com a propriedade, suficiente para que obtenha a renda da terra, e o arrendatário assume, todas as despesas da produção, o trabalho sobre a terra.

3.2. Os arrendatários familiares, transmissão do patrimônio e sucessão.

O campesinato colonial vem, historicamente, desenvolvendo um conjunto de práticas sociais relacionadas com as necessidades materiais do grupo. Os agricultores que colonizaram o noroeste gaúcho reproduziram as relações de trabalho em vizinhança (mutirão), as regras de sucessão, os mecanismos de herança, a vivência em comunidade (festas e cerimônias religiosas), os vínculos com o mercado e o poder local trazidos das "colônias velhas".

Aqui, a exemplo do sucedido nos antigos núcleos de colonização italo-germânica, encontram-se todos os mecanismos e agentes expropriadores do camponês: os comerciantes, os agiotas, os industriais, o Estado e as cooperativas agropecuárias formadas pós-67.

A diferença básica, entre estes dois períodos, reside no tipo de agricultura desenvolvida e nas condições de (re)produção social (im)postas pelas mudanças recentes. A passagem da agricultura familiar mercantil à agricultura familiar tecnificada exige do camponês a redifinição das velhas estratégias de reprodução e a elaboração de outras capazes de assegurar a continuidade do grupo familiar. Este processo é complexo, contraditório e tenso.

No transcurso do mesmo alteram-se as relações familiares, comunitárias e sociais dos camponeses. Nenhum agricultor deixou de vivenciá-lo ou sofrer suas influências.

A tecnificação da agricultura é socialmente irreversível. Neste espaço, busca-se compreender como as várias formas de arrendamento tornam-se estratégias atuais de reprodução dos diferentes segmentos camponeses pesquisados.

3.2.1. O arrendamento familiar: especificidades da reprodução camponesa.

A ocupação produtiva do noroeste gaúcho, desencadeada no pós-primeiro conflito mundial, trouxe consigo famílias descendentes dos imigrantes germânicos e italianos dos projetos de colonização do século XIX no Rio Grande do Sul. Ao dirigirem-se a fronteira agrícola do Estado os camponeses buscavam obter terras maiores e melhores que aquelas que dispunham nas antigas áreas de colonização.

Ao migrarem com suas extensas famílias, os lavradores valiam-se da estratégia da parceria entre sogros/genros e pais/filhos, até o momento em que os descendentes conseguissem ter acesso a outras terras ou "direitos" para assentamento. A parceria familiar atendia às necessidades imediatas daqueles jovens agricultores que não dispunham de terra para trabalhar com suas novas famílias. A principal característica desta relação de parceria era o caráter transitório. No espaço de dois ou três anos, tornava-se possível adquirir os recursos necessários à compra da terra pelos colonos-filhos, genros ou irmãos.

Na atualidade, a prática das relações de parceria ou arrendamento familiar é retomada a partir da expansão do binômio trigo-soja. Atualmente, as situações de arrendamento familiar muitas vezes antecipam o processo sucessório no interior da unidade de produção. Os agricultores-pais entregam parcial ou totalmente a terra aos filhos e genros. Assim sendo, o arrendamento familiar assume um caráter duradouro e, nos casos mais extremos, definitivo ou irreversível, uma vez que o arrendatário encontra dificuldades crescentes de comprar terras que lhe permitam desfazer-se deste tipo de arrendamento.

As relações envolvendo familiares no arrendamento agrícola, portanto, podem resumir-se a duas situações abrangentes. No primeiro caso, estão os arrendamentos nos quais pais e filhos repartem entre si a "terra de trabalho" da família. Noutra situação, estão aqueles lavradores cujos pais retiram-se da atividade agrícola e até da moradia na zona rural, fixando-se na cidade próxima do estabelecimento.

3.2.2 O rendeiros familiares sem-terras e a partilha da exploração familiar.

Os camponeses da soja vivenciam conjunturas em que os preços finais dos produtos agrícolas não acompanham a evolução dos custos de produção na lavoura tecnificada e do próprio valor do hectare de terra. A reprodução destas diferenças e defasagens por vários anos bloqueia a compra de novas áreas. Por outro lado, aos filhos destes lavradores

que desejam permanecer no campo, restam o assalariamento em outras propriedades ou o arrendamento de terra. No caso desta última opção, há de distinguir-se o arrendamento nas terras de terceiros daquele realizado nas propriedades de familiares.

A estratégia do arrendamento da terra de terceiros enfrenta alguns obstáculos para tornar-se uma prática costumeira no interior das áreas de agricultura camponesa. O primeiro, e talvez decisivo obstáculo, é o alto valor exigido pelos proprietários ao arrendamento. Os percentuais cobrados pelo aluguel das áreas oscilam de 30 a 40% do total da produção de grãos.

O segundo obstáculo, reside no fato que para o jovem camponês transformar-se em arrendatário de terras alheias faz-se necessário dispor de recursos próprios ou financiados mediante o aval de um agricultor com terra própria. Os riscos de perda da propriedade pelo avalista, que durante o tempo de financiamento permanece com a terra sob hipoteca, somados aos altos preços dos arrendamentos, tornam menos frequente esta estratégia. Neste momento, cresce, entre os camponeses, a estratégia do arrendamento em terras familiares.

O arrendamento familiar pode significar a entrega de toda a terra paterna aos descendentes. Esta forma de acesso ao lote pelos rendeiros acha-se relacionada à qualidade das terras da família e à produtividade da lavoura. São estes dois fatores que assegurarão, através dos

resultados do arrendamento, o sustento dos pais, que passam a residir na cidade e sobreviver da renda da terra entregue pelo filho.

A situação seguinte exemplifica a situação descrita no parágrafo acima:

"As crianças vão com o pai junto. Nós somos em sete, sete crianças trabalhando. Apesar que quatro que trabalham na lavoura e o pai e a mãe eles moram na sede (do município). Eles ajudam um pouco a trabalhar aqui".

O auxílio das crianças (irmãos) e pais conforme afirma nosso interlocutor, faz-se presente com mais intensidade nos períodos de plantio e, sobretudo, colheita.

Noutros casos, onde a exploração agrícola é pequena e de baixa produtividade, ocorre de pais e filhos realizarem o arrendamento através da partilha da terra. No instante que isso acontece, cada um deles cultiva suas lavouras de forma independente. No momento da colheita, onde são necessários mais braços e rapidez no trabalho, as duas famílias unem-se para execução da tarefa. Nos demais períodos do ano agrícola, as famílias desenvolvem as atividades de forma própria, seguindo planejamento realizado de maneira conjunta pelos chefes de família. O exemplo abaixo ilustra esta situação.

"E agora (...) a colheita de soja, nós vamos trabalhar junto. Eu colho o soja *dele* e vamos colher o *meu* soja, tudo junto (...) porque nós somos unidos (...). Tem *uma* trilhadeira então um dia vamos colher aqui, outro dia vamos colher lá".

As falas dos dois últimos arrendatários indicam que são as necessidades do trabalho agrícola que terminam por (re)uní-los: a falta de braços ou de maquinário próprio a cada uma das famílias, uma vez que há uma única trilhadeira para duas famílias.

No último caso, é interessante notar os pronomes *dele, meu* perpassados por um discurso de unidade. A diferenciação entre o que é de cada um demonstra que neste processo há uma individualidade e, porque não pensar em individualismo, que em certos momentos baliza esta relação familiar. Sem desconsiderar a solidariedade que está explícita na prática e discurso camponês, é preciso compreendê-la sob o prisma das dificuldades de sobrevivência encontrada pelos lavradores.

3.2.3. Os proprietários-rendeiros familiares e a sucessão nas terras da família.

Os agricultores classificados como proprietários-rendeiros familiares constituem um seleto grupo de camponeses que dispõem de terras, elevada tecnificação e recursos próprios ao custeio e investimento na produção. Integram este segmento os camponeses que dispõem de terras próprias e arrendam áreas pertencentes aos seus familiares (pais, sogros, tios e etc).

A semelhança dos proprietários arrendatários, esses camponeses dispõem de terras próprias ao plantio e

recorrem ao arrendamento como forma de ampliar ou complementar a área de cultivo. A diferença em relação àqueles reside no arrendador de terra. Enquanto aqueles arrendam terras de terceiros, os últimos arrendam lotes pertencentes aos parentes.

Em relação aos arrendatários familiares, a diferença está na presença da propriedade da terra. Por outro lado, assemelha-os o arrendamento no interior do grupo familiar.

Os proprietários-arrendatários familiares estão, historicamente, habituados a comprar novas terras ou renovar o maquinário e instalações a cada duas ou três safras. Eles, que formaram seus patrimônios nos anos de crédito subsidiado e alta dos preços de exportação da soja, viram a entrada da década de 80 como um período de escassez de recursos, endividamentos e falências para a quase totalidade dos produtores familiares da região. Em depoimentos os agricultores referiram-se sobre as mudanças nas condições de reprodução das unidades de produção.

O exemplo escolhido para ilustrar esta situação de dificuldades e crises por que passam, é o caso de um agricultor que trabalha nos 30 ha de sua propriedade, arrenda 186 ha do sogro e mais 40 ha de terceiros. Cultivando uma área várias vezes superior à média regional de 7 ha por estabelecimentos, dispondo de maquinário (três tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas) e sendo responsável por uma colheita de verão, superior a 5.000

sacos de soja, o agricultor representa um segmento minoritário - de elite - no interior do grupo. Ao manifestar-se sobre os investimentos na lavoura afirma:

"Nos últimos anos não houve investimentos (na produção) pela ausência de sobras capazes de cobrir os gastos e permitir investimentos em imóveis (terras) ou maquinário."

O conjunto dos agricultores situam o princípio da década anterior como o momento em que os problemas de manutenção da produção "na técnica" começam a surgir devido, sobretudo, às taxas de juros e correção monetária dos empréstimos bancários ao setor agrícola e à acentuada valorização fundiária. Estes fatores atuaram, decisivamente, na crise vivenciada pela agricultura familiar de soja. As altas taxas de juros bancários obrigam os agricultores a recorrerem às economias particulares para a renovação de patrimônio e reposição dos insumos consumidos na produção. Ao fazê-lo, os camponeses modernos vêem-se privados de dispor de suas sobras para a compra de terra.

A valorização fundiária, a um só momento, desestimula a aquisição de áreas e limita a expansão da produção tecnificada. Sem possibilidade de aumentar as áreas lavradas com máquinas, os produtores encontram sérios obstáculos à compra, pagamento e manutenção de tratores e colhedeiças de última geração, pois a área trabalhada e a produtividade são imprescindíveis ao retorno dos capitais investidos.

O impasse está posto. Desprovidos de sobras suficientes para prosseguir as demais etapas da tecnificação, terminam, também, por distanciar-se do acesso a novas terras e, conseqüentemente, deixam de dispor de recursos à continuidade da renovação do patrimônio tecnológico e ampliação do bens fundiários. A partir desse momento, assume importância, entre os proprietários, o arrendamento das terras da família, como estratégia para sair do impasse e da crise de reprodução social.

"Se não tivesse arrendamento não poderia sobreviver neste modelo. O arrendamento é vantajoso porque eu nunca consigo comprar terra, só arrendando."

As frases anteriores pertencem a um proprietário-arrendatário familiar que possui 6ha de terra própria, 11ha de superfície arrendadas da sua sogra e outros 10ha de arrendamento de terceiros. Sem comprar terra desde 1977, o agricultor arrenda terras de vizinhos o que lhe permitiu adquirir o primeiro trator. Daquela época até 1987, iniciou o arrendamento de parte das terras do sogro. No cultivo das "terras da família", associou-se ao cunhado.

As observações diretas e as informações fornecidas pelos entrevistados demonstraram a existência, dentre os proprietários-arrendatários familiares, de casos onde, também, ocorre o arrendamento de terras de terceiros. Na condição de proprietários, rendeiros familiares e

arrendatários, os agricultores procuram viabilizar a capacidade produtiva de suas explorações agrícolas.

A complexidade das situações faz-se presente no interior do grupo. Em certos casos, o arrendamento familiar antecede a compra da terra própria. Sem que isto signifique o abandono das lavouras familiares, os produtores conseguem comprar pequenas faixas de terra, na maioria das vezes de qualidade, extensão e valor inferiores às áreas arrendadas da família.

"(...) casei e fiquei morando aqui. Meu pai construiu essa casinha e passei a ganhar, na época, a terça-parte (...) e aí com as economias consegui comprar onze hectares de terra. A terra não é muito boa, tem manchas de dez metros, inclusive consegui barato aquilo."

As formas de pagamento do arrendamento familiar modificam-se à medida que os pais ou sogros abandonam a atividade agrícola. Nesta modalidade de arrendamento, pais e filhos estabelecem as cotas-partes da produção pertencentes a cada um dos envolvidos e, ao contrário do que ocorre no arrendamento entre terceiros, muitas vezes, cabe ao arrendatário a menor parcela da cota-parte. A participação do arrendatário, sobre o montante da produção colhida, aumenta à medida que o pai-proprietário e arrendador retira-se da atividade agrícola, deixando ao filho arrendatário a administração e o trabalho na terra.

"(...) comecei de trabalhar, ganhava 10% dos porcos (...) casei e passei a ganhar, na época, a terça-parte. Entrava com a terça-parte de toda a

despesa e ganhava a terça-parte de toda a receita. Depois ficamos sózinhos, o pai começou a envelhecer e aí mudamos o negócio, passei a ganhar a meia de todo o rolo e assim estou hoje ainda. Fazem dezesseis anos que estou morando aqui."

O exemplo acima reflete uma situação corrente entre os proprietários-arrendatários que tenham iniciado o trabalho de produtor familiar através do arrendamento familiar e, posteriormente, assumido a direção da unidade de produção. O arrendamento familiar, nestes casos, define inclusive as condições de manutenção das áreas sob controlado filho-arrendatário.

A leitura da citação leva-nos a supor que existe, também, uma inequívoca relação entre a modificação nas formas de pagamento da terra e a constituição da família pelo filho-arrendatário. O casamento e, conseqüentemente, a formação de um núcleo familiar, ocasiona aumento da participação do arrendatário nas despesas e ganhos do trabalho na lavoura paterna. Ao passar de um pagamento a base de 10% sobre a venda dos suínos à partilha de um terço dos "lucros" das safras e criação de animais, o pai busca proporcionar ao filho recém-casado as condições de manter-se na agricultura e assim dar-lhe perspectivas e meios de sobreviver como camponês.

O interlocutor abaixo, repartiu a propriedade com o filho mais velho porque, "não possuía recursos para comprar-lhe uma terra". No primeiro ano, pai e filho exploravam as terras da família. Após o casamento do filho,

dividiu-se a propriedade. Num e noutro instante observou-se a mudança na **partilha** dos gastos e sobras.

(Pai) "Nos outros anos (...) nós vendia, fazia as conta. A parte dele prá ele e o meu era meu. (...) Fazia as conta, o que nós gastamos e *tudo* o que sobrou então, ele ganhava os 25%. E a mesma coisa foi com o soja".

(Filho) "Se a gente comprava sal, pagava os 25% e o que sobrava então era prá mim, ganhava 25%.

(Pai) "Nós colhemos o ano passado (...) e ele ganhava só 30%. Esse ano, (após o casamento) é dele (...)".

3.2.4. Solidariedade e conflito: contradições na reprodução da família.

No segundo quartel deste século, as levas de descendentes de europeus saídos das colônias pioneiras terminaram por ocupar e colonizar o norte/noroeste do RS. Da chegada até o processo de compra da terra, os novos colonos estabelecem um complexa rede de relações sociais intra-familiares e comunitárias, tendo em vista viabilizar a constituição destes núcleos rurais.

O emaranhado conjunto de relações sociais (parceria, arrendamento, ocupação e propriedade de terras) ultrapassava os limites do processo de trabalho camponês e estabelecia, no cotidiano da vida social, as bases da solidariedade do grupo. A própria sobrevivência, dos que para lá se dirigiram, estava a exigir a presença dessas

relações. A abertura da mata, a construção de estradas, a medição das propriedades, a segurança dos colonos contra os "intrusos" (primeiros habitantes das matas e florestas lá existentes), o plantio e colheita das culturas, a instalação das benfeitorias para a criação de animais (suínos) contaram com a participação das famílias camponesas e de suas vizinhanças. Deste modo, procuraremos, quando possível, analisar, a partir das entrevistas, as mudanças ocorridas, atualmente, no interior nas relações sociais familiares e de comunidade rural.

Ao longo das conversas vários agricultores referiram-se, inicialmente, às situações de união, de trabalho conjunto com a família e a comunidade de vizinhança no relato de suas histórias de vida. Aquele período, apresenta-se aos camponeses em geral, inclusive, aos jovens agricultores, como uma época onde a solidariedade estava presente no grupo familiar e, fora dele, na comunidade. O tempo moderno significa a negação daquele período (o tempo antigo) uma vez que aqui predominam o ódio, o egoísmo e a ganância a desagregar a solidariedade comunal existente no passado.

No presente, primordialmente, a competitividade e o antagonismo passaram a compor a práxis e o imaginário dos rendeiros da soja. O processo de mudança de uma etapa - de solidariedade - à outra - marcada pela competitividade e desunião - acha-se, de acordo com os camponeses, restrito às relações dos agricultores com os vizinhos e a comunidade

local. A família camponesa estaria, internamente, isenta destas mudanças de hábitos e mentalidades.

Num primeiro momento, os agricultores situam a família e o trabalho familiar como expressão última da solidariedade camponesa. Por outro lado, na prática, nas entrelinhas e nas próprias linhas do discurso, os agricultores referem-se ao arrendamento da terra de família enquanto o "negócio com o pai" da mesma forma como os demais rendeiros que alugam terras de terceiros referem-se às terras por eles arrendadas, como "negócio com o vizinho" ou "negócio com o dono da terra". É preciso verificar se, em ambas situações, as expressões dos agricultores possuem o mesmo significado. Convém indagar: será a família o último e privilegiado locus da solidariedade camponesa? A que solidariedade referem-se os rendeiros?

O arrendamento dentro do grupo familiar (arrendamento familiar) e os fatores responsáveis pela continuidade deste processo (bloqueio fundário, desenvolvimento do capital nas áreas de agricultura colonial, introdução das modernas tecnologias e o aprofundamento do trabalho assalariado) mantêm inalterado o significado e as formas tradicionais ou antigas de realização da solidariedade familiar? Buscando responder estas questões comporemos as páginas seguintes do capítulo.

O agricultor do exemplo abaixo - após o casamento - deixa de morar e trabalhar com seus pais e transfere-se para a propriedade dos sogros, onde tem início o arrendamento e

doze hectares de área. Sobre o início do arrendamento Hilário e sua esposa assim se referem:

(Genro) "Setenta e nove. (...) nós casamos em setenta e nove. (...) e de lá em diante".

(Filha) "(...) Fiquemo na terra do pai, porque a gente não tinha terra e fiquemo morando aqui, porque arrendemo a terra dele mesmo".

As duas passagens, com as respostas dos arrendatários sobre as razões do arrendamento e as ligações deste com o princípio do trabalho familiar, traz à tona a relação existente, em muitos casos, entre a ausência de terra ao trabalho agrícola e a necessidade de obtê-la para, após o matrimônio, constituir a família. Em outras palavras, não é somente a relação familiar que se torna um mecanismo de manutenção dos jovens agricultores na terra, mas é o próprio arrendamento familiar que permite a formação dos novos núcleos familiares.

Por fim, nos trechos transcritos da entrevista, os arrendatários demonstram que foi o fato de eles possuírem um local de moradia, quando do casamento, que lhes possibilitou continuar no meio rural; o arrendamento da "terra do pai" permitia-lhes o trabalho na lavoura. O discurso da solidariedade permeia as frases e expressões de pais-arrendadores e filhos-arrendatários na justificativa do arrendamento familiar. O texto de abertura do conjunto é a fala de um pequeno proprietário cujos filhos, depois do matrimônio, continuaram na "terra do pai" como arrendatários

até reunirem os recursos necessários para a compra da terra. Este camponês, sucessivamente, recorre(u) à estratégia do arrendamento familiar para cada um dos três filhos.

"Vamos ver, daqui prá frente, trabalhei em conjunto, de acordo, conforme os filho casa e vou pró começo, espero os filho ajudá, porque hoje em dia se os pai não toma a mão de filho na hora que casa, prá onde é que ele vai? Não vai ter começo na vida dele. Se todo o tempo de solteiro trabalha com o pai, depois que casa então ele precisa ter um começo, porque (...) partir prá cidade, sem recurso também não é possível, trabalhar de operário, de empregado, no fim também não consegue viver. Vive, mas de uma maneira apertada, com esse salário mínimo que tá hoje no País."

O autor das palavras acima deixa claro porque arrenda terra aos seus filhos: "porque ele precisa ter um começo", o que, na visão deste pai-agricultor, significa ajudar "os filho" para que eles consigam ficar na lavoura, na terra, e não tenham que "partir prá cidade" e "trabalhar de operário, de empregado" porque assim "não consegue viver". Percebe-se que, neste caso, o arrendamento representa uma solidária estratégia de reprodução familiar e geracional. A perspectiva de manutenção do grupo familiar através do arrendamento fez desta estratégia, sobretudo, um gesto de solidariedade.

No texto abaixo, o diálogo foi construído a partir de indignada observação de um casal de pais-arrendadores a respeito da prática de outros camponeses que deixam de arrendar terra aos filhos preferindo entregá-las, em arrendamento, a terceiros, sendo, portanto, uma crítica

aqueles lavradores que "venderam a terra, em vez de dar prós filhos (...) que nem a gente".

Estes comentários denotam que existem, no interior do campesinato, estratégias e concepções diferenciadas de reprodução familiar. Por outro lado, depreende-se também, a concepção acerca do universo social onde existem os exploradores, que vendem a terra porque querem a "vida fácil" fora da lavoura e, neste momento, emerge uma visão dicotômica da realidade em que o trabalho camponês, ao contrário das outras formas de trabalho, é sinônimo de vida difícil, e os trabalhadores representados, obviamente, pela figura do casal entrevistado.

(Esposa) "E aqui, bem pertinho, tem gente que venderam as terra e os filhos foram lá (...). E, venderam a terra, em vez de dar prós filhos, fazer que nem a gente, ajudar os filhos, pagaram como nós de tanto por ano: entrega, se dá vocês dão, se não dá prolonga. Por que esses pais venderam?"

(Agricultor) Ah, porque esse tipo de gente se aproveita, são exploradores, porque queriam fazer a vida mais fácil."

As primeiras impressões das exposições seguintes demonstram que a estratégia do arrendamento entre familiares é antiga. Nestes casos, a histórica falta de terra dos filhos associa-se à ausência de sucessor dos pais. Percebe-se, na fala dos rendeiros, que o arrendamento decorre da necessidade da família (pais e filhos) de manter a terra. O sucessor, neste caso, termina sendo o herdeiro real da unidade de produção. Neste sentido, a sucessão-herança

inclui os filhos e filhas. Na medida que o pai-proprietário entrega a terra em arrendamento ao genro, ele está na verdade entregando-a à filha que (através do marido) prosseguirá na propriedade.

De outro modo, o arrendamento e a renda a ser paga ao proprietário da terra, e a aí não importa ao rendeiro se o proprietário é pai, tio ou sogro, impedem o pequeno lavrador de tornar-se proprietário de uma área. O dinheiro que poderia comprar a terra é entregue como renda fundiária. No imaginário camponês, o "dono da terra" encontra-se em posição antagônica a dele (rendeiro) à semelhança de qualquer outro arrendatário. Vamos às passagens para podermos realizar outros comentários:

"O arrendamento que eu tenho aqui com o pai, é em função de que, na época, não ter terra. Havia duas necessidades, quer dizer, eu não tinha aonde ir e ele não tinha quem botar aqui, (...) ele precisou de mim e eu precisei da terra, precisei dele. Então isso ali, fazem dezesseis anos que estamos trabalhando juntos e prá mim foi a solução. Eu consegui, em cima desse trabalho, consegui comprar terra, consegui me organizar (...). Hoje em dia sou um pequeno agricultor mas, com estabilidade porque me organizei prá isso (...) e em função de ter aproveitado uma chance que apareceu, que (...) não pode ser prá todos (...)."

"Porque se, eu acho que se cada um como nós, que não tem terra, se cada um podia ganhar uns, ganhar não, comprar né, uns dez, quinze hectares, então a gente estaria muito melhor, porque, acho eu, (...) porque os que se casaram depois de mim, que ganharam o seu pedaço de terra, hoje tão bem e eu tô ficando cada ano que eu trabalho, aquilo não ajuda nada, porque tudo não ajuda. Então os preço, às vez ele é bom, tu não tem (produto) e às vez tu tem (produto) o preço não ajuda né e então fica naquilo. Se a gente que tá assim, que é agregado, como se diz, então se tu planta, tu não planta prá

ti mesmo (...). Agora, se tu tem a tua propriedade, então tudo o que vem aí a gente tava bem, (...)dava mais vontade de trabalhar."

"Bom, essa minha vinda prá cá foi que a gente não queria, na época, ir prá cidade trabalhar, porque não tinha dinheiro prá comprar terra, teria que ter ido prá cidade trabalhar (...) mas, a gente sempre ouvia dizer que na cidade era bonito mas, não era muito bom, então a gente veio prá cá, arrendou aqui. Mas, a gente tá trabalhando para os outros, não tá só trabalhando prá gente. Se a gente conseguisse arrendar uma terra sem entregar a porcentagem, (...) inté a gente teria grandes chances de comprar um pedacinho de terra (...) algum pouco a gente podia comprar mas, assim o lucro da gente a gente devolve pro dono da área. Um terço da produção que eu ganho, eu ganho e dois terços é prá ele, pro dono da terra, pro sogro."

"Bom, a gente tem que olhar um (outro) lado. Analisando bem as coisas, o sogro também já tem boa idade e alguém tem que ficar com ele, algum filho, porque estranho não dá certo nunca e daí os filhos fica com os pais. A gente pensa o seguinte: que um dia a gente também pode chegar naquele ponto de ficar velho e não poder mais trabalhar. Como é que a gente ficava se nenhum filho ficava junto com a gente, cuidando da gente? Então alguém tem que ficar."

"Fiquei com o pai, na terra dele. Fiquei aqui, morar aonde? Tem que plantar e ele tem a terra ali, fiquei mais e com ele. Em vez de plantar na terra dos outros, plantei na terra dele."

"Primeiros momentos eu trabalhei com ele (pai) na lavoura, depois disso, três anos, eu saí de casa, primeiro por causa que a gente sentiu que a gente era uma família grande, que dentro da terra que o pai tinha não tinha muitas perspectivas. E, na questão da terra, a gente já sentia que não conseguia mais comprar essa terra que a gente podia seguir o trabalho."

P: Você trabalhou como? Onde?

R: Três anos trabalhei no seminário, até como estudante e também fazendo as minha assistência,

com o meu trabalho, em meio dia. Eu tava fora e que também foi uma situação difícil (...). Depois disso eu voltei de lá e eu tô aqui, nessa terra que o pai arrendou.

P: E dele esta terra arrendada?

R: E dele, do pai.

P: Daí, ele arrendou prá você (e seu irmão), prós dois?

R: Sim. A gente sente (...) que é importante de ter terra, de ter um pedaço de chão prá se instalar e produzir, nisso que a gente vê que muita gente não tá conseguindo isso e a nossa saída (...) que a gente já podia ter o nosso pedaço de terra onde a gente podia produzir mas, como que a história levou os rumos, que a política agrícola, os altos custos da produção e a pouca possibilidade de conseguir terra que a gente tá agora, tem que trabalhar, tem que tá plantando na terra do pai.

(Filha) "Arrendemo a terra do pai, porque a gente não tinha e ficemo morando aqui, então arrendemo a terra dele mesmo.

(Genro) E, e o velho bastante doente e ele não conseguiu de plantar tudo as terra e, já que nós tamorando ali, ele entregou as terra prá nós plantar. E daí, nós aproveitemos a terra prá plantar, e nós pensemo de plantar e limpar prá colher."

(Genro) "E, também não podiam passar o ano assim, uma coisa que eu não faço, se eu colher cem saco de soja entrego a terça-parte. Colhe cinquenta, entrega a terça-parte, porque isso a gente não deve pensar só prá si. Tem que pensar: eu quero viver, o outro também quer viver. E ali, tem que dá menos ainda, se colhe uma bolsa entrega a terça-parte, porque é dele, não é meu, a parte é dele."

Os fragmentos selecionados nas próximas páginas representam densos, complexos ambíguos e, porque não dizer, contraditórios diálogos e discursos camponeses em que a

solidariedade para com a família, os pais e sogros idosos e impossibilitados de prosseguir no trabalho agrícola, dá lugar à indignação com as "obrigações" de arrendante da "terra de todos", passando por um indisfarçável antagonismo entre pais e sogros-arrendadores, e filhos e genros-arrendatários. O antagonismo de posições não elimina a solidariedade entre as partes mas, a crise de (re)produção vivenciada, em particular, pela agricultura familiar capitalizada (bloqueio fundiário), traz o conflito ao centro da cena social (crise de participação nas atividades da comunidade rural) e familiar. O resultado é um conflito de interesses, entre pais e filhos ou genros e sogros, envolvendo a renda da terra, o direito sobre a propriedade (herança) e a sucessão na direção ou chefia da propriedade. Este conflito é algo tão presente no cotidiano dos camponeses, que não resiste a uma pergunta do entrevistador sobre as condições do arrendamento e vem à tona de uma forma surpreendentemente reveladora do quão ambígua e contraditória é, no momento, a solidariedade camponesa. Vejamos de que maneira, em que bases, se efetiva esta "solidariedade" entre pais-proprietários e filhos-arrendatários de terras.

Ao tratarmos do arrendamento familiar estamos relacionando questões que dizem respeito às mudanças ocorridas na família camponesa. Trabalho familiar, regras de sucessão, chefia da unidade produtiva, poder decisório da família (tipo de produto a ser cultivado), o matrimônio e a herança são abordados pelos rendeiros. As mudanças das

regras de herança são um exemplo das mutações ocorridas na família.

As duas passagens relacionam-se com as regras de herança e sucessão na unidade familiar.

"Aí então, tendo em vista que o filho mais novo (...) tinha ido pro seminário, eu era o homem mais novo, em casa, aí, obviamente, eu não podia sair dali e deixar os velhos. Então, eu comecei a trabalhar, ganhava, inclusive, dez por cento dos porcos, já com vinte e cinco anos (...). Aí, com vinte e oito anos, eu casei e fiquei morando aqui".

"(...) tinha seis irmãos e não tinha meio de eu casar e morar junto com o pai, tinha ainda seis irmãos, tinha gente suficiente prá trabalhar".

O depoimento dos rendeiros reafirmam as impressões do pesquisador, de que há uma indefinição nas regras tradicionais de transmissão do patrimônio. Nem minorato, nem maiorato; o que rege o processo sucessório é a **necessidade** e a **disposição** de permanência na terra de algum dos filhos ou filhas.

As frases de Délcio denotam que o critério de herança, aqui compreendida como sucessão no trabalho agrícola e na condição camponesa, passam pela necessidade e disponibilidade dos sucessores. Os pais de Délcio estavam velhos e sozinhos. Os filhos estavam fora (seminário, arrendando terras no Paraguai ou cultivando sua própria terra) enquanto Délcio, um dos mais moços, não possuía terra

para trabalhar. O pai-proprietário entregou-lhe a terra em parceria e, posteriormente, em arrendamento.

Uma frase muito empregada pelos rendeiros familiares, e repetida por Dêlcio durante a entrevista, traduz o sentido desta relação: "eu precisei dele (pai) e ele precisou de mim (filho)".

O agricultor da última passagem acima, é arrendatário das terras de seu sogro. O matrimônio com a filha do proprietário da terra deu-lhe o direito de arrendamento da propriedade. Analisemos esta situação: o agricultor era o filho mais velho e, nesta condição, coube-lhe assumir, na adolescência, as tarefas de trabalho na propriedade de seu pai. A medida que outros irmãos atingiam a idade adulta e condições de trabalho, tornou-se desnecessária sua presença na lavoura. Nesta época, não possuía terras e nem tinha meios de vir a obtê-la. O casamento e a ausência de um sucessor nas terras do sogro o fizeram rendeiro familiar.

A diferença do que aconteceu na sua família, onde os mais velhos deixaram a terra aos cuidados dos mais jovens, na terra de seus sogros todos os filhos homens abandonaram a área da família. Os velhos lavradores (sogros), sem condições de fazer o trabalho na propriedade, entregam-na àqueles que se dispõem a permanecer na terra, ou seja, a filha e seu marido.

No âmbito das relações de trabalho, no interior das unidades familiares, as novas tecnologias agrícolas,

associadas à histórica produção mercantil, fizeram, a um só momento, por alterar as condições e formas de organização do conjunto dos membros trabalhadores e/ou consumidores do grupo familiar. A reorganização do trabalho e, porque não dizer, do modo de vida camponês, fazem-se mediante a atribuição, pelo organizador do trabalho - o chefe da família - de novas tarefas e papéis aos membros do grupo (esposa, filhos, sogros e genros) visando dar conta da "produção na técnica". No bojo deste processo de redefinição das atividades agrícolas e do papel desempenhado pelos integrantes da família na (re)produção social campesina, bem como nas novas relações sociais na comunidade agrícola, encontra-se, sobremaneira, as razões para a presença do trabalhador assalariado ou contratado em algumas etapas do trabalho agrícola familiar.

A situação de ocorrência do bloqueio fundiário determina o aparecimento e/ ou o agravamento das tensões sociais no interior da família. O processo sucessório abre-se com o chefe da família ainda vivo e em condições de prosseguir trabalhando na terra. O pai-agricultor, prevendo a dificuldade de adquirir terras e/ou proporcionar as condições de fixação dos filhos na agricultura em curto espaço de tempo, define a sucessão entregando a propriedade ao escolhido para sucedê-lo.

A definição do sucessor resolve, em parte, o problema, uma vez que, para o progenitor, essa escolha pode significar a sua saída da terra em direção à cidade onde

passa a sobreviver da renda proporcionada pelo arrendamento do lote ao filho. Neste caso, a solidariedade poderá manifestar-se de maneira contraditória quando o antagonismo entre pai proprietário da terra e o filho arrendatário se faz presente. Ao último, o pai é visto como aquele que o impede de realizar a sobra necessária para a compra futura da terra e/ou para repor, no todo, as despesas com a produção. Por outro lado, o filho arrendatário percebe a saída do pai proprietário como o mecanismo, o meio encontrado pela família para mantê-lo na e com a terra e assim dar continuidade ao trabalho e à condição social camponesa desenvolvida secularmente pelos colonos, numa situação de crise que compromete a reprodução do grupo familiar. O arrendamento familiar, pode se afirmar, com base no trabalho de pesquisa, representa um instrumento e uma expressão da solidariedade do grupo social. Esta forma de solidariedade, desencadeada numa situação de crise e pauperidade, aos jovens agricultores se efetua sob a égide das contradições desenvolvidas no interior da família camponesa a partir da modernização rural. A solidariedade contraditória abriga, sob o mesmo teto, antagonismo e solidariedade repostos nos momentos de tensão social. A agricultura camponesa tecnificada, associada à situação de bloqueio fundiário, determina mudanças nas relações entre os membros da família, aguçando as tensões que passam a fazer parte do dia a dia dos agricultores. Agora, além do governo, bancos, agroindústrias e cooperativas, vistos, pelo

camponês, como segmentos que se apropriam do ganho do produtor, existe o proprietário da terra que, ao exigir altos percentuais e/ou valores pelo arrendamento da gleba, transforma-se, como os demais, em agente responsável pela descapitalização do agricultor arrendatário. No momento que o proprietário-arrendador da terra possui parentesco com o arrendatário observa-se que as contradições da produção camponesa na sociedade capitalista se fazem presentes no interior da família atuando sobre as manifestações da solidariedade grupal. Esta situação, como se percebe nos discursos e práticas camponesas, não elimina a solidariedade familiar, mas faz com que os envolvidos redefinam as condições e os meios de realização desta solidariedade, que se efetua sob as contradições presentes na unidade de (re)produção familiar. Por isso, afirma-se, há, nestes casos de arrendamento familiar, uma solidariedade contraditória à medida que a agricultura capitalizada e a situação de bloqueio fundiário determinam a redefinição das formas de solidariedade, trazendo, para o interior do grupo familiar, as contradições e, conseqüentemente, os antagonismos sociais existentes na sociedade capitalista.

O processo sucessório emerge rapidamente, e passa a se definir caso a caso. As regras de herança tradicionalmente empregadas no meio rural (maiorato e minorato), nem sempre vigoram devido à crise presente no interior da unidade de (re)produção. A terra, em muitos casos, pode caber àquele filho ou filha que se dispõe a

permanecer na agricultura. A sucessão, neste momento, deixa de seguir os mecanismos habituais, nos quais cabiam aos descendentes homens (mais velho ou mais moço) a herança e passa a seguir a regra da reprodução da unidade familiar. A capitalização da agricultura fez por alterar as formas de solidariedade e de sucessão do grupo familiar. Sem deixar de existir e nem de perder o caráter que possuem, a solidariedade e a herança vêem-se subordinadas às modernas condições da reprodução camponesa, em que o patrimônio adquirido e sua manutenção determinam as formas de execução da solidariedade e sucessão familiar.

3.3. Os parceiros-agregados e o acesso à terra.

Ao pesquisarmos os grupos rendeiros encontramos aqueles que arrendam um pedaço de terra não trabalhado pelo camponês proprietário. Esta relação social é denominada de **agregação** e aquele que toma a terra, nestas condições, sob arrendamento é chamado de **agregado**. Na realidade, o que se atribui por agregação, na pequena agricultura do Brasil meridional, muitas vezes nada mais que a relação de parceria entre dois agricultores.

Na compreensão da presença dos agregados, nos tempos atuais, faz-se necessário entender algumas das alterações que as técnicas modernas introduziram nas zonas rurais. A modernização da agricultura trouxe mudanças nas áreas de agricultura colonial do Estado. No período anterior à mecanização da agricultura, os camponeses cultivavam as terras de "ladeira" ou seja os terrenos acidentados onde se encontravam os solos mais férteis das zonas rurais.

Naqueles anos, as terras planas eram chamadas "terras de segunda" pela baixa produtividade. Eram áreas comercializadas a preços inferiores às terras de "ladeira", consideradas as melhores, de "primeira" e, muito procuradas pelos agricultores. Em outras palavras, aos camponeses empobrecidos, ou com poucos recursos, cabia a compra de lotes das piores terras - as áreas planas. Enquanto isso,

os camponeses com maiores recursos, adquiriam as melhores terras, as zonas de terreno em declive e de pedra.

A partir da tecnificação do campo, inverte-se a situação. Agora, são as zonas planas, argilosas aquelas de maior valorização, que possuem os preços mais elevados de venda, arrendamento e/ou permuta. As áreas de "pedra" cabem as atividades não mecanizáveis e/ou pouco rentáveis. Os valores de comercialização destas são inferiores às faixas planas. Atualmente, os camponeses sem tecnificação cultivam a área de pedra e os agricultores capitalizados trabalham as terras planas com seus tratores e colheitadeiras. Desta forma, podemos compreender que existam faixas de terra da propriedade dos camponeses tecnificados ou modernizados que não possam ou não sejam plantadas com máquinas. Estes as arrendam a outros agricultores sem tecnificação e dentre eles estão os agregados.

Mas, quem são os agregados? De onde e como surgiram? Por último: por que surgiram? As relações de agregação, no Brasil Meridional, surgiram antes mesmo da colonização estrangeira no noroeste do Estado. Conforme podemos ver nos relatos de vida dos colonizadores e de seus descendentes, (expostos no Anexo 1) esta relação social surge, de um lado, da dificuldade cíclica de aquisição de terra para seus descendentes e, de outro, da diferenciação social existente entre os vários segmentos camponeses.

Na atualidade, e isso é o que mais nos interessa, o agregado desenvolve uma relação de parceria que ultrapassa

os limites do processo de arrendamento. Os agregados dos "tempos modernos", mais que qualquer outro grupo rendeiro, estão situados no limiar entre a condição de produtor familiar e trabalhador assalariado. Isto por que, a situação social destes na agricultura é precária e instável.

As origens sociais dos agregados são próximas ou idênticas. Afora os assalariados, eles representam o grupo mais pauperizado do meio rural. Eles na verdade são filhos de agricultores com pouquíssimas áreas ou sem-terras. Estes produtores tem suas vidas marcadas pelas constantes mudanças e migrações em busca de terra. Agregado nas áreas coloniais, nas fazendas do Mato Grosso, nos projetos de colonização ou ainda assalariados rurbanos; estes trabalhadores do campo e cidade procuram sobreviver numa realidade de expropriação camponesa e de bloqueio fundiário.

A relação de agregação torna-se possível - nesta área - a partir do momento que existem camponeses ou proprietários de terras que disponham, de uma parcela de terra excedente e sem cultivo. E, de outro lado, colonos sem-terras dispostos a sobreviver do trabalho agrícola em pequenas áreas ou "cantos" de lavoura "dobrada" pertencentes a camponeses tecnificados.

A base da relação social é o contrato verbal/escrito firmado entre proprietários e agregados sob a forma de parceria agrícola. O "patrão" ou dono da terra divide as despesas, os custos do arrendamentos e, em troca, recebe deste a renda da terra.

Os **agregados** produzem, basicamente, soja, trigo e milho, quando é possível, criam animais (suínos e aves) e produzem a "horta" doméstica. Em determinadas situações, o agregado pode ser obrigado a produzir como e o que o proprietário estabelece para a área. O exemplo abaixo, relata esta situação:

"E do **patrão** a terra. Muitas coisas a gente sabe fazer e não pode (...) porque a terra é dele. Ele tem os plano dele, eu tenho o meu. A meia tem que plantar soja e milho. (...) A gente planta mandioca e tudo mais na base da meia eu gasto mais. Se é preciso eu vô lá e tiro, ele também não fala. Se precisa ele vem aí e leva, mas quase tudo tem que dar uma parte".

As passagens seguintes referem-se a um velho agregado que perdeu a terra, juntamente com os pais e irmãos e hoje, "trabalha de agregado" sob **quatro** hectares de área dobrada. Na primeira passagem ele nos fala do porque é agregado e, em seguida, diz de como surgiu esta terra por lavrada. Escolhemos este agricultor, dentre outros agregados por ser o entrevistado um bom exemplo desta relação de parceria ou agregação.

"E, e depois não podia comprar mais terra e aquela terra que nós tinha comprado, eu e meu irmão mais novo, (...) afinal nós gastamo. Nós perdemo, de novo, aqui e não conseguí mais comprá terra e daí eu fui obrigado a trabalhar de agregado".

"(...) Ele tem essa terra ali e tem essa terra "dobrada", esses quatro hectares que ele não pode trabalhá só de máquina. Então, ele se ajeitô que eu vinha ali, trabalhar nesta terra. Ele tem que tá com o pai dele (no maquinário), senão ele vinha nessa terra ali, de sábado."

CONCLUSÃO:

Os arrendatários, retratados nesta dissertação construíram, com seu trabalho, esta realidade posta no tempo presente. Eles foram e continuam sendo sujeitos de um processo histórico marcado pela hegemonia do capital, nas diversas formas que se expressa. Este processo é tenso, contraditório, e por isso, complexo. Os camponeses contribuem em muito para esta situação. Mais que nunca é necessário analisar a "questão camponesa". Novos desafios são postos ao capital pelos camponeses e vice-versa. O "tempo das máquinas" ainda está para ser descoberto pelos pesquisadores.

Presenciamos o difícil momento no qual vigora um processo de modernização agrária lento, parcial e desigual. Este processo traz à tona as contradições do capital e, como não poderia deixar de ser, as contradições do ser camponês numa sociedade capitalista, marcada pela extrema desigualdade social e exploração do trabalho.

Os camponeses não estão imunes a isso; encontram-se, pelo contrário, no bojo deste processo. Procuram, nesse meio, manter sua identidade de "colono". O trabalho com a terra é um elemento chave na manutenção e reprodução desta identidade e condição social. Vivenciando uma realidade caracterizada pela expropriação camponesa, pelos movimentos de luta pela terra e pelo retorno dos migrantes ao campo, os

agricultores recorrem à estratégia do arrendamento para se manterem na lavoura.

A tecnificação da agricultura e do trabalho camponês introduz diferenças sociais no interior do grupo. Alguns, dispondo de maiores recursos (terra, tecnologia e trabalho), aliam à condição de proprietários a de rendeiros, para - em meio à crise - viabilizar o trabalho e os investimentos em tecnologia. Outros tantos, possuindo ou não tecnologia, vêem no arrendamento das terras de seus pais, tios ou sogros a forma de prosseguir, sem correr os riscos do arrendamento com terceiros, nos quais predominam os altos percentuais de renda da terra. Pouquíssimos camponeses conseguem ser apenas arrendatários, mas inúmeros conseguem sobreviver do arrendamento familiar.

Hoje, existe uma dificuldade crescente de reproduzir o padrão tecno-agrário (im)posto ao camponês na moderna agricultura. A isto denominamos **bloqueio fundiário**. O arrendatário familiar, nas suas mais diferentes formas, é a manifestação material, concreta, desta situação de bloqueio fundiário.

Metodologicamente, buscamos, no trabalho empírico e na interlocução dos nossos rendeiros, a forma de tentar desvendar os desafios com os quais nos deparamos. Vivemos intensamente o trabalho de campo. Ele, longe de resolver as angústias e dúvidas, determinou outras tantas.

Por fim, através desta dissertação descritiva, esperamos ter dado um pequena contribuição ao estudo e à reflexão sobre o campesinato na sociedade capitalista.

A N E X O S

1. HISTÓRIAS DE VIDA E TRAJETÓRIAS SOCIAIS: VISÕES CAMPONESAS SOBRE O PASSADO.

1.1 As condições de fixação nas "novas colônias": as trajetórias sociais dos colonizadores.

Neste anexo, tentaremos resgatar algumas das diversas situações de migração dos camponeses colonizadores de Três Passos e municípios vizinhos. O fator geracional, é retomado enquanto instrumento analítico das mudanças de posições sociais em mais de uma geração nas famílias camponesas.

Inicialmente estão dispostas as histórias de vida da primeira geração de migrantes, colonos mais velhos e que foram os primeiros a ocupar a região. Os produtores descendentes de pioneiros compõem a segunda geração e terceira geração. Partimos do pressuposto que as condições iniciais de migração da primeira geração influenciaram os membros das gerações seguintes.

A escassez de terras para as famílias extensas foi fator corrente para a migração de famílias camponesas para o noroeste do Estado. Naquele momento, muitos agricultores jovens trabalhavam com seus sogros quando ambos decidiram migrar à região.

" O pai veio das colônias velha a procura de novas terras, isso foi em 1942. Veio o sogro dele, veio

antes, também a procura de novas terras em Três Passos, viemo de Lageado. Então, o começo foi trabalhar com o sogro dele, o sogro do pai tinha um pedacinho de terra pequeno. Então, o pai plantou a meio junto com o sogro. Assim o pai foi conquistando, trabalhando e até que ele conseguiu comprar um pequeno direito."

P: Ele comprou uma colônia?

"Comprou uma pequena colônia (...) junto com o estábulo (...), direito como a gente diz. Aí ele construiu um ranchinho (...) e assim foi criando a roça, trabalhando no campo."

No grupo seguinte, agregam-se os colonos cujos pais eram proprietários de pequenas áreas nos vales dos rios Taquari, Jacui e Sinos. Movidos pelo duplo objetivo de conseguir terras suficientes ao trabalho da família e à herança, milhares de pequenos produtores vendem suas propriedades nas colônias velhas e compram novas e maiores áreas nas colônias em formação ao norte do Estado. Observa-se que, ao contrário do previsto pelos camponeses migrantes, a terra adquirida foi insuficiente para assegurar trabalho ao conjunto dos filhos adultos, uma vez que o estabelecimento comprado manteve inalterada suas dimensões.

Selecionamos alguns exemplos: o relato refere-se a família de Délcio que migrou das colônias italianas formadas, ao final do século XIX, na região serrana a nordeste do RS.

"Bom, o fato (...) de nós ter vindo de Garibaldi (...) prá cá foi em função de que na época, há quarenta e dois anos atrás, em Garibaldi já tinha uma escassez de terra. Então, o pai possuía nove filhos já, na época, e tava com onze hectar de terra e tudo terra difícil de trabalhar. (...) ele

viu na região, aqui da serra que eles chamavam, (...) viu uma possibilidade, aqui na serra, de comprarmos mais terra e era puro mato. (...) então, ele vendeu aqueles onze hectares lá e conseguiu comprar trinta e dois aqui (...) e começou (...) a abrir as lavouras. Então, eu acho que esse fato já é uma característica de que o povo sempre procura terra. (...) quer dizer, o pai, obviamente pra ele, achava que chegue lá, mas os interesses nos filhos, (...) os filhos lá não conseguiam se estabelecer, não tinha indústria, na época, muito pouquinho, então ele veio pra cá porque, o objetivo era justamente a lavoura.

Nos exemplos em sequência, reunimos os casos de agricultores que migraram pela falta de perspectiva de acesso e compra de terra. Muitos destes camponeses estavam trabalhando como **assalariados** em oficinas e pequenas manufaturas das cidades de onde migraram para Três Passos.

As economias feitas nas antigas regiões colonizadas, não lhes permitiram comprar terra nas colônias em formação. O recurso encontrado foi a parceria e/ou o trabalho como agregado nas terras de terceiros. Após alguns anos nesta condição, estes agricultores conseguiram adquirir propriedades para si e seus descendentes. Muitas vezes esta área era inferior ao módulo padrão de 25 ha e a medida que não conseguiram comprar mais terras, aos seus filhos (im)põe-se o trabalho como assalariado rural, parceiro, agregado e mesmo pequeno arrendatário.

O primeiro exemplo deste tipo de trajetória social é Wilibaldo e seus quatro filhos. O agricultor migrou para Três Passos, como milhares de outros, ao final da década de 40, sem recursos para efetuar a "compra do direito", A

"solução" veio através da agregação nas explorações agrícolas de outros colonos.

Ao princípio dos anos setenta Wilibaldo conseguiu comprar doze hectares de área. A partir de então, sua estratégia consistiu na compra de maquinário através do qual esperava aumentar a produção, a produtividade e, conseqüentemente, os lucros de forma a viabilizar a compra de terra aos filhos.

Ao final da década de oitenta sua propriedade era considerada uma das mais tecnificadas do município (dois tratores, dois arados, três plantadeiras, uma carpideira, uma trilhadeira e uma colheitadeira, entre outros., pertencentes à família.

Exatamente, no momento que os agricultores atingiram esse patamar produtivo passaram a enfrentar o problema da área reduzida. O arrendamento passa então a se o caminho para o patrimônio em máquinas e insumos modernos. Atualmente, a família (pais e filhos) arrendam cerca de sessenta hectares, em três lotes.

O pai-proprietário, quando indagado sobre como, mesmo com a mecanização não conseguiu expansão do patrimônio fundiário, respondeu dizendo que: "na década de 70 mecanizou a lavoura deixando para o período seguinte a compra de novas terras". A crise dos produtos agrícolas "sem preço" associados à "subida" das terras de soja e trigo, dificultaram a obtenção dos novos lotes.

A história de vida dos pais de Valdir e do próprio agricultor servem para ilustrar a mesma situação. Os familiares migraram do município de Soledade (situado na região central do Estado) a procura de terras em Três Passos. Nos primeiros anos após a chegada "trabalharam de agregado". Nesta condição, conseguiram reunir suas economias e realizar a compra do primeiro lote, de "terra de ladeira" localizado no distrito de Tiradentes. Em 1972, venderam-na e adquiriram vinte e dois hectares de "área plana" e mecanizável no distrito de Bela Vista.

A particularidade deste estabelecimento está na localização. Estando situado à beira da estrada que liga Ijuí a Três Passos, próxima ao centro urbano e unidade cooperativa, representa uma das faixas de maior valorização da região. Naquela época, a propriedade ocupava o trabalho de toda a família composta pelos pais e seis filhos. A introdução das máquinas agrícolas a partir de 78 reduziram a necessidade de braços ao trabalho na terra. Os filhos foram deixando a propriedade e empregando-se nos setores terciários de Três Passos.

Ao filho Valdir, o único que permanecera no campo junto aos pais, impos-se a necessidade de arrendar outras áreas para complementar os rendimentos da terra de família. Dividindo o tempo de trabalho entre as duas faixas arrendadas e a terra própria, o agricultor consegue, através do auxílio paterno, dos constantes deslocamentos pelas

estradas da região e do prolongamento do tempo de trabalho, manter-se na lavoura.

A última situação, refere-se aos agricultores que migraram acompanhando a trajetória de irmãos e cunhados que já estavam estabelecidos na área. Neste caso, foi o referencial e a perspectiva favorável de aquisição da terra e de continuidade do trabalho camponês esboçado pelos parentes, que os trouxe até a região. A diferença básica, deste grupo para o anterior, encontra-se na ausência de um passado de agregado. O trabalho "em sociedade" com os parentes próximos, proporcionou-lhes a oportunidade de efetuar as economias necessárias para a compra da propriedade onde plantam até nossos dias.

A história da vinda de Ernesto ao noroeste do Estado principia-se quando sua família de origem vende a terra no município de Montenegro e compra uma área onde, atualmente, encontra-se a pequena cidade de São Martinho (limitrofe a Humaitá). Posteriormente, os pais transferem-se para a região pertencente a Sede Nova. O pai do entrevistado possuía pouca terra a dar em herança "a todos os filhos para começar sua lavoura". Desta forma, Emílio inicia sua vida de camponês cultivando a "terra do irmão".

Há cerca de 30 anos nosso agricultor comprou o primeiro lote de cinco e meio hectares. Após esta data, passou a comprar pequenas dimensões de terra, como forma de assegurar a sobrevivência da esposa e quatorze filhos. Na trajetória rumo à propriedade, Emílio adquiriu, em 1972 e

1978, dois lotes de 4,5 hectares. Em 1986, comprou outra gleba de quatro hectares, no que totalizou 18,5 ha de terra própria que, entretanto, são insuficientes ao trabalho de nove pessoas adultas e outras em pré-adolescência. Por este motivo, a mais de dez anos passou a arrendar terras de terceiros.

Arrendando faixas de propriedades dos vizinhos, o agricultor complementa a área necessária ao emprego do conjunto da família no trabalho da exploração. No "ano do plano cruzado" (1986) financiou um trator junto à revendedora da região. Este fato demandará, ao camponês e seus descendentes, a necessidade de mais terras como meio de possibilitar o pagamento do trator e a manutenção da família trabalhadora.

A trajetória de Alceno principia-se quando de sua transferência, há trinta e cinco anos passados, da zona rural de Estrela (localizada no Vale do Rio Taquari) para a "serra do norte". Seguindo a trajetória do irmão, estabelecido em Três Passos, o migrante trabalha na terra daquele familiar, durante um ano, reunindo uma "sobra" suficiente, na colheita de fumo e criação de suínos, para que no ano seguinte a comprar 11 ha de área.

O relato sobre as razões da saída das "colônias velhas" e os primeiros anos de trabalho na "terra nova" foram descritos por Alceno e esposa.

(Alceno) "Era difícil a vida lá, porque a terra era pouca e dinheiro não existia para

investir lá, então viemos procurar vida melhor nas terra nova (...). Como era Três Passos um município novo, todo mundo falava que tinha futuro e assim, desta maneira viemo prá Três Passos. Assim, por isso, viemo melhorá a vida. Com isso, comecemos a vida ali no mato, no sertão, trabalhando, e tamo assim até hoje.

(Esposa) "Eu comecei de lecionar logo nos primeiros dias. (...) Aquilo que eu ganhava era pouco, mas dava prá gente sobreviver, porque tinha só um filho (...). De manhã eu lecionava e depois do meio-dia eu ia ajudar na roça".

P: O seu primeiro ano de lavoura foi com o auxílio do seu irmão ?

R: E, do meu irmão. Daí em diante comecemos à parte, desmanchamo a sociedade.

P: Tu comprou quantos hectares na primeira etapa ?

R: Onze hectares.

P: E daí foi comprando aos poucos uma terrinha ?

R: Aos poucos. Fomo aumentando a área lá, com isso, também fomos repartindo de novo a área com os filhos. E depois os filhos se casaram.

1.2. As trajetórias sociais dos filhos e netos dos colonizadores.

As trajetórias sociais e as situações descritas a seguir, foram elaboradas a partir dos relatos de história de vida da segunda e terceira gerações, ou seja, filhos e netos de agricultores que se estabeleceram na região. Ao resgatarmos as trajetórias sociais dos descendentes poderemos elucidar aspectos da realidade vivida pelos agricultores.

O critério de classificação e exposição das situações orienta-se pelo tipo de arrendamento. Nos primeiros grupos encontram-se os agricultores que arrendam terras dos membros do grupo familiar, e que denominamos por rendeiros familiares. Nas últimas situações, estão aqueles colonos que arrendam terras de terceiros.

No primeiro caso estão os filhos de camponeses que receberam uma terra, quando da saída da propriedade familiar. As estratégias camponesas de herança consistem em, quando possível, dar propriedade ao primogênio porque, geralmente, é este o primeiro filho a casar-se e constituir sua própria família. Aos demais buscam-se alternativas conforme as circunstâncias e as particularidades de cada grupo familiar. Na impossibilidade de sobreviver do trabalho agrícola, o emprego nas cidades ou atividade independente no setor de serviços e comércio, é o caminho a milhares de agricultores fora da zona rural.

A história de vida escolhida para iniciar a série, refere-se "começo" de Edo. O agricultor recebeu do pai, ao final da década de 60, uma área de dezoito hectares. Nele cultivava soja e trigo com emprego do trator alugado e, posteriormente, adquirido em 1968.

Naquela época, seus pais eram, além de agricultores, co-proprietários da Estação Rodoviária do município. Os rendimentos da sociedade abriram caminho ao aumento da propriedade rural passando, em 1975, dos 100 ha iniciais para 250 hectares. Mais tarde, ocorreu a permuta da sociedade por um prédio. No período recente, o endividamento conduziu à venda de 150 hectares, retornando a área da propriedade paterna aos 100 ha do princípio.

A partir deste instante, o pai retira-se, definitivamente, da lavoura e entrega-a aos filhos que dividem, entre si, as terras da família. Nosso entrevistado cultivava, em conjunto com os filhos adolescentes, em torno de sessenta hectares da propriedade dos pais. Ao outro irmão coube os quarenta hectares restantes. Além disso, arrenda de terceiros uma exploração agrícola de vinte hectares. O emaranhado de relações sociais, responsáveis pelo trabalho em noventa e oito hectares de extensão rural, fazem de Edo, a um só instante, proprietário-arrendatário e arrendatário-familiar.

O segundo grupo de rendeiros, é formado por filhos e genros de proprietários rurais que possuem duas propriedades, em diferentes locais, e arrendam àqueles uma

dessas áreas para que possam dar início as suas atividades na lavoura.

A entrevista realizada com este agricultor e ex-operário denotam a riqueza de certas trajetórias sociais. A história de trabalho do camponês, inicia-se quando adolescente na propriedade da família. Após a venda da terra, a família migra para a cidade onde o entrevistado assalaria-se nas fábricas do setor agroindustrial (máquinas agrícolas). O desemprego, as dificuldades de sobrevivência na cidade e os problemas enfrentados pelo sogro, com a estiagem de 80, o trouxeram de volta ao meio rural.

"Nós morava aqui e o pai resolveu vender a terra. Como o pai foi para a cidade e, como a gente era de menor, teve de trabalhar na cidade prá viver a vida porque, na colônia, não tinha terra. Daí, eu fui trabalhar na SLC. (Indústrias Schneider-Logemann, fabricante de máquinas e implementos agrícolas, com sede em Horizontina-RS) Trabalhei oito anos, me dei bem com os patrão, não teve problema. (...). Lá, houve aquela seca, com a queda de preço, de produto, o soja não valia nada. Então, a gente veio, isso foi em maio de 80 (...), ajudei o sogro a fazer a safra dele, entremos em acordo com ele, eu arrendei isso aqui e já tá, agora, prá seis anos".

A história de Adelar e esposa referenda a situação do parágrafo anterior. Adelar era o único filho a trabalhar na propriedade dos pais, quando os irmãos menores não possuíam idade para realizar as tarefas pesadas. Por ocasião do matrimônio, transferiu-se para o estabelecimento rural do sogro onde passou a receber a "terça" como forma de pagamento pelo trabalho na propriedade.

"Eu desde os treze anos nós temos, o pai tem trinta e oito hectar de terra e desde os treze anos de vida eu comecei a lavrar toda a lavoura. Eu fiquei sózinho de homem em casa, então comecei a trabalhar, lavrar toda a terra.

P: Você comprou alguma terra?

R: Lá, nós conseguimos comprar cinco hectar de terra, mas é terra de pedra, mais era laje que terra, então não tem como, em cinco hectar, a família não vive de jeito nenhum.

P: Você vendeu e veio prá cá?

R: E, nós compramos terreno na cidade, fazer o que?

P: E daí, começou a trabalhar com o sogro?

R: Exato. Porque aqui, tava morando um cunhado e ele foi para o Paraná (...).

O próximo exemplo foi constituído a partir do relato do começo de Ildo, um arrendatário familiar que, no verão de 1987, cultivava na "propriedade do pai" há mais de uma década. Após relatar a chegada e a "compra dos direitos" pelo pai-migrante, na década de 40, pedimos-lhe que nos falasse do seu início na lavoura.

R: Olha, a minha história é sempre trabalhando, fazer o que?

P: Você começou trabalhando com o pai?

R: E, daí, depois que eu tinha vinte e dois ano, eu casei e nós fizemos um negócio, (...) daí nós trabalhamos juntos (...).

A história seguinte se refere ao começo de Délcio. Um arrendatário familiar que se transformou em proprietário e arrendador de terra.

"Eu (...), na época, (...) quando eu tinha idade de escola, idade escolar, então, sempre o pai colocava assim (...) que quem quisesse estudar, por exemplo, pro seminário podia ir. (...) Eu tinha vontade de estudar, mas não era isso que eu queria, aí passou (...) desde doze anos até vinte e cinco anos, mais ou menos, que eu passei sem estudar, fui pro quartel (...) e voltei prá cá porque o meu objetivo era a lavoura".
"Aí então, tendo em vista que o filho mais novo (...) tinha ido pro seminário, eu era o homem mais novo, em casa, aí, obviamente, eu não podia sair dali e deixar os velhos. Então, eu comecei a trabalhar, ganhava, inclusive, dez por cento dos porcos, já com vinte e cinco anos (...). Aí, com vinte e oito anos, eu casei e fiquei morando aqui".

O quarto grupo, envolve o contingente de agricultores que sem-terras e sem possibilidade de vir a ter uma área própria, passaram a "trabalhar na terra junto com o pai".

A exposição sobre a trajetória social das gerações camponesas foi realizada por Marino, o pai-agricultor e arrendador de parte do estabelecimento ao filho. O proprietário da terra é o caçula de uma numerosa descendência. Marino, casou-se e permaneceu na propriedade da família. Nela, nasceram e cresceram seus filhos. O falecimento dos pais o fez sucessor e herdeiro da terra. Posteriormente, comprou uma faixa de área vizinha à exploração. Agora, chegou a vez do primogênito Célio, constituir sua própria família.

" (...)Em 1940, deve ser 44, cheguemos aqui dia quatro de Agosto.

P: Nessa terra que é hoje?

R: Aqui, onde eu tô morando hoje.

P: O senhor ficou morando com ele? Casou e ficou morando?

R: Sim. Nasci com ele, fiquei com ele.

P: Como é que começou a sua história?

R: Foi continuando, até fomos prá adiante, porque naquela época, quando nós cheguemos aqui, isso era só sertão, sertão mesmo, (...) nós era o sétimo morador (...) de Tiradentes, nessa vila. E, naquela época era brabo, era brabo o serviço (...).

P: Com o tempo o senhor conseguiu comprar alguma terra?

R: Eu comprei aquele pedacinho, que hoje o filho tá plantando.

P: Há quantos anos atrás?

R: Há vinte anos.

P: E de lá prá cá, não deu mais prá comprar terra?

R: Não deu mais. E, prá mim, nós tamos vinte e sete anos nessa terra, desse tempo que eu tô passando, esses vinte e sete anos, tão mal como eu tô andando neses oito meses prá cá agora, nunca não foi tão mal.

A explicação para desta última frase do entrevistado reside no fato que, no verão anterior à pesquisa, uma "seca" havia castigado as plantações de soja e milho, levando-os a grandes perdas e ao endividamento. Nosso interlocutor, teve sua situação econômica agravada a partir dos resultados da colheita.

Na continuação da entrevista, indagamos do filho - Célio - sobre seu começo.

P: Porque você veio morar com seu pai?

R: Aqui, morar aonde? Tem que plantar (...) e ele tem a terra ali, fiquei mais e com ele. Em vez de plantar na terra dos outros, plantei na terra dele.

P: Não tinha terra e daí?

R: Fiquei com ele, na terra dele.

P: Há quanto tempo você está casado?

R: Casado há três anos.

P: Foi por esse motivo que você arrendou a terra?

R: Tem que casar e tem que sustentar a família. Tem que plantar, precisa colher.

No grupo seguinte, a estratégia familiar consiste na saída dos pais e irmãos da propriedade, que passa a ser administrada pelo filho-arrendatário e sua família. Pode ocorrer de irmãos permanecerem na terra. Neste caso, os que nela ficam, passam a acatar as ordens do irmão-rendeiro e chefe da família.

O depoimento de João Elói, jovem arrendatário dos vinte e cinco hectares de terras da família, serve de exemplo ao que afirmamos no parágrafo anterior. Após o casamento do arrendatário, os pais "entregaram-lhe" a propriedade e transferindo-se para o município de Sede Nova.

P: Como e quando você começou a trabalhar?

R: Eu comecei a trabalhar (...) no pasto, há dez anos. Eu tinha dez anos que eu comecei a trabalhar

com ele. O velho não tinha ajuda. Fui lá trabalhar com ele porque era difícil, era peão (...) e ajuda era pouca, eu tinha que ir lá trabalhar. Fui trabalhar devagarzinho. Fui aprendendo e, hoje, eu sei um pouco a minha vida, como é que eu tenho que trabalhar, viver, porque a época era brava, dinheiro era difícil. A gente foi indo, foi indo, trabalhando.

A próxima situação, é composta dos agricultores que pela expansão do patrimônio e/ou do número de membros da família toma terras de terceiros em arrendamentos.

A história de Décio ilustra as características e especificidades do grupo.

"Eu, com três anos, perdi pai e mãe. Então tinha duas irmãs casadas e (...) fomo junto com o cunhado. Aí, com os anos se passaram, um mano meu casô - mais velho - retornemos todos prá velha terra e começemo a trabalhá. Depois eu casei, vendi a minha parte de terra - a herança - então comprei essa terra que a gente (...) está morando. (...)Eu vim prá cá, prá Tiradentes, fazem nove anos. (...) comprei essa propriedade, comprei onze hectar (...) e até hoje a gente tá produzindo aí. Eu e a família. (...)Eu arrendei terra desde 79. De lá prá cá, eu sempre tava na luta de terra (...). E a gente conseguiu um outro pedacinho comprá e precisava de mais terra. É a necessidade que faz (...) caso dívidas, então, a gente qué tê mais, qué tê amparo pros filhos".

O segundo exemplo, surge da situação vivida por Nelson José e sua família que, da mesma forma de Décio, conseguiu comprar uma terra e, ultimamente, tem arrendado pequenas áreas para "prá compensá o gasto com maquinário".

(...) "Cheguemos aqui sem nada, começemos, trabalhemos e temos financiadas as coisas e a gente vai levando (...).

P: O seu pai ajudou a comprar a terra?

R: Sim, pai, sogro.

P: Deram um pouco de dinheiro?

R: Sim. (...) cada ano paguemos com quilo de porco prá ele e nós tinha cinco anos. Entreguemos seis mil quilos de porco por essa terra.

P: Depois disso, compraram esses quatro hectares?

R: E, compremos. Isso foi (...) em 83 e 84 que nós compremos e compremos o trator. Foi em 76 que nós compremos o primeiro trator, em sócio com o pai.

P: Esse foi o seu começo?

R: Sim. (...) primeiro o trator já foi metade do começo porque foi dez anos depois que nós compremos esse.

O último segmento é formado agricultores cujos pais perderam a terra ou possuem reduzidíssimas propriedades de maneira que se torna difícil dividi-la com o filho e sua família. Dele fazem parte agricultores de idade avançada ou jovens agricultores.

A exposição realizada pelo agregado Jorge Luís, exemplifica este processo vivenciado por parceiros (agregados). Indagamos sobre sua própria história de vida até tornar-se agregado.

R: Olha, eu comecei de peão. Comecei a trabalhar, trabalhei ali, no Narciso, (...) quatro anos. Aí, viemos morar aqui (...). Como peão eu trabalhei quatro anos.

P: Era assalariado? Ganhava um salário?

R: Não, eu ganhava 40 saco de soja por ano, e ganhava um dinheiro (...) por mês. Cada fim de mês, ganhava uns trocos prá sair (...). Na entressafra, ganhava livre e a comida.

P: E tu morava na casa dele (patrão)?

R: Na casa dele, junto com eles lá.

P: Porque você passou de peão prá agregado?

R: Quando eu trabalhei lá, ele sempre prometeu: o dia que ele vai casar, ele disse, botava na minha terra, terra dele (...). Terra ele tinha, casemo e viemo morá ali.

O próximo depoimento é de Osmar:

P: Quando você começou a sua vida de agricultor?

R: Dez, doze anos já ajuda a lavrar, (...) até vinte e quatro anos, trabalhei com o pai e, dois anos, trabalhei a meia, (com o sogro) depois casei, tô trabalhando a meia aqui ainda. Depois comprei um pedacinho de terra, trabalhar na cidade não deu certo, então eu voltei a trabalhar a meia.

P: Foi trabalhar à meia, trabalhou com o sogro, comprou um pedacinho (de terra), migrou e voltou?

R: Voltei.

P: Porque voltou da cidade?

R: Trabalhar, como eu trabalhei, a gente trabalha mas não dá prá passar o ano.

As passagens sobre as trajetórias sociais dos rendeiros demonstram que os "pioneiros" colonizadores do noroeste gaúcho, ao contrário do que costuma relatar a história oficial sobre o assunto, não fizeram fortuna, muito menos mudaram de classe social. Alguns de seus descendentes, continuam nas propriedades de origem, e muitas vezes graças aos arranjos familiares de herança e sucessão.

E a história de uma classe que para manter-se no sistema capitalista tem de adequar-se às transformações introduzidas, pelo capital, na sociedade.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOWAY, Ricardo. **Transformações na Vida Camponesa; o sudoeste paranaense**. São Paulo, USP, 1981 (mimeografado)
- AMIN, S. e VERGOPOULOS, K.. **A Questão Agrária e o Capitalismo**, 2ª ed.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- ARANDIA, Alejandro Kuajara. "Modernização da Agricultura: reflexos sobre o emprego rural no Rio Grande do Sul, 1970-1980". **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 8(2): 95-119, 1987.
- BELATO, Dinarte. **Os Camponeses Integrados**. Campinas, UNICAMP, 1985 (mimeografado).
- BERTRAND, Jean-Pierre. "A Dinâmica dos Mercados Internacionais das Oleo-Proteaginosas: políticas dos Estados e estratégias dos atores". **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 11 (1): 3-40, 1990.
- BRUMER, Anita. "Considerações Sobre Uma Década de Lutas Sociais no Campo no Extremo Sul do Brasil (1978-88)". **Ensaios FEE**, Porto Alegre, 11 (1): 124-142, 1990.
- CHAYANOV, Alexander. "Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas". In: SILVA, J.G. e STOLCKE, V. (org.). **A Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1981, pp. 133-163.
- CONCEIÇÃO, Octávio Augusto C.. **A Expansão da Soja no Rio Grande do Sul, 1950-1975**. Porto Alegre, FEE, 1984.
- CORADINI, O.L. e FREDERICO, A.. **Agricultura, Cooperativas e Multinacionais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- D'INCAO, Maria Conceição. **Bóia-Fria: acumulação e miséria**, 9ª ed.. Petrópolis, Vozes, 1983.
- EMBRAPA. **Programa Nacional de Pesquisa de Soja**. Brasília, EMBRAPA/DID, 1981.
- FEE. **Agregados Econômicos RS; duas décadas da produção e do produto da agropecuária, RS, 1964-84, tomo 3**. Porto Alegre, 1986.
- FEE. **Análise da Política de Preços Mínimos Para os Produtos Agrícolas do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1982.

- FEE. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul; censos - 1803-1950. Porto Alegre, 1981.
- FEE. De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul; censos - 1960-1980. Porto Alegre, 1984.
- FEE. A Mecanização da Agricultura do Rio Grande do Sul, 1920-75. Porto Alegre, 1979.
- FEE. 25 Anos de Economia Gaúcha, vol 3: A Agricultura do Rio Grande do Sul, 2ª ed.. Porto Alegre, 1982.
- FEE. 25 Anos de Economia Gaúcha, vol 3, anexo: A Agricultura do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1979.
- GNACCARINI, José César. Latifúndio e Proletariado; formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural. São Paulo, Pólis, 1980.
- GRZYBOWSKI, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.
- GRZYBOWSKI, Cândido e DELGADO, N. G.. "Integração e Lutas Sociais no Campo: notas para debate". Ensaios FEE, Porto Alegre, 7 (1): 213-215, 1986.
- HEGEDUS, András. "A Questão Agrária". In: HOBBSBAWN, Eric (org.). História do Marxismo, vol. 4. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984, pp. 149-171.
- IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. 1990
- IBGE. Censo Agrícola de 1960, Rio Grande do Sul; série regional, vol. 2, tomo 13, 1ª parte. Rio de Janeiro, 1967.
- IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário; censos econômicos - 1985, vol. 4, nº 4, Região Sul. Rio de Janeiro, 1987.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária; a evolução da agricultura na sociedade capitalista. Porto, Portucalense, 1972. 2 volumes.
- KLIEMANN, Luiza H. Schmitz. RS: Terra e Poder; história da questão agrária. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
- LANDO, Aldair Marli & BARROS, Eliane C.. A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul; uma interpretação sociológica. Porto Alegre, Movimento, 1981.
- LENIN, V.I.. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América; novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. São Paulo, Brasil Debates, 1980.
- LENIN, V.I. Contribución a la Caracterización del Romanticismo

Económico; Sismondi e nuestros sismondistas patrios. Moscou, Progreso, 1975 (original de 1897).

LENIN, V.I.. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia; o processo de formação do mercado interno para a grande indústria,** 2ª ed.. São Paulo, Nova Cultural, 1985.

LENIN, V.I.. **O Programa Agrário da Social-Democracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907.** São Paulo, Ciências Humanas, 1980.

LINHARES, M.Y. e SILVA, F.C.T.. **História da Agricultura Brasileira; combates e controvérsias.** São Paulo, Brasiliense, 1981.

LINHART, Robert. **Lênin, Os Camponeses, Taylor; ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema soviético.** Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

LOUREIRO, Maria Rita. **Parceria e Capitalismo.** Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil; as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político,** 3ª ed.. Petrópolis Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo; estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.** São Paulo, Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra.** São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, José de Souza. "As Coisas no Lugar: da ambigüidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade/campo". In: **Introdução Crítica à Sociologia Rural.** São Paulo, Hucitec, 1981, pp. 11-38.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência; a questão política no campo,** 2ª ed.. São Paulo, HUCITEC, 1982.

MARTINS, José de Souza. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário.** São Paulo, Pioneira, 1973.

MARTINS, José de Souza. **A Militarização da Questão Agrária; terra e poder: o problema da terra na crise política.** Petrópolis, Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Não Há Terra Para Plantar Nesse Verão; o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** Petrópolis, Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. "Os Trabalhadores do Campo em Busca de Uma Alternativa". In: CNBB. **A Igreja e os Problemas da Terra.** [Itaci, 1980].

- MARX, Karl. **Elementos Fundamentais Para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse); 1857-1858.** Mexico, Siglo Veintiuno, 1986, 3 volumes.
- MELLO, João Manoel Cardoso de. **O Capitalismo Tardio; contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira.** 3ª ed.. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MOURA, Margarida Maria. **Camponeses.** São Paulo, Atica, 1986.
- MOURA, Margarida Maria. **Os Deserdados da Terra; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.
- MÜLLER, Geraldo. "Ambivalências da Modernização Agrária". **Novos Estudos (CEBRAP)**, São Paulo, 21: 168-184, jul. 1982.
- MÜLLER, Geraldo. **O Complexo Agroindustrial Brasileiro.** Rio de Janeiro, FGV, 1981.
- MÜLLER, Geraldo. "Economia Mundial Contemporânea". **Cadernos do CEBRAP**, São Paulo, 1986 (Nova Série, 7).
- MÜLLER, Geraldo. "A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60". In: DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (org.). **RS: Economia e Política.** Porto Alegre, Mercado Aberto, (1980).
- MÜLLER, Geraldo. "Revolução Agrária no Brasil e as Conexões Entre Agricultura e Indústria". [mimeografado, 1986].
- NAKANO, Yoshiaki. "A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura". **Revista de Economia Política**, São Paulo, 1 (3): 3-16, jul-set 1981.
- NEBT, Oskar. "Rosa Luxemburg e a Renovação do Marxismo". In: HOBBSBAWN, Eric (org.). **História do Marxismo**, vol 3, 2ª ed.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 11-51.
- NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e Pequenos Produtores de Cana; estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital.** Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo, Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. "Agricultura e Indústria no Brasil". **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, 59: 5-64, set. 1981.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. "Apropriação da Renda da Terra Pelo Capital na Citricultura Paulista". In: **Terra Livre**, São Paulo, 2: 26-38, 1986.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Trajetória Social e Projeto de Autonomia: os produtores familiares de algodão da região de Campinas, São Paulo.** Campinas, UNICAMP, 1988 (Cadernos IFCH UNICAMP, 19).